



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

XII Legislatura

Número: 19

I Sessão Legislativa

Horta, terça-feira, 20 de abril de 2021

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputados Elisa Sousa (substituída no decorrer da sessão pelo Deputado Marco Costa) e Tiago Branco (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Gabriel)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 05 minutos.

Após a chamada dos Srs. Deputados deu-se continuidade ao debate da [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 4/XII – “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”](#); [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 5/XII – “Plano Regional Anual para 2021”](#); [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/XII – “Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”](#).

Para o efeito usaram da palavra os/as Srs./as Deputados/as Rodolfo Franca (*PS*), António Lima (*BE*), Délia Melo (*PSD*), Carlos Furtado (*CH*), Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Célia Pereira (*PS*), José Ávila (*PS*), Bárbara Chaves (*PS*), Vílson Ponte Gomes (*PS*), Bruno Belo (*PSD*), Vasco Cordeiro (*PS*), Pedro do Nascimento Cabral (*PSD*), Andreia Costa (*PS*), Joaquim Machado (*PSD*), Nuno Barata (*IL*), José Pacheco (*CH*), Tiago Lopes (*PS*), Pedro Neves (*PAN*), Carlos Freitas (*PSD*), Rui Martins (*CDS-PP*), Paulo Gomes (*PSD*), Ana Luís (*PS*), Marta Matos (*PS*), Maria Isabel Teixeira (*PS*), Manuel Ramos (*PS*), João Vasco Costa (*PS*), Valdemira Vasconcelos (*PS*), João Bruto da Costa (*PSD*), Ana Quental (*PSD*), Rui Espínola (*PSD*), Carlos Silva (*PS*), Berto Messias (*PS*), Paulo Silveira (*PSD*), Alberto Ponte (*PSD*), Miguel Costa (*PS*), Jaime Vieira (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), Tiago Branco (*PS*), José Contente (*PS*), Elisa Sousa (*PSD*), Sandra Faria (*PS*), bem como a Sra. Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*), o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*), o Sr. Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*), os Srs. Secretários Regionais da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*), da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*), do Mar e Pescas (*Manuel São João*) e a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital (*Susete Amaro*).

Proferiu um protesto o Sr. Deputado Carlos Silva (*PS*) e para um contraprotesto o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 37 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 10 horas e 05 minutos.

Vamos iniciar os nossos trabalhos. Tem a palavra o Sr. Secretário para a chamada.

Secretário: Bom dia a todos.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Ana Luísa Pereira Luís

Andreia Martins Cardoso da Costa

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Célia Otelinda Borges Pereira

João Vasco Pereira da Costa

José António Vieira da Silva Contente

José Gabriel Freitas Eduardo

José Manuel Gregório de Ávila

Lubélio de Fraga Mendonça

Manuel José da Silva Ramos

Maria Isabel Góis Teixeira

Maria Valdemira Gouveia Andrade Carvalho

Marta Ávila de Matos

Miguel António Moniz da Costa

Rodolfo Paulo Silva Lourenço da Franca

Rui Filipe Vieira Anjos

Sandra Micaela Costa Dias Faria

Tiago Alexandre dos Santos Lopes

Tiago Dutra da Costa Rodrigues Branco

Vilson Filipe da Costa Ponte Gomes

Partido Social Democrata (PSD)

Alberto Pacheco da Ponte

Ana da Ascensão Moniz Arruda Quental

António Vasco Vieira Neto de Viveiros

Bruno Filipe de Freitas Belo

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Manuel da Silveira Ferreira

Délia Maria Melo

Elisa Lima Sousa

Jaime Luís Melo Vieira

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

Flávio da Silva Soares

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Carlos Cota Soares

Marco José Freitas da Costa

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo Duarte Gomes

Pedro Miguel de Medeiros do Nascimento Cabral

Rui Miguel Mendes Espínola

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira

Partido Popular (CDS/PP)

Catarina Oliveira Cabeceiras

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Rui Miguel Oliveira Martins

CHEGA (CH)

Carlos Augusto Borges Rodrigues Furtado

José Eduardo Cunha Pacheco

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Aurora Maria Agostinho Ribeiro

Partido Popular Monárquico (PPM)

Gustavo Valadão Alves

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto Barata Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum. Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos, à apresentação e debate das **Propostas de Decreto Legislativo Regional “Orientações de Médio Prazo 2021-2024”;** **“Plano Regional Anual para 2021”;**

“Orçamento da Região Autónoma dos Açores para o ano de 2021”.

Vamos entrar na área da educação e para o efeito dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação. Faça favor, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Educação (*Sofia Ribeiro*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Início esta apresentação do Plano para 2021 na área da Educação com uma citação de Nelson Mandela, que podemos encontrar numa das suas cartas dirigidas aos filhos enquanto prisioneiro:

“Sem uma formação adequada, não poderão servir o vosso povo nem apreciar devidamente a formidável evolução que está a ter lugar em diversos campos do conhecimento. Essa informação e os novos princípios das relações humanas só podem ser explorados por aqueles que estiverem devidamente preparados para esses desafios significativos”.

Ora, este é precisamente o nosso desígnio na construção deste plano: o de prepararmos devidamente as nossas crianças e jovens para que, com espírito de cidadania, elevado sentido crítico e amplitude de conhecimento, possam corresponder aos desafios significativos que nos apresenta o século XXI.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

A Oradora: Como já tive oportunidade de apresentar nesta câmara, partimos de uma base estruturalmente condicionadora: mais de 60%

dos nossos alunos carecem de apoio social. É um elevadíssimo rácio de pobreza que, não podemos negar, subjaz a elevados índices de insucesso e abandono escolar. Na abordagem a este flagelo, para além das medidas de combate à pobreza já aqui enunciadas pelo Vice-Presidente do nosso Governo, também na Educação se dedica diretamente uma significativa fatia do seu orçamento, dado que mais de 40% do plano se destina, precisamente, à ação social escolar, para garantia de condições mínimas de equidade no acesso à educação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Possa este rácio de alunos em situação de maior privação diminuir, e passaremos a poder dispor de mais verba para projetos de desenvolvimento educativo, aquele que devia ser, exclusivamente, o objeto de qualquer plano na área da educação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: A promoção do sucesso educativo e o combate ao abandono escolar precoce, a dinamização de projetos educativos, a promoção do desporto escolar e a formação do pessoal docente e não docente constituem, neste cenário e, em especial, quando decorrido

mais de um ano de pandemia com forte impacto no domínio das aprendizagens, pilares fundamentais da aposta no desenvolvimento na educação das nossas crianças e jovens. Com quase um milhão de euros de investimento previsto nestas áreas, garantimos a necessária dotação para a definição e condução de uma consolidada estratégia na educação.

Neste âmbito, apostamos em dinâmicas de apoio sócio-educativo e de mentoria aos alunos, consubstanciadas em horários de efetivo acompanhamento destes e não de mera substituição,...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: ... bem como no reforço de equipas multidisciplinares. Constituindo-se como um pilar importante do nosso programa de coaching educativo e,...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: ... nesse sentido, de aplicação transversal a todo o arquipélago, neste primeiro ano de mandato estas dinâmicas serão, ainda, reforçadas nas escolas do concelho da Ribeira Grande, mais fortemente marcadas pelo ensino à distância.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Priorizamos o primeiro ciclo do ensino básico que, a par do ensino pré-escolar, se constitui como o alicerce da Educação, e tem de conter o foco das políticas educativas estruturantes na formação de cada indivíduo.

Assim, estamos já a trabalhar numa aposta ao apoio no domínio da leitura e da escrita, nos primeiros dois anos de escolaridade, na estimulação da escrita e da narrativa criativas, nos 3.º e 4.º anos de escolaridade...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

A Oradora: ... e na Matemática,...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Isso! A matemática faz muita falta!

A Oradora: ... de forma mais integrada nos primeiros 6 anos de escolaridade, recorrendo preferencialmente aos docentes que têm estado em formação e apoio no âmbito do projeto Prof DA.

Em paralelo, encontramos-nos já a investir na criação de um programa regional para desenvolvimento do pensamento computacional, dirigido aos alunos dos 1.º e 2.º ciclos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que visa deslocalizar o papel do aluno como utilizador das ditas “novas tecnologias”, que já não são novas, para o

de criativo, nas mesmas, neste que é um desafio global do séc. XXI. De igual modo, encetámos, já, os primeiros contactos para o desenvolvimento de material de apoio e formação de docentes, para a consolidação da História, Geografia e Cultura dos Açores, desde o ensino pré-escolar. Pretendemos, ainda, valorizar projetos de orientação vocacional, a implementar no 3.º ciclo do ensino básico, para que, de forma articulada e com a competente orientação, os nossos jovens possam encontrar na formação profissional que se lhe seguirá um percurso de excelência. De forma complementar e transversal a todos os anos e ciclos de escolaridade, apostaremos, em articulação já em curso com a Secretaria Regional da Saúde e Desporto, na promoção de hábitos de vida saudáveis, bem como na valorização do desporto adaptado.

Relevo, ainda, a nossa aposta no programa Escolas Digitais, com uma dotação superior a 2 milhões e 700 mil euros, que não somente assenta na necessária aquisição de equipamentos digitais, num concurso internacional já lançado dotado em 1 milhão e 800 mil euros, como na criação e condução de mecanismos de formação no domínio do bom uso das novas tecnologias, orientadas para docentes e encarregados de educação.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: A concluir, e face ao exposto, este Plano consubstancia uma abordagem assente em explícitos fundamentos do

desenvolvimento pela Educação, consolidada na preparação e formação dos seus agentes e caracterizada pela constante monitorização dos seus efeitos. Este é, assim, um Plano não somente de aplicação no corrente ano, mas que lança a semente para uma nova estratégia na Educação nos Açores.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições para pedidos de esclarecimento.

Sr. Deputado José Eduardo faça favor.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Desculpe, Sr. Presidente, prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor.

(*) Deputado Rodolfo Franca (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como tenho pouco tempo gostaria de começar por agradecer ao Sr. Secretário das Finanças, porque o Sr. Secretário ontem disse uma frase que acabou por resumir tudo aquilo que é o sentimento deste Governo em relação à educação. E a frase foi: quem não sabe, ensina.

Eu não sei o que é que a Sra. Secretária que está sentada ao seu lado pensa disto, agora eu não gostei de ouvir e estou convencido que se calhar, ali, o Sr. Deputado Paulo Estêvão, também não terá gostado de ouvir.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu não tenho tempo!

(Risos e aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Sr. Deputado Rui Espínola também não terá gostado de ouvir e os professores, nomeadamente os professores da Região que estavam a ouvi-lo, também não terão gostado de ouvir.

Portanto, isto expressa o sentimento e na verdade acaba de esclarecer o porquê de haver aqui um empobrecimento enorme na área da educação, no Plano e no Orçamento.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Diga porquê?

O Orador: Sr. Presidente do Governo Regional, o ano passado o senhor falou de um projeto para a década na área da educação. Pois bem, eu tenho de ser direto, porque efetivamente o tempo é mesmo curto: onde é que está o projeto?

Eu ouvi a Sra. Secretária com toda a atenção. Não vejo nenhum projeto para a década.

Se calhar pergunto: qual é a década em que o Sr. Presidente pensa implementar o tal projeto? Não será esta com certeza! Será talvez a

década de 30 ou de 40. Não sei o que é que pensa, mas talvez seja isso. Porquê?

E eu concretizo muito facilmente o que eu digo. São menos 5,8 milhões de euros em construções e reparações de edifícios escolares; são menos 200 mil euros nos prémios de mérito de ingresso ao ensino superior; são menos 300 mil euros para o abandono escolar precoce.

Deputada Sandra Silva (PS): Muito bem!

(Risos do Deputado Joaquim Machado)

O Orador: Eu não sei se isto dá vontade de rir. A mim não me dá vontade nenhuma de rir.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

São menos 2,4 milhões de euros do ProSucesso, portanto, foi tudo, desapareceu o ProSucesso e (e é aqui que eu acho incrível e ainda mais incrível quando acabei de ouvir a Sra. Secretária dizer que é muito importante, pisme-se!) menos meio milhão de euros para a Ação Social Escolar.

Eu não sei como é que a Sra. Secretária justifica que está a dar muito importância à Ação Social Escolar retirando meio milhão de euros num ano de aprofundamento da crise financeira familiar, quando num ano comum, mais de 60% dos nossos alunos, como a Sra. Secretária

há poucos dias disse, necessitam do apoio da Ação Social Escolar; quando desses, mais de 50% fazem parte do 1.º e 2.º escalão (a Sra. Secretária sabe isso muito bem).

Deputado Carlos Freitas (PSD): Quem é que nos trouxe a isso?

Deputado José Pacheco (PS): Isso é um orgulho!

O Orador: Não sei o que é que será o orgulho? O orgulho é o Governo dizer que tem um projeto para a década e muito honestamente é isto.

Deputado José Pacheco (CH): Foram 24 anos!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Que grande herança!

O Orador: Isto é que é o projeto para a década.

O Sr. José Pacheco já fala. Tenha calma.

Deputado José Pacheco (CH): Eu já falo consigo!

O Orador: Mas eu agora não quero falar consigo.

Estava eu a dizer (o meu tempo já deve estar a esgotar, já estão aqui a fazer-me gestos) que é este o projeto para a década. Vou cortar e vou ler as minhas perguntas:

Que ambição é esta, Sra. Secretária? Que futuro? Que plano estratégico traçamos para a área da educação na nossa Região?

Pergunta 2:

Tem sido redundante a acusação da direita e que o anterior Governo não soube resolver o problema do abandono escolar precoce (dá vontade de rir novamente).

É com o desaparecimento de muitos projetos associados ao ProSucesso e de metade do investimento na rubrica do abandono escolar precoce que o novo Governo vê o caminho para resolver este problema?

Questão 3:

Que ação de investimento estabelece o Governo Regional dos Açores para concretizar o preconizado no que respeita à oferta de uma segunda língua estrangeira como complemento escolar no 1.º ciclo e como oferta curricular do escolar no 2.º ciclo do ensino básico?

Quarta:

Onde aposta a Sra. Secretária, em termos de investimento para uma estratégia de melhoria no sucesso escolar dos nossos alunos?

Serão os 136 mil euros destinados a projetos educativos?

Quinta e última questão:

Como é possível em ano de profundas dificuldades económicas das famílias – e volto a sublinhar isto – explicar o corte de sensivelmente meio milhão de euros no plano de investimentos da Ação Social Escolar?

Promessas vãs e ocas têm um nome: demagogia barata!

Deputada Sandra Silva (PS): Muito bem!

O Orador: Obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, a educação tem sido dos setores mais afetados pela pandemia, muito também por culpa e por responsabilidade do Governo que tem tido, no encerramento das escolas, um dos principais instrumentos, senão aquele, o primeiro, que deita a mão para combater a pandemia, em vez do último, como é feito em todo o mundo.

Sra. Secretária, não se vislumbra neste Orçamento medidas para atenuar e mitigar os efeitos a longo prazo deste encerramento tão longo em algumas escolas, desde novembro, sobre o desenvolvimento das crianças e jovens sobre o seu percurso escolar.

O que eu pergunto é: o que é que o Governo vai fazer?

É que lendo estes documentos nada diz sobre isso e não há nada, para além da aquisição dos tablets e dos computadores que vão chegar depois do fim do ano letivo.

Sra. Secretária “não se fazem omeletes sem ovos”. Não há educação sem professores, sem funcionários não docentes.

O que é que pensa o Governo?

Vai integrar os tais 1000 assistentes operacionais que estão nas nossas escolas e que cumprem as necessidades que são permanentes e que sem eles as escolas não funcionam?

O Bloco vai propor a integração dos trabalhadores ao abrigo de Programas Ocupacionais.

Sra. Secretária, o Governo propôs e a Assembleia aprovou um novo Regulamento de Concurso de Pessoal Docente.

Nós não concordamos com a forma como está feito para a integração de pessoal docente e para o combate à precariedade, mas nada invalida que o Governo não abra as vagas que são necessárias para efetivamente integrar todos os professores com mais de 3 anos de serviço. É tão simples, basta abrir as vagas. O Bloco de Esquerda vai propor que essas vagas sejam abertas. O que é que pensa o Governo?
Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor.

(*) **Deputada Délia Melo (PSD):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Exmo. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de enaltecer, em primeiro lugar, as palavras da nossa Secretária Regional da Educação com a explicação daquilo que vai ser, de facto, implementado na educação.

Temos aqui um plano para a educação que aposta nas pessoas e centra a sua atenção nas pessoas.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

A Oradora: É exatamente isso que temos de fazer: investir nas pessoas!

Ainda há pouco o Sr. Deputado António Lima dizia que não há educação sem professores e pessoal não docente. Pois não há!

Então foi este Governo que recentemente aprovou o novo Regulamento de Concurso de Pessoal Docente para, de facto, dar aqui a possibilidade de mitigar esse problema,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: ... que é a falta de professores, e também é este Governo que vai apostar na formação de professores, na formação científica pedagógica e até administrativa em administração escolar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Portanto, é na formação de professores que vamos conseguir um maior impacto e um impacto mais direto naquilo que vai ser o sucesso escolar dos nossos alunos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: Para além disso, foi dito aqui pelo nosso colega, professor Rodolfo Franca, que não há aqui nenhum projeto para a década, que há aqui menos 5,8 milhões de euros nas construções.

As infraestruturas são importantes, mas não são o mais importante, e vamos realmente tentar melhorar aquilo que tem de ser melhorado.

Nós herdámos uma pesada herança, muito má mesmo e já foi aqui referido. Nós herdámos uma herança e com a implementação do ProSucesso em 2015/2016, até agora, não se viu, de facto, grandes melhorias. Não há grandes melhorias, não! Os dados comprovam isso!

Temos aqui menos 300 mil euros para o abandono escolar precoce. Sr. Deputado, realmente temos menos, mas temos muito mais do que aquilo que ofereceram, porque a vossa taxa de execução foi de 0%.

Deputados Joaquim Machado e Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, em termos de Apoio Social Escolar diga-se o mesmo, porque nós também podemos ter menos inscrito, mas o nosso Plano é realista e nós vamos executar.

Portanto, ao executarmos, estaremos a executar mais do que aquilo que o Governo Socialista se propôs, porque a taxa de execução ficou muito aquém daquilo que era previsto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Em relação aos prémios de mérito não se preocupem, porque todos aqueles alunos que reunirem condições para entrar para a Universidade certamente terão o seu prémio de mérito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Ninguém ficará atrás.

Deputado João Vasco Costa (PS): Os que tiverem o vosso cartãozinho na mão!

A Oradora: Portanto, temos aqui um Plano com todas as condições de melhorar a educação e o sucesso educativo dos nossos alunos.

Vamos com passos firmes. Temos de começar devagar, porque primeiro temos de resolver os problemas do passado para podermos avançar.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Deputado Manuel Ramos (PS): Resolver os do presente!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Deputado Carlos Furtado, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como eu também tenho muito pouco tempo tenho de ser breve, mas não podia deixar de comentar a intervenção do Sr. Deputado Rodolfo Franca quando aponta que este ano o investimento previsto para a reabilitação dos imóveis de ensino é menos 5,8 milhões do que o ano passado.

Eu julgava que o Orçamento e o Plano eram feitos apenas para fazer face aquelas que são as despesas que são precisas realizar. Nunca pensei que fosse feito com base no “este ano tem de ser mais do que o ano passado”, até porque quando assim for estaremos muito mal, porque estes senhores estão a assumir que aquilo que propuseram no passado não realizaram.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Se a mesma verba constar todos os anos é a prova de que não há obra. É tão simples como isso.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar responder de uma forma estrutural e estruturada a todos.

Sr. Deputado Rodolfo Franca, o senhor acusou este Governo de anunciar pouco.

Ora, mais vale anunciar pouco e fazer muito, do que fazer como os senhores faziam, que anunciavam muito e nada faziam.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Os números evidenciam-no.

Deputado Miguel Costa (*PS*): Já vamos chegar lá!

A Oradora: No ano passado, o Orçamento de 2020, na área da educação, tinha orçamentado 41 milhões de euros, e os senhores só executaram 55%. E se retirarmos a parte das obras escolares, no

orçamento de 23 milhões de euros, os senhores só executaram 18 milhões de euros,...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que é nitidamente inferior ao nosso Plano, que é só, para a área da educação, de 21 milhões de euros.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e

Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Portanto, os números falam também por si.

Quanto aos projetos para a década e a comparação novamente com aquilo que foi feito no passado, sou forçada a responder, uma vez que foi colocada diretamente a questão.

Se considerarmos a Ação Social Escolar, os senhores o ano passado executaram 8 milhões, 744 mil euros. Poder-se-á dizer que foi um ano de pandemia.

Pois num ano normal, em 2019, executaram 9 milhões e 77 mil euros. Este ano temos previsto 9 milhões, 320 mil euros. Onde é que está a diminuição?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Vamos também ao combate ao insucesso e abandono escolar.

Como já disse a Sra. Deputada Délia Melo, os senhores tinham reiteradamente a apresentação de uma orçamentação de 600 mil

euros. Fizeram no ano passado, fizeram há dois anos, mas quer o ano passado, quer há dois anos, quer nos restantes anos anteriores, a vossa execução foi de zero. Zero!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Portanto, 300 mil é um aumento.

Quanto ao ProSucesso em que efetivamente os senhores executaram mais de 3 milhões e 200 mil euros, já tive a oportunidade de esclarecer nesta câmara, à Comissão de Assuntos Sociais (o senhor fez-me essa pergunta e eu respondi, mas volto a reiterar), que mais de 3 milhões de euros da execução do programa ProSucesso, feita pelo anterior Governo, estava ocupada para o pagamento de Programas Ocupacionais. Era a maior parte da fatia. Dos 3 milhões e 200 mil, 3 milhões era para pagar Programas Ocupacionais.

Para além destes, o ano passado foram 177 mil euros para máscaras, acrílicos, tapetes nas escolas, tudo o que tenha a ver com o ProSucesso.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além destes, os senhores o ano passado, e no ano anterior, gastaram uma média de 10 mil euros por mês, o que dá cerca

de 500 euros por dia útil, com deslocações e estadas ao abrigo do ProSucesso (500 euros por dia para deslocações e estadas!).

Secretário Regional das Finanças, Planeamento e Administração Pública (*Joaquim Bastos e Silva*): Muito bem!

A Oradora: Portanto, a grande fatia do ProSucesso pode ter sido posta em causa, efetivamente, mas foi pelos senhores, não foi por este Governo.

Deputado Carlos Freitas (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Já no que concerne aos projetos educativos, pois fiz a enunciação naquela tribuna dos projetos educativos novamente e que põem em prática, já neste primeiro ano de governação, um programa de Governo para 4 anos. Enunciei-os! Se quiser posso voltar a fazer a enumeração. Vou poupar-me a isso.

Deputado Berto Messias (*PS*): Não, não! Diga!

A Oradora: Ficou, contudo, um por frisar, no que diz respeito à introdução das línguas estrangeiras. Pois garanto-lhe, Sr. Deputado, que ele será introduzido ao longo dos quatro anos desta legislatura. Foi este o compromisso deste Programa do Governo; é este o compromisso deste Governo; é este o nosso compromisso.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: Muito obrigada.

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos
Membros do Governo)*

Já no que concerne ao pessoal, para além de fazermos, e também foi anunciado, um reforço na sua formação, fizemos já um reforço na sua integração, e mais importante do que isso, é podermos (como também foi referido) dotarmos as nossas escolas dos necessários apoios de que os alunos precisam em vez dos professores estarem colocados em horários de substituição. Também fui muito clara relativamente à nossa vontade e à nossa intenção de alocação do pessoal docente também nas nossas escolas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Creio assim ter respondido às questões.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Rodolfo Franca, faça favor.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Olha, ainda tem tempo?

(*) **Deputado Rodolfo Franca (PS):** Ainda tenho um tempinho, pelos vistos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Concordo com a Sra. Deputada Délia quando diz que na verdade as construções escolares não são o mais importante. Concordo plenamente...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Então o senhor discorda de si!

O Orador: ... e não é por aí que vamos, mas esse foi apenas um dos dados. É um facto, é factual.

Agora eu queria dizer o que também já tenho dito relativamente à história, e peço desculpa de dizer assim, mas é a história da execução. Sem planeamento de certeza que não há execução. Portanto, num ano de pandemia, retirar meio milhão de euros à Ação Social Escolar não me parece lógico sequer comparar com um ano que não seja um ano de pandemia.

Portanto, vivemos, vivenciamos um ano diferente, um ano de crise financeira, familiar agravada (vamos ver até que nível é que isto se

revela,). Portanto, Sra. Secretária, não me parece absolutamente nada lógico prever menos do que o ano passado.

Quanto a resultados escolares, taxa de transição do 1.º ciclo de ensino...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não vão por aí!

O Orador: Vamos por aqui!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Tem muito para dizer!

O Orador: ... a meta para 25/26 era superior a 95. Nós apresentámos, em 19/20, 96,9%.

No 2.º ciclo, a meta seria superar 95%. Em 10/20, foi de 98%.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é só estatística!

O Orador: No 3.º ciclo a meta seria de superar 90%. Apresentámos 94,3% em 10/20.

A taxa de conclusão do ensino básico a meta seria em 25/26, uma taxa superior a 90%. Apresentámos em 19/20, 92,2%. E por aí fora.

Parece-me que estes dados são mais do que suficientes para comprovar que o ProSucesso não foi como os senhores querem fazer crer nenhum desastre. Antes pelo contrário, ainda estou para ver qual é o projeto que vão apresentar com melhores resultados do que estes.

Muito obrigado.

Deputado José Contente (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Catarina Cabeceiras, faça favor.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Só para dizer muito rapidamente e também naquilo que foi a intervenção do Sr. Deputado Rodolfo Franca em que diz que sem planeamento não há execução (claro que sim, sem planeamento não há execução), que é preciso perceber que execução é que tem existido para fazer o planeamento. Isto é como nas nossas casas.

Nas nossas casas fazemos o planeamento. Metemos de parte determinado dinheiro para fazer uma viagem, determinado dinheiro para manter a casa e por aí fora.

Ao longo do ano, por diversas circunstâncias, decidiu-se não colocar de parte esse dinheiro para viajar, porque ao longo do ano não se fez nenhuma viagem e até a casa precisa de algumas obras.

Vamos continuar a meter dinheiro de parte para essa bendita viagem, a fazer esse planeamento para a viagem, quando tenho outras situações que são urgentes e que não posso fazer porque estou a pôr de parte aquele dinheiro que não vai ser executado.

Nós, até na nossa vida, fazemos exatamente isso. É preciso planear tendo por base aquilo que foi executado para definir exatamente esse

planeamento naquilo que são as necessidades atuais e reais que é necessário colmatar.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Costa (PS): Tudo contraditório!

A Oradora: Portanto, o senhor vir dizer que o planeamento, ou que os valores não são os mesmos, ou são superiores, ou são inferiores aos que eram no passado, mais importante do que isso, como é natural, é ver que valor estava planeado, ver que taxa foi executada e daí fazer um planeamento ajustado a essa execução.

Portanto, acho que isso é natural e todos nós compreendemos.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Quanto a uma mudança de paradigma no que se refere à educação, acho que os números falam por si, acho que é algo que é transversal a todos os partidos que estão nesta Casa que são as taxas de abandono precoce. Estas falam por si, na medida em que efetivamente foi um desígnio do anterior Governo e quando nos deparamos com taxas de 27% dos jovens entre os 18 e 24 anos abandonam a escola e em que a meta era de 11%, algo não está a funcionar e é preciso mudar.

Se há matéria e setor onde era realmente preciso existir uma mudança de paradigma era na área de educação.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Temos aqui uma nova estratégia para a educação (era fundamental), temos uma nova Secretária para a Educação que conhece a área, que nos dá as respostas,...

Deputado Miguel Costa (PS): Quais respostas?

A Oradora: ... que explica aquilo que o Governo pretende implementar, uma realidade muito diferente da anterior.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado José Eduardo. Faça favor.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sra.

Sra. Secretária Regional, com a aprovação por maioria nesta Casa da recente alteração ao Regulamento do Concurso do Pessoal Docente e tendo sido naquele debate, por várias vezes, colocada a questão sobre o problema da fixação de professores nas ilhas mais pequenas sem que na altura houvesse resposta sobre a estratégia que vai ser implementada no sentido de colmatar este problema que se vai agudizar por via do novo regime de concurso criado por este

Governo e pelas bancadas que o suportam, e assim gostaria de perguntar se o Governo Regional vai ou não vai implementar, o sistema de incentivos de fixação de professores que está estabelecido no Estatuto da Carreira Docente.

Sra. Secretária, ainda uma questão muito relacionada com a ilha:

A verba alocada à reparação da EBS das Flores, e das informações que disponho, é manifestamente insuficiente para a intervenção necessária, pelo que solicito esclarecimentos sobre que intervenções estão previstas e para quando o início da obra.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, S. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Célia Pereira. Faça favor.

Deputada Célia Pereira (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

(1) Para o Partido Socialista dos Açores o sucesso educativo e o combate ao abandono escolar precoce são, no atual quadro de pandemia e dos sucessivos períodos de confinamento uma preocupação acrescida, como aqui já foi referido pelo Deputado Rodolfo Franca. Assim, volto a questionar: **Como é que a Sra. Secretária Regional justifica um desinvestimento nesta rubrica do**

orçamento, nomeadamente quando há escolas que no presente ano letivo estiveram mais tempo encerradas do que em funcionamento?

(2) O atual executivo prometeu pagar em tempo recorde os apoios extraordinários às famílias, nomeadamente para compensação das famílias com crianças em ensino e atividades à distância. Passado um mês estas famílias, que também estão sob a sua tutela, continuam sem receber este apoio. Quando vai este Governo começar a pagar estes apoios?

(3) O PSD sempre defendeu, quando estava na oposição, acabar com os Programas Ocupacionais nas Escolas. De que forma é que a Senhora Secretária Regional justifica os 3 milhões e 150 mil euros previstos no Plano Anual para Programas Ocupacionais nas escolas?

Disse.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

A Mesa não tem mais inscrições?

Sr. Deputado José Ávila, faça favor.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária da Educação, qual é, para este Governo, o principal investimento na área da Educação para a melhoria do sistema de ensino e, conseqüentemente, dos resultados escolares dos alunos

açorianos e quais os seus impactos financeiros que esse investimento vai impactar no Plano Regional?

Constata-se, e isso já foi referido pelo meu colega Rodolfo, uma reduzida verba de 136 mil euros destinada a «Projetos Educativos».

Pergunto se o Governo Regional dos Açores vai mesmo desinvestir em projetos de sucesso crescente nas nossas escolas como sendo o caso dos “Recursos Educativos Digitais Abertos” (REDA), “Professores Qualificados Resolução de Dificuldades de Aprendizagem” (PROF D.A.), “Projeto Fénix”, “Ler Açores”, etc., etc.?

Destaco aqui o “Atelier do Código”, projeto que foi concebido para os alunos do 1.º e 2.ºs ciclos com o intuito de se integrarem nas linguagens de programação informática e da computação, áreas fulcrais para o desenvolvimento da sociedade do conhecimento e da informação.

Que futuro para estes projetos? Que futuro para o “Atelier do Código”?

As Orientações a Médio Prazo preveem a diversificação da oferta do Ensino Artístico Especializado, mas não existe a devida correspondência no Plano Anual. Porquê?

Concluindo diria que não vale a pena querer operar grandes mudanças no ensino e no sucesso educativo se essas intenções não se fizerem acompanhar dos meios adequados, nomeadamente financeiros e o Plano Regional Anual não reflete isso.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acalmou a sua bancada, fez muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Diga, diga!

(*) Deputada Bárbara Chaves (PS): Não sei se posso, Sr. Presidente?
O Sr. Deputado João Bruto da Costa está sempre muito animado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que agressividade!

Presidente: Srs. Deputados, está no uso da palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves e eu gostaria muito de a ouvir.

Deputado José Ávila (PS): Diga, diga!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Acalmou a sua bancada, fez muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Ávila, vamos permitir que a Sra. Deputada Bárbara Chaves use da palavra. Muito obrigado.

Deputado Francisco César (PS): Não se calam! Isso é que é bullying!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Está a ameaçar o Sr. Deputado?

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Vice-Presidente, eu não sei se posso continuar, ou não? Obrigada.

Sra. Secretária, nos últimos 8 anos os Governos liderados pelo Partido Socialista incrementaram em cerca de 50% o número de técnicos superiores nas nossas escolas, nomeadamente ao nível dos psicólogos, dos técnicos de ação social escolar, ou terapeutas da fala.

Pergunto-lhe a si, Sr. Secretária, muito concretamente, para 2021, qual será a meta deste Governo em termos de admissão de técnicos superiores das nossas escolas e também saber qual a meta prevista para a legislatura e o que V. Exa. pretende cumprir?

Pergunto-lhe também Sra. Secretária qual a verba e em que ação está prevista a realização de investimentos ao nível da requalificação da Escola Básica e Integrada de Santa Maria, nomeadamente ao nível das vedações exteriores e ligações entre blocos que estava prevista já realizar em termos de tramitação dos trabalhos?

Também tinha uma pergunta relativamente a qual a ação do Plano para o ensino bilingue, mas já percebi pela sua resposta ao meu colega Rodolfo Franca que não está neste Plano, no Plano de 2021, lamentando-se esta situação, temendo-se que apenas fique e conste das Obrigações de Médio Prazo como um conjunto de intenções.

Muito obrigada, Sra. Secretária.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vílson Ponte Gomes. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação, as contínuas decisões de abrir e de fechar as escolas têm levado a que a grande parte da aprendizagem dos alunos tem sido afetada e tem causado um grande sobressalto na comunidade educativa como todos nós sabemos.

Tem contribuído também para o aumento das desigualdades sociais.

Estes factos têm sido mais notórios na ilha de São Miguel, tendo até a Sra. Secretária Regional assumido que o Governo está a preparar um plano especial educativo para os alunos do 1.º e 2.º anos de escolaridade e também para os alunos dos 11.º e 12.º anos do ensino secundário.

As perguntas que lhe faço com muita objetividade são as seguintes:

Qual a razão de só agora o Governo Regional estar a preparar um programa desta natureza, sabendo que as aprendizagens dos alunos não são novas, ou seja, as perturbações nas aprendizagens dos alunos não são novas e já se arrastam a algum tempo, neste ano letivo.

Porquê tão tarde agir se já estamos a caminhar, estamos perto até do final do ano letivo?

Pergunto também como ficam os alunos que não estando na preocupação deste Plano, como por exemplo os alunos do 2.º ciclo?

Para o Partido Socialista é essencial clareza, sobretudo para o que se quer fazer neste momento tão crítico, para tranquilizar os alunos, os pais e encarregados de educação, mas também os professores, porque as consequências desta pandemia, desta crise, não afetam todos por igual.

Mas o que dá a entender é que há uma falta de preparação, de planeamento e até de organização, porque o Governo está desorientado.

Obrigado.

Voices de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Gostaria que nos dissesse na anterior legislatura quem é que fez o planeamento? Quem é que foi?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo. Faça favor.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado José Gabriel Eduardo parece-me que gosta de tropeçar nos seus próprios argumentos e quando vem aqui a esta câmara criticar o Governo naquilo que é a fixação de professores, nas ilhas, sobretudo nas ilhas pequenas, esquece-se que na legislatura passada...

Deputada Andreia Costa (PS): Ele fez uma pergunta. Pelo amor de Deus! Uma pergunta simples!

O Orador: ... o PSD apresentou aqui um Projeto de Resolução para dar início aos incentivos previstos já na lei para fixar os professores nas ilhas das Flores e do Corvo e o Partido Socialista votou contra, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu peço para intervir por duas razões que foram suscitadas neste debate e que me parece que é importante esclarecer também neste momento, pelo menos aquele que é o posicionamento do Partido Socialista.

A primeira delas tem a ver com a questão do Plano e o argumento utilizado pelo Governo de que o Plano tem, no fundo, valores, mais ou menos, relativamente à execução.

Nós lá chegaremos, mas o que se está a discutir aqui é o Plano.

O PS, é verdade, pelos seus Governos, tem já a execução de Planos de vários anos.

Os senhores ainda não têm, é verdade, mas se lá chegarem terão.

Portanto, quando chegarmos a esta parte, e quando chegarmos a essa análise da execução, discutiremos o que é que é a execução dos governos do PS e aquela que poderá ser a execução deste Governo. Mas não é isso que estamos a discutir neste momento. E julgo que é, de certa forma, ludibriar as pessoas querer confundir as duas coisas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Muito bem!

O Orador: É, por isso, que eu gostaria de salientar esse aspeto, pelo menos quanto a esse argumento que foi utilizado.

A segunda questão, tem a ver com a herança que na área da educação o Governo diz que recebeu dos anteriores Governos.

Sra. Secretária, Sra. Deputada, só em circunstâncias excepcionais (aliás, julgo que apenas num caso), é que é possível aceitar a herança de diversa forma. Ou seja, ou aceita toda, ou repudia toda.

Não é possível escolher aquilo que se aceita. E a herança que este Governo recebe é que em 6 anos (para falar apenas em 6 anos) de Governos do Partido Socialista, no 1.º ciclo, a taxa de retenção baixou de 13,9, em 2012/2013, para 6,5, em 2018/2019.

Deputado Carlos Freitas (PSD): É muito mau! Olhe os argumentos! E as competências adquiridas?

O Orador: Eu gostava, Sr. Presidente...

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

O Orador: Se for possível, obviamente.

Presidente: Claro que será possível.

O Orador: No 2.º ciclo baixou de 17 para 6,5%, em 6 anos.

No 3.º, de 24 para 11 e, no secundário, de 26 para 17.

A taxa de transição, em igual período, subiu, no 1.º ciclo, de 87 para 93,5;...

Deputado Flávio Gomes (PSD): E a taxa de ensino escolar?

O Orador: ... no 2.º, de 82 para 93; no 3.º, de 75 para 88 e, no secundário, de 71 para 80.

É verdade! É verdade que a taxa de abandono escolar precoce não teve igual comportamento.

Deputado Flávio Soares (PSD): Ah! Ah!

O Orador: É verdade.

Não é “ah”, Sr. Deputado Flávio Soares, é assim. Não teve! Não nos satisfaz.

Aliás, posso dizer-lhe mais: nem sequer essa melhoria, em seis anos, nos satisfaz, porque ainda são valores que não correspondem àquilo que nós gostaríamos que fossem os indicadores de sucesso na nossa Região.

Mas foi isso que o Governo do Partido Socialista conseguiu. Faço votos, perante o XIII Governo Regional e perante todas as açorianas e os açorianos que nos ouvem, que o XIII Governo Regional seja capaz de fazer mais e melhor para bem dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Infelizmente ao fim de 24 anos de governação do Partido Socialista, 20 dos quais com maiorias absolutas, o Partido Socialista, a seu belo prazer e de acordo com o planeamento que efetuou, teve o domínio absoluto na área da saúde, na área da educação, peço desculpa (na saúde também, mas na área da educação, que é o tema que estamos aqui a discutir), conduzindo-nos aos mais desastrosos números no que diz respeito aos nossos jovens açorianos.

E se o líder do Partido Socialista aqui trouxe um conjunto de números, temos outros números que desmentem, de forma categórica, aquilo que foi o insucesso da Governação do Partido Socialista ao longo de mais de 20 anos nesta matéria.

Deputado Miguel Costa (*PS*): O disco está riscado!

O Orador: E o que dizer da população com mais de 15 anos dos nossos Açores que não têm o ensino secundário completo?

Que dizer da nossa população estudantil dos Açores que concluiu o ensino superior? 11%!

A taxa de abandono escolar precoce, 27%! Mais do dobro da nacional e, como tal, Srs. Deputados, quem andou a ludibriar os açorianos com políticas, cujos resultados são catastróficos, foram as sucessivas governações de maioria absoluta, não só dos últimos anos, mas dos últimos 20 anos do Partido Socialista.

Deputada Andreia Costa (*PS*): É muito requentadinha!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Nesta medida, Sras. e Srs. Deputados, urge questionar este Governo Regional, que apenas tem cerca de cinco meses de funções, sobre, Sra. Secretária da Educação, de uma forma vincada e de uma forma esclarecedora, que medidas tem este orçamento para a estabilização de uma classe que tem sido permanentemente hostilizada pelos sucessivos Governos do Partido Socialista...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... que é a classe docente nos Açores?

Muito obrigado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Foi-nos colocada a questão da comparação do Plano.

Eu, daquela tribuna, não falei em comparações. Eu, daquela tribuna, apresentei um conjunto de intenções deste Governo e de compromissos que estão expressos neste Plano.

Quem começou por fazer as comparações foram os senhores.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: Nessas comparações não podemos esquecer que quando a realidade é conhecida não nos podemos ficar por um conjunto de intenções.

Portanto, vou abster-me (temos todos acesso às gravações desta apresentação) de reiterar as respostas as quais os dados comparativos, por que é que diminui, quando evidenciei que não diminuiu, por comparação com o ano passado e por comparação com o ano sem pandemia, assim, como me vou abster novamente de reiterar quais são os projetos educativos que foram apresentados, porque eles também constam das gravações. É só os Srs. Deputados acederem a essas mesmas gravações.

Deputado Berto Messias (PS): Tem de dizer!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Já no que concerne ao sucesso e às taxas de sucesso e transição, acho que todos nós só podemos ficar muito felizes cada vez que houver melhoria de resultados escolares. Convém é apreciarmos também qual é a qualidade dessa melhoria dos resultados escolares.

Deputada Andreia Costa (PS): Concordo consigo!

A Oradora: É preciso termos em atenção também que o ano passado foi um ano em que o último período letivo foi um período em nós estivemos todos em casa e que tem reflexos nos resultados escolares, nomeadamente quando há anos finais de ciclo...

Deputado Vasco Cordeiro (PSD): O meu ano de referência é 2019!

A Oradora: ... que não foram sujeitos a exames nacionais. Ora, isso pode fazer toda a diferença.

Por isso, na apreciação do sucesso e na apreciação do ProSucesso, como aqui foi invocado, é fundamental que haja uma avaliação externa que não existiu até agora.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputada Andreia Costa (PS): Estamos a aguardar por ela!

A Oradora: Por isso é que os senhores, que implementaram o ProSucesso, desde 2015 até hoje, não foram capazes de apresentar uma única avaliação externa do ProSucesso.

Este Governo, em quatro meses de legislatura,...

Deputado Miguel Costa (PS): Cinco!

A Oradora: ... apresentou não apenas um projeto (ainda não cinco) de avaliação externa do ProSucesso que se compromete a fazê-lo daqui a três meses.

Muito obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Bárbara Chaves faça favor.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Bárbara Chaves (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, muito rapidamente. Apenas para perguntar se o Governo ainda tem tempo, porque eu fiz uma data de questões, e outros Deputados do Partido Socialista, que não foram respondidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem tempo e secretário para falar!

Presidente: Creio que sim, Sra. Deputada. O Governo ainda terá tempo.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Francisco César (PS): O Governo não quer é responder.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Tem de gerir o tempo.

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo mas inscrições, vamos passar à única intervenção de tribuna... Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra para?

Deputada Bárbara Chaves (PS): Para uma interpelação.

Presidente: Mais uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Apenas para registar que as perguntas do Partido Socialista não foram respondidas, de todos os colegas do Partido Socialista, não foram respondidas.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Está registado, Sra. Deputada.

Vamos então passar à única intervenção de tribuna...

Sr. Deputado José Eduardo pede a palavra para?

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente, para uma interpelação.

Presidente: Mais uma interpelação, faça favor.

Deputado José Gabriel Eduardo (PS): Sr. Presidente.

Apesar de, da bancada do PSD, ter vindo o Sr. Deputado Bruno Belo, que não me respondeu, pergunto ao Governo e à Sra. Secretária...

Presidente: Sr. Deputado, está a fazer uma interpelação à Mesa!

O Orador: Gostaria que a Sra. Secretária me respondesse à pergunta que eu lhe coloquei sobre a fixação e os incentivos à fixação de professores.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, temos de ir todos ao Regimento e perceber o que é uma interpelação, para usarmos bem esta figura regimental.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Caso contrário, eu passarei a não dar a palavra para esse fim, desde que ela não seja bem utilizada.

Deputado Francisco César (PS): Atenção ao que está a dizer, Sr. Presidente. Isso fica registado!

Presidente: Vamos passar à única intervenção de tribuna...

Sra. Deputada Andreia Cardoso, faça favor... Para?

Deputada Andreia Costa (PS): Para uma intervenção.

Presidente: Para uma intervenção, está inscrita, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária Regional:

O Partido Socialista regista que não respondeu a qualquer das questões colocadas pelo Srs. Deputados.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faço favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Uma breve participação neste debate só para dizer da estranheza que temos nessa insistência do Partido Socialista em obter respostas do Governo Regional, quando efetivamente já teve a informação que está reiteradamente a solicitar.

Mas é este mesmo Partido Socialista que, enquanto foi Governo e estava obrigado legalmente a dar respostas aos requerimentos dos Deputados da oposição, nunca o fez...

Deputado Rui Espínola (PSD): É verdade!

O Orador: ... e mesmo quando confrontado pelo expediente regimental de transformar em perguntas orais os requerimentos escritos, que não tinha obtido resposta, negou sempre essa resposta.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: O tempo é bom conselheiro e os açorianos souberam decidir como decidiram em outubro, porque efetivamente precisávamos de um comportamento diferente daquele que tivemos durante 24 anos de governação socialista.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos
Membros do Governo)*

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Andreia Cardoso faça favor.

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.
Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Joaquim Machado, com todo o respeito que me merece,
ainda não se senta na bancada do Governo. Portanto, as suas respostas
mesmo assim não foram suficientes às questões que nós colocámos.

Obrigada.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Faça favor, Vice-Presidente.

(*) **Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima):** Sr.
Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sra. Deputada Andreia Cardoso, com a consideração que lhe tenho, registo que não se refugiou em interpelações para vir questionar o Governo e justamente questionar, no pleno direito da oposição, que sempre foi assim, que sempre deve ser assim, e espero que continue a ser uma oposição crítica e fiscalizadora da ação governativa. Estamos todos de acordo. Já estive desse lado, estou agora aqui, como a Sra. Deputada já esteve neste lado e agora está aí.

Deputada Andreia Costa (PS): E também já estive ali, com muito gosto!

O Orador: E também já estive e já voltou.

Também sabe que nós temos que gerir o tempo.

Deputada Andreia Costa (PS): Temos todos!

O Orador: A Sra. Secretária Regional da Educação respondeu cirurgicamente a todas as questões.

Deputada Andreia Costa (PS): Nem uma, Sr. Vice-Presidente, lamento!

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Se eu puder terminar.

Algumas das respostas às questões, a Sra. Secretária respondeu da tribuna.

Deputada Andreia Costa (PS): Não é verdade!

O Orador: As outras complementou aqui da bancada.

Deputada Andreia Costa (PS): Nem uma!

O Orador: Agora, Sra. Deputada Andreia Cardoso, os recursos dessa bancada, em termos de tempo, são finitos. Os recursos de tempo na bancada do Governo também são finitos, porque em democracia temos de falar todos.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Costa (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Vice-Presidente do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista regista que na gestão do tempo do Governo, o Sr. Vice-Presidente tem prioridade em detrimento da Sra. Secretária Regional da Educação.

Obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação.

(*) **Secretária Regional da Educação** (*Sofia Ribeiro*): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Em 15 segundos.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Escolha as respostas, tem várias perguntas.

A Oradora: Querem ouvir as respostas?

Deputada Andreia Costa (*PS*): Todas! Responda a todas!

A Oradora: Respostas relativamente a apoios na sequência da pandemia foram dadas da tribuna e foram dadas aqui, especificamente: tipologia, por ano e ciclo de escolaridade.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Respostas à situação de Santa Maria:

Os senhores estiveram vários anos com uma situação de degradação da escola de Santa Maria sem fazerem nada.

Deputada Andreia Costa (*PS*): Não é resposta!

A Oradora: O nosso Governo tem no Plano a reconstrução do ginásio. Há outras prioridades. Há 28 escolas da nossa Região que carecem urgentemente de obras e nós precisamos de dar-lhes prioridade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Já no que concerne à escola das Flores está aberto um procedimento e nós estamos a proceder, em conjunto com a Secretaria Regional das Obras Públicas à análise das necessidades para intervenção na escola das Flores.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo, para uma intervenção de tribuna tem a palavra a Sra. Deputada Délia...

Sr. Presidente do Governo faça favor.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Sempre aparece!

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente e Membros do Governo:

O debate a que aqui estamos a assistir tem como tema a essência de gerações; a essência da estratégia do desenvolvimento de uma comunidade no seu todo.

A educação é, claramente, a prioridade de qualquer sociedade que queira fazer do desenvolvimento das pessoas a essência do desenvolvimento do território e da sua comunidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: É, pois, esta a estratégia do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: É este o compromisso de geração e de mandato de legislatura para estes próximos 4 anos.

Está bem patente no Programa do Governo que a educação é uma prioridade e de que o seu debate deve comprometer com cumplicidade convergente toda a sociedade: este Parlamento, os docentes, os discentes e a comunidade inteira.

É por isso (devo dizer) uma desilusão quando o debate, sobre esta matéria estratégica, resvala para os truques regimentais...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

O Orador: ... e para uma tentativa de anátema ao Governo quanto à sua capacidade de resposta.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Era bom que as Sras. e os Srs. Deputados assumissem a responsabilidade de entender a importância do tema e o contributo positivo que cada um pode dar para uma ação governativa de sucesso aos insucessos impretéritos.

Na verdade, nós não podemos estar satisfeitos com o alcançado em matéria de sucesso educativo na Região; não podemos estar satisfeitos com o nível de investimento para a educação nos Açores e nos açorianos.

Tudo podemos fazer com sentido crítico. É democrático. Mas antes, neste processo de planeamento, sinalizar as prioridades, definir os objetivos é essencial.

Pois muito bem, está no Programa do Governo!

Pois muito bem, estão nas Orientações de Médio Prazo as orientações específicas para esta prioridade estratégica...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e os meios financeiros alocados são os que temos disponíveis para o fazer.

Fazemo-lo com a prudência de quem sabe a capacidade de execução, mas também no que diz respeito à capacidade de alocar verbas para fazer dos recursos humanos, na docência, aquilo que é essencial ao sucesso educativo.

Este Governo fez e poucos estão a fazer referência.

Deputado João Vasco Costa (PS): Caladinhos e sem fazer perguntas!

O Orador: No plenário anterior iniciámos exatamente esta estratégia, porque a estabilidade do corpo docente é também a estabilidade do ensino, do sucesso educativo...

Deputado Joaquim Machado (PSD) e Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: ... e sobretudo das oportunidades para o corpo docente, isto é, para as nossas alunas e alunos.

Eu vejo este debate sob a luz da responsabilidade e não sob a disputa de quem fez e de quem não fez.

Parece que a memória perdeu o sentido da responsabilidade do pretérito e está indisponível para assumir a responsabilidade do futuro.

Este Governo está preocupado com o futuro.

Muito obrigado.

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e
dos Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Pergunto se há mais inscrições para este debate?

Há duas pessoas a pedir a palavra, a Sra. Deputada Andreia Cardoso e
o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

A Sra. Deputada prescinde.

Sr. Deputado Vasco Cordeiro faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.
Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros
do Governo:

Sr. Presidente do Governo, seja bem-vindo ao debate.

Eu gostaria de dizer-lhe o seguinte:

Obviamente que concordo consigo. Concordo consigo, não na parte
em que o senhor diz que os deputados devem perceber a importância
da educação. Julgo que percebem, cada um dentro daquilo que é a sua
opção. Portanto, também não lhe compete a si fazer esse juízo como
Presidente do Governo.

Deputada Sandra Faria e Deputado Vílson Ponte Gomes (PS):
Muito bem!

O Orador: Mas o que gostaria de dizer-lhe é o seguinte:

O Sr. Presidente do Governo pretendeu colocar a questão no sentido de dizer: “estes são os recursos que nós temos e, no fundo, estas são as nossas prioridades”.

Efetivamente assim é, mas o que é preciso recordar, Sr. Presidente do Governo, é que fruto das prioridades do Governo, a educação tem menos dinheiro; fruto das prioridades do Governo, a Região tem menos dinheiro, do ponto de vista daquilo que era a sua capacidade, porque se essa é a sua prioridade na educação, aqui fica um desafio concreto: baixe menos os impostos para quem ganha mais e invista mais na educação.

Muito obrigado

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Presidente do Governo...

(*) **Presidente do Governo Regional** (*José Manuel Bolieiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, há oportunidades que se devem aproveitar e uma oportunidade que o Sr. Deputado perdeu foi a de

assumir a responsabilidade relativamente aos resultados que ao longo destes anos...

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... a educação não teve.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Se acha que o princípio de atirar dinheiro aos problemas é a solução dos mesmos, está enganado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Se acha que o anúncio é que substitui a concretização, está enganado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

O Orador: Se acha que nas estratégias a réplica é que conta, está enganado.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: E eu direi no somatório destas conclusões que são muitos enganosa para uma oportunidade estratégica de desenvolvimento.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente do Governo, não vale a pena “estalar o verniz” tão cedo e, sobretudo,...

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Queria que estivesse estalado, mas não estalou!

O Orador: ... não vale a pena dizer uma coisa numa intervenção para a contradizer logo a seguir, porque aquilo que o Sr. Presidente fez foi, no fundo, talvez à falta de melhor argumento, fugir para aquela que tem sido a constante que, na minha opinião, obviamente, o Grupo Parlamentar do PSD se tem posicionado neste debate, que é, num debate do Plano e Orçamento, os senhores fazem a defesa desse

documento e das vossas opções, não por aquilo que eles significam ou podem significar para os Açores, mas por oposição ao PS.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Secretária Regional da Educação (Sofia Ribeiro): Respondi-lhe a isso há pouco!

O Orador: E isso é um mau princípio, acredite.

Olhe, acredite que eu, em tempos, também já incorri nesse erro. Veja o que lhe diz a voz da experiência: não é um bom princípio!

E aquilo que o Sr. Presidente acabou de dizer foi que acha que com este Plano não precisa de mais dinheiro.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Não disse isso!

Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP): Ele não disse isso!

O Orador: Não precisa de mais dinheiro, porque se precisa de mais dinheiro, o meu desafio mantém-se: baixe menos os impostos sobre quem ganha mais e invista mais na educação e já agora na saúde também.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Nuno Barata (IL): Isso é demagogia! O PS tem a obsessão de atirar dinheiro às pessoas. A esquerda tem essa obsessão de atirar dinheiro às pessoas!

Deputado Francisco César (PS): Por isso é que vocês são de direita, não é?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Os senhores, não é vocês! Os senhores!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Presidente do Governo tem a palavra. Faça favor.

(*) **Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, primeira nota: os factos são o que são e não o que se diz deles.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Não houve aqui qualquer “quebra de verniz”.

A minha intervenção teve, por um lado, a elegância do trato que é amistoso com V. Exa,...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: E a humildade?

O Orador: ... como também a urbanidade do debate parlamentar.

E não vejo razão (nunca vi na minha vida, seja ela parlamentar, seja outra) para alcançar a razão pelo levantar da voz.

Portanto, não é meu timbre este exercício.

Quero dizer que discordo. Não “quebrei verniz” algum na minha intervenção e em todas as que no Parlamento tenho feito.

Portanto, pode estar descansado que não atentarei nem contra o seu caráter, nem a sua dignidade, quer como Deputado, quer como antigo governante.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Mas não deixarei de anunciar, em nome deste Governo, aquelas que são as estratégias prioritárias, as opções doutrinárias e ideológicas que subscrevo neste Programa do Governo que foi aprovado nesta Casa e que sim, tem forças partidárias, ideológicas e doutrinárias plurais, mas que encontraram denominador comum: prioridade à educação e, sim, estrategicamente não usurpar à economia produtiva o dinheiro com os impostos que, em regra, os governos socialistas procuram fazer.

Portanto, nós estamos em perfeita discordância quanto a essa sua estratégia, a de não diminuir impostos, porque para nós a criação da riqueza faz-se na economia e a economia não pode ser usurpada através dos impostos para ter impedimento do seu crescimento e do seu desenvolvimento.

Mas hoje, e aqui, o debate é à educação e nós estamos plenamente convictos de que a educação é a nossa prioridade.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM, do CH e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos finalmente passar então à única intervenção de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Délia Melo. Faça favor.

Deputada Délia Melo (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Se há fator imprescindível para uma mudança positiva na sociedade, este fator é a Educação. Todo o investimento feito nesta área traz, mais cedo ou mais tarde, um retorno que fará a região poupar milhões na resolução de outros problemas que advêm, sobretudo, da baixa escolarização.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: Assim, longe de ser uma idealização impraticável, de intenções generosas a troco de consequências inócuas, o XIII Governo Regional dos Açores, consciente desta realidade, traz à discussão um Plano e Orçamento realista e exequível, apresentando um investimento que não cria ilusões!

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Pelo contrário, tem como finalidade ser, efetivamente, executado e dar resposta aos reais problemas da educação!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Nos tempos mais recentes, a sociedade no seu todo teve de se adaptar aos constrangimentos causados pela pandemia e a educação não foi uma exceção. A covid-19 transportou-nos para uma realidade diferente – o ensino à distância. É sobejamente sabido que as aulas em regime presencial são insubstituíveis, não apenas no âmbito das aprendizagens, mas também no papel da socialização e na interação dos diversos estratos sociais, pois a escola presencial é uma âncora social para muitos alunos. Porém, também sabemos que o ensino à distância é inevitável nesta fase – e é certo que a aquisição dos conhecimentos é recuperável, mas não podemos dizer o mesmo da vida humana. Nesta sequência, o Governo Regional dos Açores tem previsto o investimento na modernização e adaptação às novas tecnologias do Parque Escolar da Região. Para o efeito, está prevista a aquisição de equipamentos, de recursos educativos e o desenvolvimento de competências digitais, através do projeto de Escolas Digitais,...

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Só na Terceira!

A Oradora: ... contando para isso com uma verba de quase 3 milhões de euros.

Deputado Vílson Ponte Gomes (PS): Só na Terceira!

A Oradora: Estamos, portanto, em consonância com os eixos estratégicos definidos no Plano de Recuperação Económico de Portugal 2020-2030 e as duas estratégias prioritárias do plano de ação de educação digital da União Europeia que é promover um ecossistema de educação digital de alto desempenho e melhorar as competências necessárias para a era digital.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PS): Muito bem!

A Oradora: Estes investimentos permitirão uma maior igualdade de oportunidades no acesso às novas tecnologias e assim serão mitigadas as assimetrias sociais que, neste momento, se acentuam. Diga-se, aliás, que Secretaria Regional da Educação já lançou o concurso internacional para o fornecimento e distribuição de quatro mil computadores portáteis e mil tablets para as escolas da Região.

Outro ponto fulcral a reter é o aumento dos apoios no âmbito da ação social escolar, de forma a contrariar as crescentes desigualdades sociais. Esta necessidade entristece-nos. Mas vamos aos factos, e agora gostaria de acrescentar (o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não está aqui) alguns dados à pesada herança que há pouco ele nos mostrou, mas que não incluiu tudo.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

A Oradora: Então vamos ouvir:

- Ano letivo 2011/2012, 58% dos alunos beneficiava de Apoio Social Escolar;

- Ano letivo 2020/2021, 61,4% dos alunos beneficia do Apoio Social Escolar;

Ou seja, 6 em cada 10 alunos da região é beneficiário do Apoio Social Escolar;

Ou seja, 43% do investimento para a área da educação vai ser consumido pela ação social escolar, ou seja, mais de 9 milhões de euros!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*) e **Deputado Pedro do Nascimento Cabral** (*PS*): Muito bem!

A Oradora: É demasiado!

É legítimo, então, nós perguntarmos: volvidos praticamente 10 anos, com uma redução de cerca de 8000 alunos matriculados, onde estão as desejadas melhorias? Não só não houve melhorias, como a situação se agravou. Os números provam-nos que não houve uma estratégia global e concertada de investimento na educação e de outros setores que têm, necessariamente, de a acompanhar. Não é por acaso que os Açores possuem a maior taxa de pobreza do país – 31,5% da população vive em situação de pobreza, o mesmo é dizer 31 em 100, 3 em 10 pessoas.

Encontramo-nos na cauda da europa e na pior posição de Portugal no que toca à taxa de risco de pobreza ou exclusão social, bastando para tal consultar o recente estudo da Fundação Francisco Manuel dos Santos. Esta realidade tem, inevitavelmente, implicações noutros campos, como no insucesso escolar e no abandono escolar precoce. E aqui o panorama não é melhor. Os governos socialistas fixaram como meta a redução para 10% da taxa abandono escolar precoce nos Açores em 2020. Falharam

redondamente, pois essa taxa mantém-se nos 27 por cento, a mais alta do país e quase três vezes superior à média nacional.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Foram inscritas dotações de milhares de euros nos planos e orçamentos anteriores para resolver esta questão – desde 2016 foram inscritos quase 4 milhões de euros, mas a taxa de execução ficou, imagine-se, pelos 0%. Os residentes nos Açores foram assistindo a promessas que não passaram de utopias! Em 2021, temos 300.000 euros para a promoção do sucesso educativo e o combate ao abandono escolar precoce. Menos, poderão alegar, mas muito mais do que alguma vez deram, porque este investimento será executado com a finalidade a que se propõe!

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

A Oradora: Acabamos, portanto, de ver exemplos flagrantes da falta de visão holística por parte da anterior governação,...

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que nos deixa nas mãos uma herança pesada que se agudiza com a situação pandémica. Porém, não vamos recorrer ao argumento da pandemia para cruzarmos os braços e respondermos, somente, aos problemas mais prementes decorrentes da mesma.

Se tivermos em conta as obras escolares, que estão alocadas à secretaria das Obras Públicas, Transportes Terrestres e Comunicações, estamos a falar de um total de cerca de 38.000.000, o que é manifestamente superior ao passado se atendermos à taxa de execução na área da educação, que ficou nos 55%.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Não queremos repetir os erros do passado. Este Governo promete e vai cumprir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: É nossa firme convicção que é imperioso que cada Cidadão possa ter uma formação de base coerente, exigente e potenciadora de criatividade e pensamento crítico para que a própria sociedade se desenvolva e passe da dependência de apoios para a capacidade de se autonomizar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Assim, com passos firmes, partindo para uma visão integrada, com contributos da solidariedade social, da educação, da qualificação profissional...

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e do emprego – este plano afigura-se como diferenciador dos do passado. É neste sentido que este Governo Regional apresenta a sua missão, não como uma utopia, mas antes como uma realidade!

Disse.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e

Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver vamos fazer um intervalo de 15 minutos.

Regressamos às dez para o meio-dia.

Eram 11 horas e 35 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 52 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Encerrámos a área da educação. Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos agora com a saúde e com o desporto.

Para o efeito dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto. Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A doença causa dor, sofrimento e perturbação nas pessoas, nas famílias, nas empresas e na sociedade em geral.

É esse temor que se sente, afetando todos quantos passam pela privação da Saúde.

Com a sua permissão, Senhor Presidente, e fazendo um desvio regimental, por não ser possível esta Assembleia manifestar Pesar no âmbito do debate que ocorre esta semana e para que o Parlamento dos Açores não deixe de registar, neste momento, o perecimento de um dos seus mais insignes representantes, ocupo uns instantes dos poucos

minutos que me cabem para citar João Ângelo de Oliveira Vieira, quando esteve internado acometido pela enfermidade:

*“Com dores e com fome,
Como esta noite que passou,
Assim é que um homem come,
O pão que o diabo amassou”.*

“Só quem passa”, como diz o nosso Povo.

E aos Governos, e às Assembleias, cabe fazer com que não se passe por tais agruras e criar condições para que, se passando por elas, o sofrimento seja atenuado e superado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ao Governo cabe, por isso, governar.

Para isso, é essencial um Programa, que foi aprovado em dezembro, como é necessário definir as estratégias de médio prazo, através das respetivas orientações, bem como planificar programas e ações, garantindo e regulando o orçamento; é o que estamos a fazer.

Para o efeito temos de identificar as necessidades, as dificuldades e as potencialidades para, com os propósitos e valores que nos motivam e sustentam, definir os meios e os recursos para alcançar os objetivos que prosseguimos.

É esse trabalho de identificação das capacidades instaladas e dos problemas constrangedores da atividade governativa e da qualidade de vida que está na base do que propomos.

Sim, os Açores têm trabalho positivo feito ao nível da Saúde. Temos profissionais qualificados, temos investimento feito em Hospitais e Centros de Saúde, temos programas implementados com qualidade e respostas eficazes em muitos casos. Temos, por isso, obrigação de promover o capital humano, de instalações e equipamentos existente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Como temos a responsabilidade de corrigir caminhos erróneos e erráticos e fazer o que ainda não foi feito.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Desde logo, temos o imperativo programático de promover a alteração estrutural do paradigma da intervenção política no sector, naquilo que somos diferentes, para construir aquilo que os açorianos merecem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Por um lado, numa perspetiva sistémica integrada e intercomplementar assegurando as soluções de saúde que os cidadãos exigem, reforçando o serviço público e articulando-o, de forma descomprometida e eficaz, com as propostas privadas e sociais, mas, também, internamente na relação aberta e positiva entre os vários hospitais da Região, entre estes e os centros de saúde e entre carreiras profissionais ligadas ao setor.

Queremos um sistema de saúde que funcione com todos, em que todos contam dentro de um princípio de liberdade responsabilizante.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, pretendemos iniciar um processo de inversão de prioridades de intervenção, no sentido da valorização da prevenção e do reforço dos cuidados primários.

A saúde não é, não pode ser, só cura da doença, tem de ser, fundamentalmente, evitar a doença.

O binómio único do sector não pode ser construído, exclusivamente, na relação entre o profissional e o doente ou utente, tem de envolver e ser dirigida ao cidadão de forma integrada, sistémica e multissectorial.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Por isso, temos propostas inovadoras e diferentes do que foi feito até aqui.

Por exemplo, um plano de Nutrição das Escolas – Alimentação Saudável; Programa de Saúde Mental; Programa de Literacia em Saúde, ou o Enfermeiro de Família.

Sem falar no incremento inovador ao nível dos programas de rastreio ao cancro.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Identificamos, ainda, como prioridade e mudança de fundo na ação política deste Governo, o fim do subfinanciamento da Saúde que levou a situações indignas na relação da Região com os seus fornecedores e que criou uma dívida de cerca de 150 milhões de euros que este Governo irá pagar nesta legislatura.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Só com custos e perdas financeiras, nomeadamente juros bancários, juros de mora e outros, a Região gastou em 10 anos, 305 milhões de euros.

Isto é, não pagamos a tempo a quem nos forneceu bens e serviços para a saúde e, porque ficamos a dever, a Região teve de pagar mais essas três centenas de milhões de euros que seriam tão úteis e necessárias para melhores cuidados de saúde e, por exemplo, termos menos açorianos em lista de espera.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Por isso, temos uma dotação de 419 milhões de euros – o maior orçamento de sempre na Saúde na Região – para garantir que os

Hospitais e Unidades de Saúde dos Açores são bons pagadores e por pagarem a tempo e horas pagam menos e prestam melhores serviços.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Realço, ainda, que iremos avançar com processos iniciados, mas que estão marcados por paragens, indecisões ou recuos durante anos.

O Centro de Saúde das Velas, apesar da confusão da relação com o empreiteiro, com uma obra parada desde junho do ano passado e da exiguidade de condições do projeto que nos foi deixado, já tem um novo projeto, no valor de 2,5 milhões de euros, mais 1,1 milhões de euros relativamente ao projeto inicial, cujo concurso para a empreitada de construção será lançado no próximo máximo de maio.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: O Centro de Saúde das Lajes do Pico, apesar de conflitos com o empreiteiro e de um processo em Tribunal, vai ter uma diferente e mais digna intervenção, cujo projeto será apresentado em três meses após o que se lançará o novo processo de construção.

O processo de radioterapia na Terceira, depois de anúncios e contra-anúncios e de uma decisão final de não avanço, vai finalmente avançar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Na sequência da relevância dada a este projeto, desde que tomámos posse, com várias conversações com a empresa em causa e do retomar de todos os procedimentos necessários que já estão em curso, posso anunciar que o serviço de radioterapia na Terceira vai iniciar-se na primeira segunda-feira de setembro, dia 6.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Com responsabilidade, com determinação e vontade política cumprimos a palavra e o compromisso, mas, sobretudo, servimos os açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Entretanto, temos a pandemia que nos abafa e condiciona. Temos de continuar este combate até ao seu fim. Com presença, proximidade no local e no momento em que é necessário e clareza de critérios, temos de fazer tudo o que está ao nosso alcance, e na parte que cabe à responsabilidade do Governo para atacar a doença.

Com a identificação dos casos positivos e de todos os seus contactos, através da intensidade de realização de testes. Nos Açores, realizámos uma média 1,73 testes por habitante, enquanto a nível nacional a média é de 0,97.

Com a vacinação, apesar de não termos as vacinas que precisamos e desejamos, porque não nos são fornecidas pelo Governo da República, posso adiantar que no final desta semana, com a primeira dose da população elegível vacinada, temos 25% dos açorianos, quando a média nacional é de cerca de 15%.

Devo também dizer que quando a nível nacional foi dada prioridade aos cidadãos com mais de 80 anos, nos Açores, de forma diferente e adequada à nossa realidade e pressupostos políticos, decidimos que são vacinados os cidadãos com mais de 75 anos.

E os cidadãos com mais de 75 anos nos Açores, no final da semana, teremos 75% dos açorianos vacinados. É uma grande conquista apesar das dificuldades.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Temos oito ilhas sem transmissão comunitária, com casos meramente residuais nos últimos meses.

Temos uma ilha com insistência de casos.

Enquanto noutros locais estiveram escolas, restaurantes, e demais estabelecimentos encerrados, nos Açores temos procurado abrir sempre que a pandemia permite e menos do que desejamos. Porém, na saúde e neste caso de forma mais evidente, a nossa ação não assenta no que se deseja, nem na onda que popularmente pode ser aceite, mas na permanente gestão de interesses conflitantes que garanta o valor maior: a saúde pública!

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Tudo isso só se faz com profissionais de saúde valorizados e motivados. Profissionais que têm aguentado estoicamente as entropias do sistema e as suas dificuldades estruturais.

Por isso, ouvindo os profissionais do sector e estando ao seu lado, fazemos uma aposta na definição de regras de incentivos à fixação de médicos para que venham mais e de valorização das carreiras dos que cá estão para que continuem ligados ao Serviço Regional de Saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Desde que este Governo tomou posse, em 24 de novembro passado, já estão contratados e em curso os processos de contratação de 167 profissionais de saúde.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Ao mesmo tempo, depois de reunir e envolver os seus representantes, vamos concretizar o processo conducente à valorização remuneratória de enfermeiros, farmacêuticos, técnicos superiores de diagnóstico e terapêutica, assistentes técnicos e assistentes operacionais.

São todos estes os responsáveis pelo sucesso das respostas na saúde dos açorianos, a quem exalto!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Com eles, os últimos quatro meses, já têm menos 717 doentes em lista de espera do que havia quando este Governo tomou posse.

Expressamos, ainda, uma atenção particular e diferente também ao nível do combate às dependências, com uma aposta mais firme na prevenção, através de um programa abrangente e interdisciplinar que ataca o problema de forma intensa antes dele se alastrar por famílias e comunidades adentro como tem acontecido.

No Desporto, realço uma nova e profunda visão de intervenção no sector, fortalecendo a atividade associativa com o reforço do

respetivo financiamento, com a revisão do estatuto do dirigente desportivo, com a revisão da legislação em vigor, ou com a criação de dois níveis de praticantes: o Jovem Talento Regional e o Aspirante a Jovem Talento Regional. Por outro lado, iremos promover, entre outros, os Programas Regionais para o Desenvolvimento da Literacia Motora, para a aquisição de competências marítimas, num pressuposto de que a atividade física é essencial para a saúde de uma sociedade.

Na Proteção Civil, propomos um reforço da relação com o sector e valorização dos nossos bombeiros, como através da renovação da obsoleta frota especializada, nomeadamente, veículos de pronto-socorro pesado e veículos de autotanque pesado.

Tudo isto é menos do que aquilo que será feito todos os dias e muito menos do que aquilo que os açorianos merecem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas com a cooperação positiva de todos os agentes políticos da Região, de acordo com a múltipla configuração política deste tempo, teremos mais saúde e melhor vida para quem vive nestas ilhas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Assim queiram todos assumir esta responsabilidade!

O que da parte deste Governo reiteramos!

Disse.

**Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos
Membros do Governo)*

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Nuno Barata faça favor.

(*) Deputado Nuno Barata (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.
Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, “vamos fazer o que
ainda não foi feito!” – solicita o grande poeta contemporâneo da
cidade nortenha.

Neste momento, os doentes não Covid, nomeadamente no Hospital
Divino Espírito Santo, estão por tratar, Sr. Secretário. Estão com os
seus tratamentos todos atrasados, estão a viver autênticos pesadelos,
alguns deles, e isto para acudir à situação Covid e à impreparação
daquela unidade de saúde para receber esses doentes, mas já passou
um ano e ouvimos centenas de promessas e centenas de milhões, e
afinal o HDES só tem 15 quartos para o tratamento Covid.

Sr. Secretário, neste momento existe, felizmente, uma nova unidade
de saúde na ilha de São Miguel, o Hospital Internacional dos Açores.
O que lhe queria perguntar, se não mesmo recomendar, é se não seria

de protocolar, com essa unidade, a exclusividade dos tratamentos dos doentes Covid, para deixar os HDES tratar aqueles doentes que neste momento estão sem tratamento e sem meios de diagnóstico?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também sem muito tempo para gastar, apenas dizer ao Sr. Secretário Regional da Saúde que podíamos falar de muita coisa da fixação dos médicos, etc., da vacinação, não a do Covid, mas de outras, mas também gostaria de falar daquilo que já lhe disse várias vezes e já disse várias vezes nesta câmara.

Qualquer um de nós sente a mágoa de chegar a uma farmácia e ver um idoso escolher entre este e aquele medicamento. Algo está errado! E neste sentido (e é mais ali para o Sr. Vice-Presidente), o Chega hoje faz saber que irá apresentar nesta Casa uma proposta de alteração, ao Plano e Orçamento, no sentido de aumentar o Complemento Regional de Pensão, num sistema que, para o patamar mais baixo do cheque pequenino, nós vamos ter um aumento de 50%, ou propomos um aumento de 50%.

Penso que é uma medida que a todos irá trazer grande alegria, sejamos nós da direita ou da esquerda, porque estamos a falar daqueles que mais sofrem na nossa sociedade e naqueles que não só têm de sustentar a si próprios, mas muitas vezes têm de sustentar uma ou duas famílias que são os seus filhos e os seus netos.

Este é um projeto da direita, mas que também seja um projeto da esquerda, que seja um projeto de todos nós em prol daqueles açorianos que mais sofrem que são os nossos idosos.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e de alguns Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes, faça favor.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Criado a 11 de dezembro de 1980, o Serviço Regional de Saúde, após quatro décadas de funcionamento, evoluiu de forma muito

significativa, no que diz respeito à acessibilidade e prestação de cuidados de saúde à população açoriana.

Nos últimos anos foram introduzidas modificações que reforçaram a garantia de acessibilidade, qualidade e compreensão da importância dos cuidados de saúde, tendo sido promovidos modelos de organização dos cuidados adequados a uma realidade arquipelágica única, como a da Região Autónoma dos Açores, com uma gestão mais descentralizada e participada que introduzisse uma maior racionalização da utilização dos recursos disponibilizados, promovendo, de modo efetivo, a obtenção de ganhos em saúde para a população.

Todos sabemos que os problemas existentes no setor são globais e sistémicos, não sendo únicos do Serviço Regional de Saúde.

Ao longo dos últimos anos o Serviço Regional de Saúde teve um enorme investimento no que concerne ao desenvolvimento do sistema de saúde, na ampliação, remodelação e beneficiação de infraestruturas, no apetrechamento, modernização e nas tecnologias de informação na saúde, bem como na contratação e formação de profissionais de saúde. E documentos estruturantes e estratégicos, como as Orientações de Médio Prazo e o Plano e Orçamento para a Região, que temos em apreço, a que se associam o Programa do Governo aprovado em dezembro, deveriam, neste âmbito, definir as prioridades desta legislatura. Contudo, descaram inexplicavelmente muitos dos aspetos identificados e trabalhados.

Em dezembro, a propósito da discussão do Programa do Governo, na sessão plenária ocorrida nesta Assembleia, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista teve oportunidade de chamar a atenção para os desafios colocados ao Serviço Regional de Saúde e para a necessidade fulcral de não negligenciar o setor da saúde na Região, dando continuidade a programas, projetos, ações e iniciativas e/ou a melhorá-las ou a reformulá-las de forma consciente, inteligente e ponderada.

E se o Programa do Governo, no que diz respeito ao Serviço Regional de Saúde, pouco ou nada acrescentou, a verdade é que as propostas e as Orientações de Médio Prazo, bem como o Plano e Orçamento para a Região para 2021, claudicam na defesa determinada na resposta aos desafios presentes e futuros que se colocam à saúde da população açoriana.

O Sr. Presidente do Governo, a propósito da inauguração de uma unidade hospitalar privada, afirmou que se pode diminuir a necessidade das deslocações para o continente, por vezes em condições muito difíceis com desconhecimento do local, com falta de suporte familiar e comunitário, com um apoio da diária que é manifestamente insuficiente porque, em muitos casos, apenas cobre o alojamento ou os transportes”

Apontou ainda, V. Exa., que com a aposta efetiva na retoma dos cuidados de saúde e na determinação dos incentivos à fixação dos

respetivos profissionais, pode-se promover a estabilização dos quadros clínicos.

Contudo, nada disto se encontra vertido na presente proposta de Plano e Orçamento.

Não obstante, pergunto ao Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, como é possível V. Exas. depauperarem a capacidade desportiva regional, depois de todo o percurso realizado ao longo dos últimos anos, quando reduzem o investimento nos escalões de formações e nos processos especiais de formação dos jovens praticantes?

V. Exas., até há bem pouco tempo, defenderam a criação de equipas de intervenção permanente nos quartéis da Região, bem como a extensão do serviço de Suporte Imediato de Vida a outras ilhas e concelhos e, no Faial, passar de 16 horas para 24 horas. Onde está o cumprimento destas promessas?

V. Exas. até há pouco tempo defenderam a negociação e revisão da valorização das carreiras dos profissionais de saúde, mas as mesmas não se veem refletidas nas propostas que temos em apreço. Onde estão? Qual a verba? Qual a estimativa de custo?

V. Exas. não só não cumprem com as vossas promessas, como não honram compromissos assumidos pelo Governo anterior.

Não obstante, afirmaram V. Exas. que o Serviço Regional de Saúde terá um reforço de 75 milhões de euros.

A verdade é que não existe qualquer esforço do Governo em reforçar o financiamento do Serviço Regional de Saúde pelo orçamento próprio da Região, nem existe um aumento de financiamento do Serviço Regional de Saúde em 75 milhões de euros, como afirmaram. O que V. Exas. vão fazer é ir buscar dívida para pagar dívida.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Se analisarmos o Orçamento verifica-se que o Governo Regional afinal limita-se a utilizar a saúde para procurar aumentar ainda mais o endividamento em 2021.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Ou seja, aumenta a dívida em 75 milhões de euros com a justificação do reforço do financiamento do Serviço Regional de Saúde, mas depois nem sequer transfere esse valor para o Serviço Regional de Saúde, como se pode verificar no mapa V, dos documentos em apreço.

Daí que lhe pergunto, Sr. Secretário: como é isto possível e viável? Queira V. Exa. por favor explicar.

Obrigado, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado.

(*) Deputado Pedro Neves (PAN): Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo, Sras. e Srs. Deputados:

Eu não concordo com o Grupo Parlamentar do PS relativamente a este Orçamento na temática da saúde, pelo contrário, eu tive bastantes dúvidas. E muitos especialistas, médicos e enfermeiros, tiveram dúvidas relativamente ao novo Secretário Regional da Saúde e Desporto por não ser obviamente dentro do sistema hospitalar. Pelo contrário, temos um Secretário da Saúde que é diligente, trabalha imenso e mostrou neste Orçamento que queremos robustecer, sem dúvida, o nosso sistema de saúde.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Eh pá, recebo palmas!... Recebo palmas!...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): A verdade merece aplausos!

O Orador: Não é só crítica, também tenho de dizer a verdade quando ela existe.

Durante décadas conseguimos verificar que o Governo anterior fez um bom trabalho na saúde, mas não fez um trabalho ideal e talvez relativamente a casmurrice (e estamos a falar de algo que para o

Plano é bastante importante), apesar de estar explanado no Plano e Orçamento, nós queremos apresentar uma proposta de alteração relativamente aos valores pecuniários de incentivo e fixação dos médicos.

Obviamente que o Governo anterior, logo em 2015, fez esses incentivos, mas nunca conseguiu competir com as outras regiões. Foi falado por todas as pessoas e nada aconteceu.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Ainda bem que temos novamente essa alteração e nós queremos, se obviamente este plenário assim o aceitar, dividir por zonas, porque as ilhas são todas diferentes em termos das nossas necessidades.

O mesmo também acontece na saúde mental. O PAN também vai querer meter uma proposta de alteração. Nós temos um grande défice de psicólogos em todas as ilhas, temos ilhas até que não têm um psicólogo sequer e nós queremos reforços, porque a saúde mental, para nós, é extremamente importante.

E para não retirar mais tempos, porque posso dizer que não tenho muito tempo, mas a saúde para o PAN é extremamente importante e, vendo este Plano e Orçamento, sem dúvida que nós temos que dar os parabéns pelo menos ao esforço orçamental que se fez e daquilo que nós podemos fazer todos os anos para conseguirmos aumentar a nossa percentagem e estarmos um pouco mais equiparados com a União

Europeia relativamente àquilo que metemos no orçamento em termos de saúde.

Obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Apoiado!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima. Faça favor, Sr. Deputado.

(* **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto:

Haveria, de facto, muito a questionar sobre o setor da saúde, desde logo, pela falta do investimento necessário que ainda subsiste neste orçamento e com a intenção do Governo, não de resolver a suborçamentação, mas de ir resolvendo a suborçamentação, e esse é um caminho de, como disse ontem, também neste aspeto de falta de ambição, porque continuar a suborçamentação é continuar com os mesmos problemas de sempre, assim como no que diz respeito aos trabalhadores do setor da saúde, pela ausência de compromissos concretos, até no que diz respeito aos trabalhadores dos hospitais, com contrato individual de trabalho, de pagamento daquilo que lhes é

devido, que já deveria ter sido pago pelo Governo anterior, é verdade, mas que este tem de assumir também este compromisso que está assumido com eles.

Mas centro esta intervenção efetivamente numa questão muito concreta, Sr. Secretário.

O Sr. Secretário na semana passada fez uma afirmação que, julgo eu, deixou todos os açorianos preocupados. Preocupados, porque o Sr. Secretário referiu que o hospital de Ponta Delgada estava a dois terços da sua capacidade de oxigénio.

Uma afirmação dessas não se faz de forma leviana, nem sem ter dados muito concretos. E, ao fazê-lo, julgo eu, ninguém ficou indiferente.

No entanto, este Governo, já dizia, a 5 de dezembro de 2020, que “o Serviço Regional de Saúde não estava em risco de rotura e que no que diz respeito ao internamento Covid poderia ser aumentada a capacidade de internamento para 80 camas das quais 28 em cuidados intensivos”.

Ora, alguma desta informação não está certa. Há aqui alguma coisa, Sr. Secretário, que não bate certo e que é falsa. Das duas uma: ou o hospital de Ponta Delgada não está em risco de rotura agora e há a capacidade que o Governo dizia que existia em dezembro, ou então a informação que nos foi dada em dezembro era falsa. Em que é que ficamos?

Eu gostaria que o Governo esclarecesse, porque os açorianos não podem ficar a ouvir uma coisa ontem e outra hoje,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Não é nada disso!

O Orador: ... depois passar pelos pingos da chuva e parecer que está tudo bem.

Julgo eu que essa explicação é devida a todos os açorianos e açorianas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

(*Pausa*)

Pergunto se há mais pedidos de esclarecimento para o Sr. Secretário?
Sr. Deputado Carlos Freitas faça favor.

(*) **Deputado Carlos Freitas** (*PSD*): Muito obrigado.

Exmo. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Esta minha intervenção vem no âmbito de querer felicitar este Governo por se preocupar deveras com um problema bastante grave, a algum tempo a esta parte, que o Governo anterior nos deixou, nomeadamente no Pico, mais concretamente no concelho das Lajes do Pico, no que concerne ao acesso à saúde.

O Governo do Partido Socialista deixou aquele concelho, no que respeita ao acesso à saúde, num estado calamitoso, de forma vergonhoso para o séc. XXI.

Aquela população merecia mais, merece muito mais do que aquilo que foi deixado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM:

Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este Governo, como tem mostrado até então, agarra-se às causas e esta não se podia arrastar mais no tempo.

Obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto faça favor.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):

Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, demais Membros do Governo:

Tentando ser rápido, porque como todos sabemos o tempo é muito curto neste debate. Todos temos os minutos contados.

Lamento que, no âmbito daquilo que era a discussão que poderia ser feita, mais de pormenor, ao nível da Comissão de Assuntos Sociais sobre esta matéria, o que tivemos foi, por exemplo, da parte do Partido Socialista, puro silêncio. Nem uma pergunta, nem um pedido de esclarecimento, nem um contributo. Nada! Zero!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: O que quer dizer que guardam-se para esses momentos, para alguma exposição mediática,...

Deputado Carlos Silva (PS): É o que o senhor está a fazer!

O Orador: ... para atacar, para confrontar. O que devo dizer é que da minha parte não me guardo para nada, eu não me defendo de nada. Eu estou sempre aqui pronto para dar a cara...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... a assumir as responsabilidades e a esclarecer o que tem de ser esclarecido.

Sr. Deputado Nuno Barata, registo a sua sugestão que integra perfeitamente aquilo que é o paradigma deste Governo relativamente à participação das várias entidades da saúde ao nível privado, social e público, sem qualquer compromisso, porque este é o caminho. Não é!

É uma inevitabilidade. Por muito que queiram rebater esta integração entre público e privado é um combate, para quem o faz, perdido.

O caminho é este e é o caminho que o Governo vai tomar.

Devo dizer que relativamente a esta matéria, e pela análise que já foi feita, neste momento, o Hospital Internacional dos Açores, não terá capacidade absoluta, em termos de equipamentos e recursos humanos, para essa solução.

Sr. Deputado Tiago Lopes, a atenção dada à saúde. Só para lhe dizer isto.

Acho curiosíssimo que o Partido Socialista venha dizer (e depois os termos dizem muito do vosso propósito, os termos pouco ou nada acrescentam) “claudica”, “depaupera”, “não cumprem”. É só desgraças.

Quem ouve falar o Partido Socialista parece que isto é tudo muito mau, mas o que se nota é que o Partido Socialista cada vez mais está isolado nesta visão negativa que tem da saúde nos Açores. É isto que se nota.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Está isolado em termos políticos, mas está isolado sobretudo relativamente ao sentimento dos açorianos que nos contactam e com

quem nos cruzamos dia-a-dia, que reconhecem o esforço feito, o trabalho feito.

Mas para dizer que de 2019 para 2020 o seu Governo teve uma diminuição da dotação na saúde. Foi uma diminuição e nós temos um aumento. O senhor vem dizer que claudica. Está tudo dito sobre esta matéria.

Para além daquilo que é relevante é que este sistema que o senhor defende, esse enorme sistema que o senhor defende, o que é que fez?

Conforme referi aqui, que houvesse, só em custos financeiros, de juros, porque não pagavam a tempo e horas, uma média de 30 milhões de euros por ano, em 10 anos, que faz os tais 300 milhões de euros.

É esta a solução que os senhores queriam continuar, mas não foi essa a solução que os açorianos decidiram e não é esta a solução que este Governo determina.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Sr. Deputado, quanto a cumprir, a minha intervenção deu a resposta com exemplos concretos do que é cumprir, mas mais do que a minha intervenção vai ser o trabalho deste Governo durante quatro anos a cumprir aquilo que determinou e muito daquilo que os senhores prometeram e não cumpriram.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM:

Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos
Membros do Governo)*

O Orador: Sr. Deputado Pedro Neves, relativamente aos incentivos à fixação (agradeço as palavras, da mesma forma que sou reativo aos ataques infundados também sou reativo ao apreço aprumado e respeitoso), concordamos com a proposta de fixação, de forma distinta pelas várias ilhas, porque entendemos que é adequado.

Sr. Deputado António Lima, de uma forma rápida: falta de ambição. A ambição é o crescimento que temos em termos de números e de investimento. Mas também ao nível da contratação, da progressão na carreira, devo dizer que o artigo 11.º do Orçamento prevê exatamente aquilo que o senhor diz que não prevê.

Está previsto no Orçamento. É ler o Orçamento. Está aqui previsto e assumimos e concretizamos o que está aqui previsto.

Quanto à capacidade do HDES, a informação que dei em dezembro foi a informação que me foi veiculada pelo anterior Conselho de Administração.

O atual Conselho de Administração pela análise que fez, pela capacidade que fez do hospital, determinou a informação que dei.

Não há contradição. Houve apenas duas informações que tiveram origens diferentes e o resultado é este, mas o compromisso é sempre o mesmo: vamos lutar sempre e sempre, com todos os meios, com exaltação, mas com convicção, para defender os interesses dos açorianos e garantir a saúde pública.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes faça favor.

(*) Deputado Tiago Lopes (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário não respondeu às questões que eu lhe coloquei.

(Risos do Secretário Regional da Saúde e Desporto)

Coloquei uma questão sobre o desporto;...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Isto é uma brincadeira!

O Orador: Coloquei uma questão sobre o serviço de Suporte Imediato de Vida, e não responde. Reportou-se ao passado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Isto é uma brincadeira! Só pode ser uma brincadeira!

O Orador: A questão é que o aumento do endividamento de 75 milhões de euros para o financiamento do Serviço Regional de Saúde...

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu gostaria de ouvir a intervenção do Sr. Deputado Tiago Lopes.

O Orador: Sr. Secretário, eu fiz-lhe duas questões muito concretas sobre o desporto e sobre o Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros dos Açores. Não respondeu e não respondeu à última questão que lhe coloquei que tem a ver com o aumento do endividamento de 75 milhões de euros para o financiamento do Serviço Regional de Saúde.

Gostaria de saber qual o enquadramento legal para este aumento de endividamento.

A questão aqui que se coloca é que efetivamente apesar de recorrerem ao endividamento de 75 milhões de euros como justificação de reforço do Serviço Regional de Saúde, ou seja, sem recurso a receitas

próprias da Região, os senhores não vão utilizar esse endividamento para reforçar o Serviço Regional de Saúde.

As transferências anunciadas no valor de 418 milhões de euros não têm em conta que foram retiradas do Plano cinco ações que permitiam transferências para o Serviço Regional de Saúde no valor de 28,8 milhões de euros, além dos 357,3 milhões de euros de transferências diretas.

Ou seja, apesar do Orçamento prever o endividamento sem enquadramento legal, de 75 milhões de euros, para reforço do financiamento do Serviço Regional de Saúde, esse reforço real seria apenas de 33 milhões de euros.

Essa realidade ainda é mais evidente pelo mapa V do Orçamento onde, apesar do anúncio dos 418 milhões de euros para transferências para o Serviço Regional de Saúde, no mapa V, o total do orçamento dos três hospitais, unidades de saúde de ilha e centro de oncologia, constante deste orçamento, é de apenas 374,4 milhões de euros, isto é, menos 44,3 milhões de euros do que o anunciado pelo Governo.

Daí que lhe pergunto, Sr. Secretário, como explica V. Exa. essa situação?

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Martins. Faça favor.

(*) **Deputado Rui Martins (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Relativamente ao financiamento suplementar ao Serviço Regional de Saúde, veio ontem o Sr. Deputado Sérgio Ávila àquela tribuna afirmar que é preferível haver dívida a fornecedores, do que a Região refletir no Orçamento as dívidas que tem, no fundo contrair dívida financeira para dar liquidez a quem se chegou à frente. Isso é tão só e apenas o truque de camuflar dívida à conta do esforço e suor dos empresários.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Francisco César (PS): Não disse isso! Foi exatamente o contrário do que ele disse!

Deputado Manuel Ramos (PS): Disse exatamente o contrário!

O Orador: O Sr. Deputado Tiago Lopes veio hoje dizer exatamente a mesma coisa, e isso diz muito acerca daquilo que nos distingue.

Por outro lado, também o Deputado Tiago Lopes vem dizer que este Governo não vai cumprir com os compromissos que o Governo anterior assumiu para com os profissionais.

Eu pergunto-lhe que compromissos são esses? São os que assinaram em cima do joelho em véspera de eleições?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Se o Partido Socialista e se os senhores tivessem efetivamente valorizado os profissionais, não estariam, em véspera de eleições a assinar compromissos que, no fundo, apenas assinaram porque sentiram que estes profissionais estavam a “tirar-vos o tapete”. Foi essa a única e exclusiva razão pela razão assinaram compromissos, para tirar dividendos.

Pergunto-vos mais: se essa valorização dos profissionais tivesse efetivamente acontecido, não estariam essas verbas já na despesa corrente? Não estão! Não estão, porquê? Porque os compromissos foram mesmo assinados em cima do joelho e no fundo eram chutar para a frente: “deem-nos o vosso voto, porque nós vamos resolver a vossa situação”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Isso é injusto, não se faz, é imoral.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Por outro lado, gostaria de deixar mais uma nota ao Partido Socialista de São Miguel, e o seu novel secretariado, que afirmou que continuam à espera da contratação de médicos e de enfermeiros para o HDES.

É verdade, este Partido Socialista continua à espera de que o novo Governo faça aquilo que foram incapazes de fazer em 24 anos de governação.

Muito obrigado

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM:

Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Saúde:

Ficámos a saber, com a sua intervenção, que este Governo não assume o que diz. Disse uma coisa em dezembro, diz outra hoje, mas afinal aquilo que disse não foi o Governo que disse, só disse porque alguém disse.

Sr. Secretário, já sabemos que a partir de agora, quando o Governo afirmar alguma coisa, temos sempre de ponderar porque daqui a uma semana ou duas, ou um mês, o Governo vai dizer: “não! Aquilo que nós dissemos foi porque alguém nos disse que era assim e a nossa responsabilidade está pela hora da morta”.

Sr. Secretário, a sua credibilidade e a deste Governo ficam seriamente danificadas com essa afirmação.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não apoiado!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Furtado. Faça favor.

(*) **Deputado Carlos Furtado (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Da mesma forma que ontem fui crítico naquela tribuna, hoje também tenho que “dar a mão à palmatória” e reconhecer a energia, a dedicação, o empenho do Sr. Secretário da Saúde, quer no facto de já ter apontado uma data para a entrada em funcionamento do Serviço

de Radioterapia na ilha Terceira, que é da mais elementar justiça para o povo açoriano, quer pelo facto de já haver diligências no sentido de contratar mais profissionais de saúde ao serviço do povo açoriano.

Ontem fui crítico, mas hoje é meu dever também reconhecer a sua energia, a sua dedicação a essa causa.

Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, uma das principais batalhas em que a Região está envolvida neste momento, na área da saúde, é exatamente a luta contra a pandemia, a reação contra a pandemia de Covid-19.

Esta é uma realidade que vai evoluindo ao longo do tempo, é uma realidade que vai apresentando-nos desafios que estão para além da

nossa capacidade de os controlar em muitas situações, noutras não tanto, mas não é isso que constitui o centro da minha intervenção.

Eu peço a palavra para, no fundo, partilhar, e se o Sr. Secretário entender, pronunciar-se, sobre uma questão que se prende com o processo de vacinação e com a realidade específica da ilha de São Miguel, nesse domínio.

A avaliação que fazemos é que o plano de vacinação foi definido numa altura, foi definido em função da realidade que existia naquela altura, mas essa realidade alterou-se, na nossa leitura.

O facto da realidade se ter alterado, na nossa opinião, isso justifica que este Plano também deva ser revisitado e, provavelmente, alterado. É necessário, parece-me, termos a consciência que a nossa economia, a nossa sociedade, no fundo, está a ganhar um grau de saturação muito grande, com um conjunto de medidas e com uma abordagem que, no fundo, é a forma que se conhece para reagir e para precaver esta doença.

A pergunta em concreto é, se da parte do Sr. Secretário, da parte do Governo, o senhor entende ou não justificado o plano de vacinação, reforçar, no fundo, e reorientar a vacinação para uma maior incidência e uma maior insistência, digamos assim, na ilha de São Miguel, recorrendo a outras medidas de testagem, por exemplo, para proteger ilhas que neste momento não têm casos positivos, ou têm casos que, no fundo, permitem controlar?

Essa necessidade de reforçar a capacidade de vacinação na ilha de São Miguel, parece-nos, para o PS, um aspeto fundamental para proteção, não apenas das pessoas, mas para a proteção também da nossa economia e da nossa sociedade.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PS: Muito bem!

Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Rui Martins (CDS-PP): O Sr. Deputado Vasco Cordeiro podia dar uma palavrinha ao Sr. Ministro dos Negócios Estrangeiros!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Saúde.

(*) Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):

Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo:

De uma forma muito rápida, porque o tempo urge, só para esclarecer as questões que me parecem mais relevantes apresentadas pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro, uma vez que da parte do Sr. Deputado Tiago Lopes, não podendo falar sobre saúde, agora fala sobre finanças.

Só para esclarecer que a sua pergunta está respondida no artigo 81.º da Lei do Orçamento de Estado de 2021. Está lá a resposta, conforme já foi referido pelo Sr. Secretário das Finanças. As questões das finanças estão esclarecidas pelo Sr. Secretário das Finanças.

Ao Secretário da Saúde cabe as soluções, a responsabilidade política de dirigir o setor.

No que diz respeito à vacinação, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a questão que está aqui, eu percebo que a coloque. Percebo que politicamente isso pode trazer algum ganho, que é esse o vosso objetivo, mas vou esclarecer a questão tal como ela é. E vou responder com algumas perguntas retóricas (reconheço), mas com as perguntas que faço está a resposta implícita.

Quando este Governo tomou posse, a 24 de novembro, não tinha nenhum plano de vacinação. Depois de 8 meses de pandemia, na transição de pasta, não tinha nem um plano, nem uma linha, nem uma palavra sobre plano de vacinação. É este o quadro que recebemos.

Por outro lado, gostaria de saber qual é a posição do PS para aquelas ilhas e para aqueles cidadãos que estão vacinados? Quando diz “vamos dar mais a São Miguel”, a quem é que tiram? É essa a resposta que o senhor não dá. E vou explicar-lhe.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

O Orador: Por exemplo, na Graciosa, com 400 vacinas, vacina-se 10% da população. Em São Miguel são precisas mais de 10 mil vacinas para vacinar 10%. O que é que isto quer dizer?

Isto quer dizer exatamente que aqueles 400, na Graciosa, podem vacinar uma parte substancial da população, podem defender uma população que não tem hospital e esses 400 em São Miguel seriam residuais.

A pergunta que lhe faço é: quem é que deixaria de ser vacinado para serem vacinados os outros?

A terceira pergunta é: qual a posição do PS-Açores relativamente à falta de vacinas que o Governo da República não manda para a Região? É essa a pergunta que fica por fazer.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É naturalmente importante, para esta Assembleia, ter um olhar atento sobre o plano de vacinação das ilhas dos Açores. Naturalmente partilhamos da preocupação que foi aqui plasmada pelo líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista no que diz respeito à vacinação da ilha de São Miguel.

Efetivamente, a situação na ilha de São Miguel tem de ser devidamente olhada, com acuidade e com o dever de responsabilidade, não só do Governo Regional da coligação, mas também por todos os partidos políticos que compõem esta Assembleia.

Nesta medida, antes de lançar este apelo que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro fez, eu aconselharia, no complemento desta sua preocupação, falar com o seu camarada, o atual Ministro dos Negócios Estrangeiros Augusto Santos Silva,...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: ... para que desse assentimento ao que foi o pedido do Sr. Vice-Presidente do Governo, de permitir uma maior aquisição de vacinas para a Região Autónoma dos Açores.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: Se isto se concretizar, aí, sim, agradecemos a disponibilidade do Partido Socialista e damos credibilidade às palavras do seu líder parlamentar, uma preocupação concretizada...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... naquilo que foi o pedido expresso pelo Governo Regional da coligação em relação ao Estado Português e ao acordo da Base das Lajes no sentido de disponibilizar o maior número de vacinas para os Açores.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde, é com gosto que respondo às suas questões. O senhor não precisa de se exaltar. Eu fiz-lhe algumas questões e dei-lhe o entendimento do Grupo Parlamentar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é mesmo de lobo com pele de cordeiro!

O Orador: ... Socialista em relação a estas matérias.

Se o senhor me dissesse assim: não, o nosso entendimento não é esse, porque nós entendemos que há circunstâncias que não podem...
Perfeitamente!

A minha função aqui, Sr. Secretário, é colocar a questão. E coloco esta questão, porque ela me parece importante. Percebe?

Se o senhor quiser responder, muito bem; se não quiser responder é um direito que lhe compete.

Relativamente às questões que me foram colocadas: “De onde é que retira vacinas?”

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Fiz-lhe a pergunta!

O Orador: Sr. Secretário, a realidade epidemiológica nas nove ilhas é diferente. O senhor tem meios de controlar a disseminação, a propagação e o risco de contágio em relação a ilhas que neste momento não têm qualquer caso positivo face a ilhas que, neste momento, já têm um histórico de um número de casos elevados, como é o caso de São Miguel.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): E vacinas, Sr. Deputado? Onde é que elas estão?

O Orador: Já lá vou. Tenha calma.

Tem essa possibilidade. Isso implica o quê?

Isso implica recorrer a mecanismos, alguns dos quais estão previstos no âmbito do estado de emergência e que permitiriam esse tipo de controlo.

Se o Governo entende que não é esse o caminho que deve seguir é perfeitamente legítimo, mas eu acho é que devo colocar a questão, porque me parece que nesta situação faz sentido abrir este processo,...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Qual é a solução?

O Orador: ... abrir esta discussão e, no fundo, abrir esse debate, essa análise. Pelo menos eu gostaria de ter mais informação sobre essa situação.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Acabei de explicar!

O Orador: Relativamente à questão das vacinas, Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral, não há nem colega, nem meu colega Ministro. Há, no fundo, aquilo que foi uma decisão tomada pela União Europeia relativamente à distribuição de vacinas. Devo dizer a esse propósito o seguinte:

Eu acho muito bem que o Governo Regional faça todas e quaisquer diligências para procurar vacinas, mas acho que isso deve ser feito calculando bem os riscos.

Deputado Francisco César (*PS*): Muito bem!

O Orador: Eu devo dizer-lhe que acho que não fica bem à Região termos aquilo que na minha leitura é o Sr. Presidente e o Sr. Vice-Presidente do Governo, numa competição, a ver quem é que arranja vacinas. Um manda uma carta para Bruxelas...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Era o que faltava!

Deputada Catarina Cabeceiras (*CDS-PP*): Trabalho de equipa!

O Orador: ... o outro, porque nesta situação, “eu acho que a Região deve centrar os seus esforços numa situação, numa estratégia,

relativamente à obtenção de vacinas”. Essa estratégia para mim ainda não foi clara fruto dessa circunstância.

Se é a aquisição de vacinas diretamente às farmacêuticas vamos a isso (vamos a isso!). Agora, a necessidade que nós temos é mesmo com o número de vacinas que temos, termos de analisar que a situação epidemiológica, nomeadamente na ilha de São Miguel, talvez aconselhe visitar o plano de vacinação e ver as prioridades que temos definidas.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Mas onde é que estão as vacinas?

O Orador: Essa é a nossa posição, essa é a nossa opinião.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Tira a quem?

O Orador: Os senhores não concordam, o Governo não concorda. É inteiramente legítimo.

Agora, os senhores não podem é esperar que nem sequer possamos expressar essa nossa posição e esse nosso entendimento.

Sr. Secretário Regional da Saúde, para concluir:

Nem tudo gira à volta desse critério do protagonismo político, porque da mesma forma que eu reconheço ao Governo a vontade e o interesse de resolver essa situação, e não ponho isso em causa,...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Foi o que fez até agora!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Já pôs!

O Orador: Não ponho isso em causa, nem o esforço que é e deve ser feito!

... também acho que pelo menos reconhecer a qualquer outro dos partidos aqui presentes essa vontade, independentemente da divergência de opiniões, só lhe ficava bem.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Só fiz uma pergunta: a quem o senhor tira?

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Intervenho neste debate porque tal como fiz referência a propósito do debate da educação, no debate da saúde, tudo que o que se pode dispensar, é a demagogia e o protagonismo. Não é essa a expectativa dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Tudo o que se pode e deve reclamar é unidade na ação e compreensão da responsabilidade nesta matéria.

A saúde dos açorianos está em primeiro lugar. O combate à pandemia é complexo, os recursos são escassos e importa, em vez da promoção da divisão, o sentido de responsabilidade para fazer bem, o bem que precisa de ser feito nesta matéria.

Eu quero dizer, em nome do XIII Governo da Região Autónoma dos Açores, que a preocupação no combate à pandemia se insere obviamente também na prioridade da oferta de cuidados de saúde aos açorianos.

A verdade é que temos que mitigar o combate à pandemia com a necessidade da oferta dos cuidados de saúde para a doença não Covid. Mas a doença Covid implica necessariamente uma atenção especial para toda a oferta dos cuidados de saúde e ela não pode deixar de ser feita, primeiro, na prevenção, no controlo da propagação, no tratamento e numa solução tardia para a necessidade, mas até acelerada para a capacidade da ciência, da vacinação que surgiu recentemente.

Por isso este Governo assumido com responsabilidade, sob o ponto de vista técnico, de independência da ciência na matéria, e constituiu

uma comissão técnica especializada para avaliação e combate à pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E nós acreditamos nos métodos e na independência científica para este efeito, mas também assumimos a responsabilidade política, em nome do Governo, de acompanhar estes meios de avaliação científica, independente e isenta, com a responsabilidade política de um Membro do Governo com a tutela na matéria.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: E hoje, ao contrário do passado recente, o Membro do Governo, assume a presença quer da assunção de responsabilidades políticas...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: ... quer até mesmo na comunicação política em nome do Governo para esclarecimento da sociedade. Isso não acontecia antes.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Portanto, não se pode deitar fora essa mudança qualitativa no paradigma da ação do Governo.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: A outra nota é para dizer, em particular, ao Sr. Deputado Vasco Cordeiro, antecessor na presidência do Governo, que o importante é podermos unirmo-nos neste combate, porque ele é difícil, não é de um,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Muito bem!

O Orador: ... é de todos, na solidariedade para com todos.

Portanto, é sempre bem-vinda qualquer aportação, qualquer apreciação e até mesmo qualquer sugestão. Acredito que este Governo tem sempre uma permanência atitude de revisitação aos critérios, às medidas preventivas, ao controlo e ao combate à pandemia.

Ora, assim sendo, nós não excluimos qualquer revisitação, ou o que quer que seja neste processo. Aliás, introduzimos de forma inovadora as medidas, através de um sistema que designamos de semaforização com a identificação dos níveis de risco, para que houvesse reconhecimento prévio das medidas em qualquer situação, adequando as medidas ao tempo, à geografia e às condições epidemiológicas suscitadas pela propagação.

Portanto, esse processo de revisitação tem sido constado num modelo que introduzimos inovador no país e obviamente também na Região.

O processo de vacinação, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, com o devido respeito, não creio que deva ser apenas um exercício de geografia. Ele tem de ter, sobretudo, a atitude relativamente (e foi esta a definição prioritária no plano de vacinação que introduzimos e que

antes não existia, como bem referiu o Sr. Secretário Regional) às populações mais fragilizadas.

Às pessoas em concreto, com maior fragilidade para o caso de testarem positivo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD) e Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: ... as consequências da doença podem ter um nível de letalidade mais gravoso.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: Isso foi assegurado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Dele não nos arrependemos. Essa metodologia foi boa e como sabe o processo de vacinação implicou, com as vacinas disponíveis, duas tomas. Portanto, ao ter assumido a opção e este critério nós temos agora responsabilidade de ter disponibilidade das vacinas para a segunda toma de quem efetivamente nesse critério assumido agora tem de ser cumprido até à exaustão.

A segunda nota foi uma preocupação também, aliás suscitada por mim, no argumentário que fiz à Sra. Comissária Europeia da Saúde e da Segurança Alimentar, para uma discriminação positiva no quadro dos preceitos do tratado de funcionamento da União Europeia, em matéria de ultraperiferia, poder fazer uma majoração da atribuição de

vacinas disponíveis aos Estado Membro com as Regiões Ultraperiféricas.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: E fiz esta invocação a de que nós temos populações em território exíguo, de demografia diminuta, a oportunidade de adquirir a imunidade comunitária visto que nestas ilhas que não têm hospital a fragilidade é maior.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Creio que também esta é uma racionalidade inequívoca e estou convencido que merece consenso e até mesmo unanimidade nesta atitude.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Era uma responsabilidade do Presidente do Governo fazê-lo. E fi-lo. Aliás, também o fiz beneficiando para o bom argumentário que procurei usar da condição de Presidente da Conferência das Regiões Ultraperiféricas.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Neste quadro fizemos exatamente com respeito pelas responsabilidades internacionais comunitárias do Estado Português.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Muito bem!

O Orador: Isso não invalida, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que este Governo, que não vive do autoritarismo, mas sim da partilha de responsabilidades, no quadro das relações bilaterais, designadamente

que está na competência, por meu despacho, do Sr. Vice-Presidente do Governo, estabelecer outras oportunidades de pesquisa de vacinas. E assim foi feito.

Todos somos poucos para fazer e alcançar este objetivo que é difícil.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado, há atitude, há consciência, há racionalidade, há ciência e há definição estratégica política por parte deste Governo nesta matéria. Não fazemos é milagres, mas também apelamos a que possamos ter consenso e sobretudo responsabilidade para evitar a tentação demagógica no debate destas matérias.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

O Orador: E aceito que tudo é revisitável para fazer mais e melhor de acordo com as circunstâncias que a vida e o tempo, em matéria de combate à pandemia, nos for transmitindo.

Deputado José Ávila (PS): Uma coisa e o seu contrário!

O Orador: Este Governo é suficientemente humilde para estar disponível para a revisão de tudo o que corresponda a poder atender aos novos meios, aos novos recursos que possam surgir.

Até agora não temos mais vacinas e a responsabilidade não é deste Governo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Presidente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Presidente do Governo, eu devo dizer-lhe que da parte do Partido Socialista nós reconhecemo-nos e revemo-nos na argumentação da carta que V. Exa. enviou à Sra. Comissária Europeia.

Eu acho que há razões suficientes para construir ainda mais esse argumentário, porque é um argumentário que não só reside ou assenta em razões objetivas, mas também em razões legais dos próprios tratados.

E se há sugestão que lhe posso deixar, e se V. Exa. me permite, é exatamente de não se ficar com a resposta da Sra. Comissária. Insistir!

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): E não ficámos!

O Orador: E insistir, porquê? Porque me parece que é importante, que da parte da própria União Europeia, se perceba, se porventura ainda não se percebeu, aquela que é a circunstância excecional das Regiões Ultraperiféricas, em concreto.

Invocarão certamente a situação de regiões insulares, de regiões dispersas como acontece no Norte da Europa, como acontece por todo o lado, mas as Regiões Ultraperiféricas, para além das circunstâncias objetivas da geografia, têm a seu lado, neste trabalho, aquela que é a argumentação derivada do reconhecimento da sua condição no Tratado da União Europeia.

O que é que eu acho, e que para o Partido Socialista talvez fosse importante, mesmo face à Comissão Europeia, clarificar? Exatamente a questão da prioridade em termos da obtenção de vacinas.

O que é que eu receio? Receio que possam existir sinais contraditórios, até para a Comissão Europeia, de nós procurarmos vacinas simultaneamente junto da Comissão Europeia e fora a União Europeia.

A Comissão Europeia, quanto a mim, injustificada e erradamente, é muito ciosa desta questão da centralização do processo de aquisição de vacinas. O resultado está à mostra; a Europa está como está em termos daquele que é o processo de vacinação e sobretudo naquilo que é público quanto aos problemas, quanto à aquisição de vacinas.

Mas é muito importante que a União Europeia e a Comissão Europeia, em concreto, a senhora Comissária, perceba que, para além

daquela que foi a comunicação que o Governo Regional dos Açores fez, nós não desistimos deste processo. Até com o encontro presencial com a Sra. Comissária, julgo que isso seria importante e, da nossa parte, também demonstrar-lhe toda a disponibilidade para sermos parte desse esforço. Mas essa é uma questão, porque enquanto isso não acontecer a realidade é o que é. E a realidade é o que é do ponto de vista daquele que foi o critério definido e aceite quanto à distribuição de vacinas, e aquela que é, nesse momento, a realidade epidemiológica na nossa Região.

Sr. Presidente do Governo, não considere de forma nenhuma que é um sinal de divisão, de falta de união,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Ah, é, é!

O Orador: ... colocar esta questão de forma tão simples, face àquela que é a realidade epidemiológica na ilha de São Miguel,...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Demagogia do mais barato!

O Orador: ... e sobretudo os custos que tem em relação à nossa economia, e mesmo em relação ao número de caso e às pessoas que estão afetadas, se o Governo considera ou não útil, desde já, alterar aquele que é o processo de vacinação em relação a esta ilha em concreto.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Onde é que estão as vacinas?

O Orador: De resto, Sr. Presidente, como açoriano, como Deputado Regional, como Presidente do Partido Socialista Açores, como Vice-

Presidente do Comité das Regiões da União Europeia, cá estou para aquilo que na minha possibilidade eu puder contribuir para uma solução, e naquilo que V. Exa. necessitar e entender, reservada ou publicamente, estou à sua disposição neste combate que na nossa Região enfrenta.

Muito obrigado.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo.

(*) Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, nunca é tarde para podermos alinhar no discurso, uma atitude que me parece que nos dignifica enquanto políticos e enquanto dirigentes da ação e da decisão política relevante para as nossas populações.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

O Orador: Bem-vindo por isso, nos termos da sua última declaração, à apreciação desta matéria que é muito importante para a saúde dos açorianos.

Gostava, no entanto, de dizer-lhe que foi penoso para a Região e para este Governo que, por exemplo, o seu camarada Carlos Zurrinho, em vez de ter dado um contributo, como parlamentar, no Parlamento Europeu...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Muito bem!

O Orador: ... ao apelo que tinha feito como Presidente do Governo (e também aos Deputados portugueses, no Parlamento Europeu, para poderem dar uma ajuda), o que fez foi tornar uma declaração pública e política de que parecia que este Governo era oposição ao Governo da República.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Bem lembrado!

O Orador: Mais triste figura não era possível fazer o seu camarada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Deputado Vasco Cordeiro, se está disponível, e acredito na sinceridade da declaração, comece por, com os seus camaradas no Parlamento Europeu, também fazê-los aliados deste nosso objetivo na Região Autónoma dos Açores, porque com os

outros Grupos Parlamentares portugueses, designadamente o PSD e CDS-PP, nós tivemos contatos.

Tive oportunidade de, para além da carta escrita, como diz e bem a letra do nosso folclore, dirigida à Sra. Comissária da Saúde e Segurança Alimentar, pelos meios telemáticos, expressar diretamente à Sra. Comissária esta mesma renovação do pedido de tratamento diferenciado que tem enquadramento jurídico.

Fi-lo também numa reunião telemática com os Deputados Portugueses eleitos pelo PSD no Parlamento Europeu.

Também gostaria de o ouvir como Vice-Presidente no Comité das Regiões (acabou de o afirmar) a exercer também esta pedagogia.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PS): Muito bem!

O Orador: Tal como disse em relação à atitude do Sr. Presidente do Governo, todos somos poucos para este desafio que na verdade não é fácil, porque os incumprimentos das produtoras de vacinas, quer no prazo, quer nas quantidades com a União Europeia, a todos penaliza...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): É verdade!

O Orador: ... e obviamente penaliza os Açores.

Daí que este esforço obviamente, que no quadro da União Europeia seria o ideal, na verdade é que, como o Sr. Deputado acabou de reconhecer, não tem sido o mais feliz, nem o critério escolhido, nem os resultados obtidos. Portanto, se for possível encontrar noutra sítio, pois o que interessa é a saúde dos açorianos.

Este é o meu compromisso, este é o compromisso do Governo dos Açores.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

O Orador: Não podemos prometer o que está fora do nosso alcance, mas no nosso alcance está tudo fazer para obter o melhor para a saúde dos Açores.

Muito obrigado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo.

Antes de encerrar os trabalhos para almoço, o Sr. Secretário vai fazer a atualização dos tempos.

Secretário: O Governo Regional dispõe de 132 minutos e 10 segundos, o Partido Socialista de 129 minutos e 52 segundos, o PSD de 123 minutos e 33 segundos, o CDS de 16 minutos e 45 segundos, o Chega de 6 minutos e 55 segundos, o Bloco de Esquerda de 10 minutos e 5 segundos, o PPM de 13 minutos e 46 segundos, a Iniciativa Liberal de 7 minutos e 40 segundos e o PAN de 3 minutos e 38 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Bom almoço a todos. Até logo.

Eram 13 horas e 03 minutos.

Presidente: Muito boa tarde a todos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos.

No debate da manhã a Mesa ainda tem inscrito o Sr. Deputado Paulo Gomes, a quem dou a palavra.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Plano e Orçamento para 2021, do XIII Governo Regional dos Açores, sendo o mais plural e democrático da história da nossa Autonomia, reveste-se de grande importância para este novo ciclo de governação.

E no que toca ao Desporto, o Grupo Parlamentar do PSD congratula-se pela aposta firme, concisa e determinada do Governo Regional nesta área de grande relevância para os Açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Neste Plano e Orçamento já se refletem as mudanças que são fundamentais para a evolução que se pretende para todos os nossos atletas, clubes e associações.

É tempo de acabar com o financiamento inconsequente e reforçar financiamento que promove de forma clara o desenvolvimento desportivo.

O Programa Regional para o Desenvolvimento da Literacia Motora já está em fase de implementação, assim como os 4 projetos que compõem o mesmo. Esses projetos constituem sem dúvida um motivo de esperança para a nossa formação:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: - “O PRIMEIRO ESTÍMULO MOTOR” dos 0-3 anos em contexto de Centro de Saúde e realizado por um Psicomotricista;

- ESCOLINHA DA MOTRICIDADE dos 4 aos 6 anos – em ambiente pré-escolar e realizado por Educadores de Infância com acompanhamento do Psicomotricista.

- ESCOLINHA DO DESPORTO – dos 7–10 anos realizado numa perspetiva menos, mono disciplinar contrariando assim alguma especialização precoce.

- E o PROJETO DE TREINO E COMPETIÇÃO PARA JOVENS dos 11-18 anos, em contexto de Desporto Federado e visando o rendimento desportivo.

É sem dúvida um projeto que trará mais competitividade e qualidade para o desporto açoriano.

O CONSELHO AÇORIANO DO DESPORTO DE ALTO RENDIMENTO com a nomeação dos 2 conselheiros: Pedro Pauleta e Maria de Lurdes Carvalho que vão dar os seus preciosos contributos para a reestruturação deste Conselho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A intenção de manter o nível de Jovem Talento Regional e a criação de um novo nível de praticante, o Aspirante a Jovem Talento Regional, são objetivos arrojados que vão permitir que os nossos jovens se sintam mais motivados a alcançar a excelência.

No passado assistimos a uma quase inexistente transição do Jovem Talento Regional para o Alto Rendimento Nacional. Com esta medida e com o respetivo financiamento assegurado, conseguiremos tornar esta transição uma realidade.

Deputado Jaime Vieira (PSD): Muito bem!

O Orador: Por fim, e muito importante, a REVISÃO DO ESTATUTO DO DIRIGENTE DESPORTIVO, que cria Legislação própria tendente a reforçar o reconhecimento social do dirigente desportivo com o objetivo de promover a entrada no processo de jovens dirigentes jovens. Esta é uma medida que trará reconhecimento a uma classe, tantas vezes esquecida.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O Grupo Parlamentar do PSD reconhece que as medias neste Pleno e Orçamento são fundamentais para um melhor desporto nos Açores.

Disse.

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Luís.

(*) **Deputada Ana Luís (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional eu percebo que o sr. prefira os elogios que alguns deputados desta Assembleia lhe quiseram dedicar no debate durante a manhã, mas, na minha opinião e no entendimento do Partido Socialista, não é aceitável que o sr. entenda as críticas, as chamadas de atenção ou as ideias diferentes das suas, sempre como um combate ou algo que tenhamos contra si pessoalmente.

Deputado Carlos Freitas (PSD): E não é?

A Oradora: Porque o debate de ideias, Sr. Secretário ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): Ideias?

A Oradora: ... é o maior valor que temos na democracia e, por isso, gostaria que pudesse também entender as posturas diferentes, como algo que pode enriquecer o debate e não como algo que tenhamos contra si.

Também gostaria de lhe dizer que é verdade que o debate é feito na Comissão, mas é no Plenário, neste que é o momento mais especial da Sessão Legislativa, como muito bem disse o Sr. Presidente da Assembleia, ontem no início dos trabalhos, que as questões devem ser colocadas e que as questões deveriam ser todas respondidas. O que, infelizmente, não está a acontecer.

E, por isso, mesmo correndo o risco do sr. se indignar com aquilo que tenho para lhe perguntar ...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): É a sua opinião, não é uma constatação!

A Oradora: ... eu vou perguntar na mesma. Sr. Secretário relativamente à formação de profissionais de saúde, as orientações de médio prazo referem a implementação de medidas para a formação de médicos, no entanto, não encontramos no Plano nenhuma referência, nem nenhuma ação relativamente a essa formação, nem ao nível das bolsas de estudo, nem ao nível da formação e atualização dos profissionais de saúde, por isso pergunto, Sr. Secretário, onde estão as verbas para a formação no Plano anual para 2021?

Muito obrigada.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Estão no fim de ciclo!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.
Tem agora a palavra a Sra. Deputada Marta Matos. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário gostaria de lhe perguntar o que pretende fazer este Governo em relação ao funcionamento dos Serviços de Atendimento Permanente da ilha do Pico?

Em julho passado foi determinado o funcionamento dos SAP's do Centro e Saúde de São Roque e do Centro de Saúde das Lajes no período entre as 08h00 e as 22h00, situação que deveria ser reavaliada a 31 de dezembro de 2020.

Decorridos praticamente quatro meses sobre esse prazo, e uma vez que a Unidade de Saúde do Pico não recebeu, até ao momento, quaisquer orientações em relação a esta situação, os picarotos e em particular as populações dos concelhos de São Roque e das Lajes gostariam de saber o que pretende fazer este Governo em relação a este assunto?

Obrigada.

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Fazer aquilo que os senhores não fizeram!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada. Tem agora a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, o Plano e Orçamento não tem verba descrita no âmbito da Rede Regional de Cuidados Integrados, anualmente era destinada uma verba para o estabelecimento dos acordos estabelecidos com as IPSS's e Santas Casas da Misericórdia. Essa verba em 2020 foi de cerca de 2,5 milhões de euros.

Pretende este Governo Regional extinguir a mesma?

Qual a razão para tal desinvestimento?

Sr. Secretário todos os açorianos devem ser tratados como utentes ou doentes, de forma igual, em todas as ilhas da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A bancada do Partido Social Democrata dos Açores regista com apreço a circunstância do antigo presidente do Governo Regional dos Açores e atual deputado, Vasco Cordeiro, na manifestação que aqui fez sobre a sua colaboração e a sua concordância que foi aqui

assumida pelo Governo Regional dos Açores, através do seu Presidente, no que diz respeito à revisitação do Plano de Vacinação na ilha de São Miguel.

Com certeza que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro terá ali uma conversa muito mais interessante do que ouvir aquilo que eu tenho aqui para lhe dizer, mas em nome do povo dos Açores, tenho que, enfim, acentuar esta sua disponibilidade, mas para que essa colaboração seja uma colaboração efetiva e ativa, proativa, no que diz respeito ao processo de revisitação do processo de vacinação na ilha de São Miguel eu gostaria, tendo em conta as vacinas disponíveis na Região Autónoma dos Açores, que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro nos elucidasse sobre qual a ilha que teria de ser sacrificada para poder proteger e imunizar o maior número de cidadãos da ilha de São Miguel.

Deputado Francisco César (PS): Quer conversa!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Em segundo lugar, porque não basta só dizer que é preciso visitar o Plano de Vacinação de São Miguel, é preciso tomar posição assertiva sobre a real circunstância que ali se vive, o Sr. Deputado Vasco Cordeiro vem aqui dizer, se é que quer ter uma colaboração proativa, na ilha de São Miguel, qual o concelho, no seu entendimento, que deve ser prioritário nesse processo de vacinação?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Deputado José Ávila (PS): Os senhores têm autoridade de saúde para tratar disso! Agora vêm perguntar aos Deputados?

O Orador: É preciso, para que uma efetiva colaboração se concretize, afirmar uma estratégia que seja uma estratégia a ter em conta pelo Governo Regional dos Açores. Não podemos nos deixar ficar apenas no plano das intenções.

Nesta medida também, no que diz respeito ao combate efetivo para procura de maior número de vacinas para proteger a população dos Açores gostaria que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro nos elucidasse de qual foi a posição que tomou na reunião do Comité das Regiões, onde participou na sua qualidade de Vice-Presidente, para acentuar esta necessidade efetiva de haver uma maior disponibilização de vacinas para a Região Autónoma dos Açores e também, porque é necessário não deixar de salientar, porque é contraditório com a posição que afirmou aqui, neste Plenário, que quando o Sr. Presidente do Governo Regional e o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional trabalham arduamente no campo da disponibilidade de reivindicação de maior número de vacinas para os Açores dizer, como afirmou o Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que estão ambos em competição com o outro.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

O Orador: E isto é, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, manifestamente contraditório com a posição que esperamos que o seu sentido de Estado, o seu sentido de responsabilidade cívica, política que teve como Presidente do Governo Regional e agora como Líder Parlamentar do Partido Socialista, como Presidente do Partido Socialista, como Vice-Presidente do Comité das Regiões, conforme fez questão de aqui salientar, de assumir perante o povo dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A não ser, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que subscreva aquilo que o Sr. Vice-Presidente da Assembleia Regional e o Sr. Deputado do Partido Socialista escreveu no Açoriano Oriental a dizer que este simples ato de alguém que é simultaneamente Presidente da Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas da União Europeia, que representa uma visão pedinchona e vitimizadora de ultraperiferia, ao mesmo tempo que mesquinha e perigosa para o conceito de coesão económica e social, tão fundamental para a defesa dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Gostaria, Sr. Deputado Vasco Cordeiro, que de uma vez por todas esclarecesse este Hemiciclo de qual é a verdadeira posição do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Aquela que V. Exa., hoje de manhã, de uma forma humilde e com confiança transmitiu aqui ao Governo Regional de colaboração ativa no processo de aquisição e disponibilização de novas vacinas para a Região Autónoma dos

Açores ou a visão pedinchona e mesquinha, conforme o deputado da sua bancada parlamentar João Vasco Costa, afirmou em artigo de jornal.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma pergunta muito rápida ao Sr. Secretário da Saúde: numa pesquisa rápida aqui no meu computador, encontrei cerca de 10 respostas dizendo assim: “O Presidente do PSD Açores propôs a constituição de uma segunda unidade urgente de evacuações aéreas.”

O que é que tem a dizer em relação a esta situação?

O que é que pretende implementar?

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Aquilo que os senhores não fizeram!

O Orador: Uma outra situação refere-se a dois enfermeiros que em agosto último foi feito o despacho para a abertura de duas vagas para a Unidade de Saúde da ilha Graciosa, em dezembro foi concluído o processo de seleção e já passaram quatro meses e os enfermeiros ainda não iniciaram funções.

Por isso, queria uma resposta e saber a causa desta demora na colocação dos dois profissionais de saúde na Unidade de Saúde da ilha Graciosa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os açorianos pedem para lhe fazer uma pergunta, aliás, na qualidade de mandatário também dos açorianos que nos elegeram, gostaria de fazer uma pergunta ao Sr. Secretário Regional da Saúde muito concreta, sem qualquer adjetivação porque me parece que, se V.Exa. se quiser dignar a responder, todos ficaremos mais esclarecidos e a pergunta é a seguinte: O Programa do Governo faz referência ao alargamento em valências no espaço físico dos serviços de urgência das unidades de saúde da Região, bem como o reforço dos cuidados de saúde primários, agora não há qualquer reflexo disso no Orçamento e a pergunta é, porquê?

Relativamente ao fait divers que o sr. líder da bancada do Partido Social Democrata quis fazer a propósito da minha opinião pessoal, devo dizer-lhe que o Partido Socialista é um partido plural e que eu não deixarei nunca de manifestar a minha opinião, ainda que a

opinião oficial do Partido Socialista possa até ser divergente da minha.

Eu reproduzo, íntegra e textualmente, tudo aquilo que disse, que mantenho e que voltarei a repetir e, que se quiser, lhe explicarei com todo o prazer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Valdemira Gouveia.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente:

Sr. Secretário Regional da Saúde, apenas uma pergunta simples: A minha ida à Casa de Saúde de São Miguel, por diversas vezes, levar os nossos rapazes com dependências têm sido manifestado inclusivamente pelo sr. diretor, que estão com alguns problemas por a diária de cada utente ainda estar num valor pequeno. Confirmei que também aqui o Governo anterior assumiu o compromisso com os responsáveis pelas Casas de Saúde, no sentido de aumentar, a partir de janeiro do corrente ano, o valor diário atribuído, passar de 33,70€ para 60€.

A minha pergunta, Sr. Secretário, é apenas, saber se realmente o Sr. Secretário vai honrar esse compromisso?

E aproveito para dizer que seria excelente se realmente se continuasse com as parcerias com todas as IPSS's, sobretudo aquelas que detêm a responsabilidade na área das dependências.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É curioso e até inédito assistir ao maior partido da oposição a fazer um bombardeamento de questões ao Governo Regional para as quais já sabem a resposta.

E refiro-me concretamente à pergunta que o Sr. Deputado Manuel Ramos aqui trouxe sobre um concurso de enfermeiros na ilha Graciosa que o Sr. Secretário na visita recente que fez à ilha Graciosa já respondeu, já esclareceu, um processo mal conduzido pelo seu Governo e pelo anterior Conselho de Administração da Unidade de Saúde da ilha Graciosa que atrasou ...

Deputado José Ávila (PS): Alguém lhe fez alguma pergunta?

O Orador: ... o processo de contratação de dois enfermeiros. O sr. sabe a resposta, o Sr. Secretário já foi à Graciosa dar a resposta e os

srs. o que querem é continuar com esse fait divers de perguntinhas ao Governo para criar aqui um mecanismo de não permitir que o Governo responda, para depois encontrarem desculpa para um eventual voto contra este Plano e Orçamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Os srs. deputados do Partido Socialista deviam ser um pouco mais sérios....

Deputado José Ávila (PS): O senhor é que sério? É uma pessoa muito séria!

Deputado Miguel Costa (PS): O senhor é o único sério no mundo!

O Orador: O que o Sr. Deputado Manuel Ramos devia ter dito aqui é responder à pergunta que foi feita esta manhã pelo Sr. Secretário ...

Deputado Manuel Ramos (PS): Não lhe perguntei nada!

O Orador: ... sobre quem é que o sr., na ilha Graciosa, acha que não devia ter sido vacinado para se poderem encaminhar vacinas para outras ilhas dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Manuel Ramos (PS): É a pessoa mais séria que existe!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Ramos.

(*) **Deputado Manuel Ramos (PS):** Uma interpelação.

É só para dizer que a minha questão foi dirigida ao Sr. Secretário da Saúde e não ao Sr. Deputado João Bruto da Costa.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Sr. Deputado João Bruto da Costa pede a palavra para? Participar no debate. Tem a palavra, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não vou fazer uma interpelação porque não se tratava disso é apenas para dizer, mais uma vez, que ficou demonstrado com esta interpelação do Sr. Deputado Manuel Ramos que não interessa a resposta, interessa é fazer chicana política neste debate parlamentar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral tem a palavra.

(*) Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Parafrazeando a Sra. Deputada Andreia Cardoso, é apenas para registar que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro não respondeu a uma única das questões que coloquei, no que diz respeito ao Programa da Saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Vasco Cordeiro, faça favor.

(*) Deputado Vasco Cordeiro (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu queria apenas, parafrazeando o Sr. Deputado João Bruto da Costa, dizer que a intervenção do Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral demonstra que aqui não está em causa esclarecer as questões sobre o Plano e Orçamento, mas fazer chicana política.

Muito obrigado.

Deputado José Ávila (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) **Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que esta intervenção do Sr. Deputado Vasco Cordeiro não é condizente com o estatuto e com o sentido de Estado que nós lhe reconhecemos, sobretudo num problema que é a pandemia Covid 19 que atravessamos e o grave problema que a ilha de São Miguel também enfrenta e que necessitava, ao contrário do que disse o Deputado Vasco Cordeiro esta manhã, da colaboração de todos neste combate.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Saúde faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentar num minuto responder a todas as questões, sendo que, muitas delas já estão respondidas nas minhas sucessivas intervenções, mas como gosta muito de me ouvir, vou responder de uma forma muito rápida e sucinta.

No que diz respeito à formação, no ponto 5.5.1 – Capacitar o Serviço Regional de Saúde de recursos humanos, é nesta ação, neste programa que estão incluídas as questões de formação, está exatamente previsto aqui, de acordo com aquilo que vai ser implementado.

No que diz respeito à questão da Rede de Cuidados Continuados, Sra. Deputada, para informar que o artigo 58.º do Orçamento prevê exatamente a Rede de Cuidados Continuados para além de que, estas verbas passam para o Orçamento, são despesas correntes. Este Governo, por uma questão de transparência, são despesas correntes, está no Orçamento, despesas de investimento está no Plano. Todas as questões de despesas correntes normais da Rede de Cuidados Continuados estão exatamente no Orçamento.

No que diz respeito ao Pico, para dizer que a Sra. Deputada, como bem percebe e todos os açorianos percebem e conhecendo melhor do que eu ainda porque é residente no local, os problemas de saúde no Pico são o que são, ao longo destes anos, sabe bem as reivindicações que têm sido sucessivamente feitas pela população do Pico, ora bem, não está à espera que em quatro meses nós resolvamos problemas de décadas que ocuparam a ilha do Pico e os picarotos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do CDS-PP: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Manuel da Graciosa, para dizer que a questão das evacuações é uma questão que está a ser avaliada, e a questão dos enfermeiros, como bem disse o sr. deputado, mas quem me ouviu, dou-lhe o gosto, é verdade, está resolvido o assunto, eu anunciei na Graciosa em pleno local, está resolvido!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pelos vistos o sr. não quer saber qual é a solução, está resolvido e este Governo em poucos meses está a resolver problemas que levavam décadas e em quatro meses este é mais um assunto resolvido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pensei que o sr. vinha aqui falar do facto do Centro de Saúde da Graciosa ter nove anos de idade e estar há oito anos sem ar condicionado! Pensei que vinha falar sobre isso!

Pensei que vinha falar pelo facto de não ter central de águas no Centro de Saúde da Graciosa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

O Orador: Pensei que ia falar de não haver central de incêndios no Centro de Saúde da Graciosa!

Pensei que ia falar em tudo isso! Afinal, fala em aquilo que lhe convém, apenas com objetivos político partidários.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem

O Orador: No nosso caso, não é esse o nosso propósito, o nosso propósito é resolver os problemas dos açorianos como estamos a fazer.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Ficou esclarecido? Ficou esclarecido? Depois do almoço é complicado!

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Tiago Lopes tem a palavra.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Porque estamos reunidos para analisar e discutir as propostas de Orientações de Médio Prazo, Plano e Orçamento para 2021, o Grupo Parlamentar do PS colocou questões que importam para essa análise e discussão:

- Porque reduzem o investimento nos escalões de formação e nos processos de especiais de formação de jovens praticantes de desporto?

Não obtivemos resposta.

- Porque não cumprem o prometido relativamente às equipas de intervenção permanente nos quartéis da Região que é como uma extensão do Serviço de Suporte Imediato de Vida?

Não obtivemos resposta.

- Que verba foi alocada para a revisão e valorização das carreiras dos profissionais de saúde, que v. exas. defenderam?

Não obtivemos resposta.

- Que foi feito da defesa na criação de uma segunda equipa de evacuações aéreas?

O Sr. Secretário isso agora é que está a pensar.

- O que vai fazer relativamente ao SAP da Unidade de Saúde da ilha do Pico?

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Não resolveram nada!

O Orador: Vai pensar ainda ao que fazer relativamente a essa matéria.

- Como pensam v. exas., com mais 7000€, incentivar a fixação dos profissionais de saúde na Região?

- Qual a verba para o alargamento em valências e espaço físico do serviço de urgência que v. exas. incluíram no Programa do Governo?

Não consta na proposta do Plano e Orçamento.

- Vão cumprir o compromisso assumido pelo Governo anterior de aumentar o valor das diárias para a Casa de Saúde da Região, como a Deputada Valdemira colocou a questão?

Não obtivemos resposta, Sr. Secretário.

Contudo, o que nós verificamos é isso mesmo, tal como nas audições na Comissão de Assuntos Sociais, o Sr. Secretário não responde, está sempre a falar relativamente ao passado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): O Sr. não pergunta!

O Orador: E já no que concerne ao suposto reforço de financiamento de 75 milhões para o Serviço Regional de Saúde o que é imoral, Sr. Deputado Rui Martins, é que há uma utilização em nome da saúde de recursos que efetivamente não vão para a saúde.

Na verdade, o que seria necessário era melhorar a saúde, promover a saúde, colocando o cidadão no centro do sistema e reforçando a confiança. Mas nisso, v. exas. estão a falhar redondamente.

Sr. Secretário, aplicando o sistema de semáforos que a sua equipa de especialistas, que paga com 15.000€ por mês, implementou ...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Isso não é verdade!

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Faça a sua autocritica primeiro!

O Orador: ...v. exas. com as propostas de Orientações a Médio Prazo, Plano e Orçamento para 2021 colocam deste modo a Região e o Serviço Regional de Saúde em situação de alto risco.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Ana Luís (*PS*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu lamento, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, continuarmos a assistir a esta atitude que não prestigia este Parlamento, não prestigia o debate e não ajuda ao esclarecimento.

O Sr. Deputado Tiago Lopes sabe as respostas para todas essas questões, teve a oportunidade de as fazer em Comissão porque, como sabe e já foi explicado pelo Sr. Vice-Presidente, o tempo tem que ser repartido por todo o Governo. Se os srs. não querem ouvir todo o Governo, pois é uma estratégia vossa.

Deputada Andreia Costa (PS): Queremos, queremos!

O Orador: Essa vossa estratégia de fazer perguntas para as quais sabem as respostas é triste, é lamentável e não prestigia o debate.

Queria-lhe dizer, Sr. Deputado Tiago Lopes, que em relação à sua intervenção no espaço público e na vida política açoriana, podia por exemplo, o sr. levantar-se da sua carreira neste Plenário e elogiar o Governo Regional pela implementação do Enfermeiro de Família, coisa que o sr., enquanto membro da Ordem dos Enfermeiros, criticou no anterior Governo ...

Deputado Rui Espínola (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e enquanto Diretor Regional nunca fez nada para que fosse implementado.

Muito obrigado.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Pela valorização das carreiras o senhor fez zero!

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes.

(*) **Deputado Tiago Lopes (PS):** Sr. Presidente para uma interpelação
à Mesa.

Só para pedir que eventualmente fosse anexado ao Diário das Sessões
também o relatório da Comissão de Assuntos Sociais, onde o Sr.
Secretário foi ouvido e onde foram colocadas questões pelos
deputados do Partido Socialista e elas não foram respondidas.

Já agora, só para terminar, Sr. Deputado João Bruto da Costa, o
Enfermeiro de Família existe desde 2015.

Presidente: Sr. Deputado interpelação é à Mesa, Sr. Deputado.

Muito obrigado, Sr. Deputado. Está registada a sua interpelação.

Tem a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado.

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses): A
verdade é que não foi feita nenhuma pergunta!

Deputada Ana Luís (PS): Tenha calma, Sr. Secretário! Como
Membro do Governo, o senhor tem que ter calma!

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Não foi feita nenhuma pergunta! A mentira indigna-me!

Presidente: Sr. Deputado eu acabei de dar a palavra ao Sr. Deputado Joaquim Machado e gostaria muito que as sras. e os srs. deputados e os srs. membros do governo permitissem ao Sr. Deputado Joaquim Machado que fizesse a sua intervenção e se os Srs. Deputados deixarem o Sr. Deputado Joaquim Machado tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (*PSD*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

É para fazer uma interpelação: pedir a v.exa. que faça distribuir pelos srs. deputados o relatório da Comissão de Assuntos Sociais, onde se dá conta dos trabalhos realizados da audição dos Membros do Governo Regional, durante a qual o Sr. Deputado Tiago Lopes não fez qualquer pergunta ao Sr. Secretário Regional da Saúde.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação e como o sr. sabe o relatório já foi distribuído pelas sras. e srs. deputados e qualquer sra. e sr. deputado pode consultar.

Tenho dois pedidos de intervenção da bancada do Partido Socialista. Qual é que ...? Sra. Deputada Andreia Cardoso ou o Sr. Deputado Tiago Lopes?

Tem a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, muito obrigada pela sua generosidade na prioridade à intervenção.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, apenas para relembrar que o artigo 58.º realmente é relativo à Rede Regional de Cuidados Continuados, mas às suas equipas domiciliárias, não ao funcionamento da rede no seu todo e não assegura qualquer financiamento à rede.

Tratar-se-á com certeza de um lapso a inexistência de recursos destinados ao financiamento da Rede Regional de Cuidados Continuados e ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (Clélio Meneses):
Despesas correntes!

A Oradora: ...o argumento que o sr. está a usar não é exatamente o mesmo critério que foi adotado, e bem, na Solidariedade Social, inscrevendo uma verba de um milhão e cem mil euros, no Plano de Investimentos da Região. Portanto, com certeza que se tratará de um lapso e que estão em falta dois milhões e meio de euros destinados à Rede Regional de Cuidados Continuados Integrados, Sr. Secretário.

Quanto a mentiras, que não agrada a ninguém com certeza, apenas também lembrá-lo que era impossível de facto ao Sr. Deputado Tiago Lopes colocar perguntas na Comissão porque ele não esteve presente, como sabe, e foi substituído ...

Secretário Regional da Saúde e Desporto (*Clélio Meneses*): Mas ele disse que foram colocadas!

A Oradora: ..., mas os deputados do Partido Socialista colocaram questões, Sr. Secretário.

Muito obrigada.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado Tiago Lopes. Faça favor, Sr. Deputado. Prescinde?

(*) **Deputado Tiago Lopes** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Era uma interpelação à Mesa precisamente para justificar. Lamentavelmente o Sr. Deputado Joaquim Machado, como Presidente da Comissão de Assuntos Sociais deveria lembrar-se que eu, por motivos pessoais, não estive presente na reunião.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Saúde e Desporto, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Saúde e Desporto** (*Clélio Meneses*): Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Trinta segundos para referir uma questão que não respondi.

Há um aumento previsto de 37,5€ para 42€, no âmbito das Casas de Saúde, o que implica um aumento anual de 1,1 milhões de euros. Para ficar esclarecido, é isto que está comprometido e é esta a nossa resposta.

No que diz respeito à Comissão, enquanto fui ouvido, durante o tempo todo que estive lá, apenas uma pergunta do Sr. Deputado Wilson Ponte Gomes sobre desporto. Sobre saúde, nem uma pergunta de todo o grupo parlamentar do PS!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Andreia Costa (*PS*): Chama-se gato escondido com o rabo de fora, Sr. Secretário!

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): 3 milhões de máscaras também fazem falta, Sr. Deputado!

Deputado Vasco Cordeiro (*PS*): Quer falar disso, vamos embora. Já esclareci com quem tinha que esclarecer, que é o Sr. Presidente do Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

A Mesa não tem mais inscrições e assim sendo, vamos passar às intervenções de tribuna.

Tem a palavra a Sra. Deputada Ana Quental.

Deputada Ana Quental (PSD): Sr. Presidente Assembleia, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo: Encontramo-nos nesta Assembleia a discutir o Plano e Orçamento para 2021, numa conjuntura muito difícil quer a nível socioeconómico quer a nível de saúde dos açorianos, agravada, é certo, pela presença da pandemia que nos acompanha há mais de 1 ano!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Serviço Regional de Saúde, antes da pandemia apresentava manifesta incapacidade de resposta, nomeadamente no que diz respeito as listas de espera cirúrgicas; falta de médicos de família e falta de médicos especialistas nas ilhas sem Hospital.

Em 2020, com a pandemia, ficou ainda mais evidente aos olhos dos açorianos a falta de políticas acertadas, por parte dos Governos do Partido Socialista, a nível da Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Também neste sector era necessária uma mudança!

Foi isso que os açorianos disseram, de forma clara, nas eleições de 25 outubro 2020.

A maioria dos eleitores exigiu novas políticas na Saúde.

É nossa obrigação corresponder a esse desejo de mudança!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os Documentos Orçamentais que aqui discutimos mostram que este novo Governo já está a trabalhar neste sentido.

Este Plano e Orçamento marca um momento de viragem no Serviço Regional de Saúde!

Para este Governo, a política de saúde é uma prioridade!

O financiamento do nosso Serviço Regional de Saúde será claramente reforçado, com uma verba de 418 milhões de euros, invertendo décadas de constante subfinanciamento dos Hospitais e Centros de Saúde dos Açores.

Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Muito bem!

A Oradora: É desígnio deste governo dotar os Hospitais e Unidades de Saúde de Ilha dos meios financeiros que correspondam ao custo real da sua produção, assegurando assim a qualidade da prestação de cuidados de saúde e o pagamento atempado aos fornecedores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo)*

A Oradora: Recorde-se que o Orçamento da Região de 2020 apenas previa uma verba de 275 milhões de euros para o Serviço Regional de Saúde, menos 20 milhões que em 2019.

Escusa o Partido Socialista de dizer que, a meio do ano passado, supostamente por causa da pandemia, foram transferidos mais 80 milhões para o Serviço Regional de Saúde.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): 90!

A Oradora: É que a pretexto da pandemia as verbas adicionais transferidas para a saúde, serviram apenas para liquidar parcialmente pagamentos a fornecedores que estavam há muito tempo em atraso.

Deputada Délia Melo (PSD): Muito bem!

A Oradora: O Orçamento de 418 milhões de euros para a Saúde em 2021 representa um esforço enorme dos recursos dos açorianos.

O reforço de verbas mostra que este Plano e Orçamento marca um momento de viragem na Saúde dos açorianos.

Os recursos financeiros para este sector têm sido bem aplicados nestes últimos meses, com bons resultados na vida de muitos utentes do Serviço Regional de Saúde.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Desde que este Governo tomou posse, tem-se verificado uma retoma da atividade assistencial, nomeadamente na recuperação das listas de espera para cirurgia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Os números estão aí para comprová-lo.

Em novembro de 2020, ainda com o anterior governo, 12.240 Açorianos estavam em lista de espera a aguardar por uma cirurgia. Em março deste ano, esse número baixou para cerca de 11.500. Em apenas 4 meses, quase 750 açorianos deixaram de estar em lista de espera por uma cirurgia e viram o seu problema resolvido.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Este ano está a operar-se mais no Serviço Regional de Saúde!

Enquanto no ano passado se faziam em média 510 intervenções cirúrgicas por mês, em 2021 fazem-se 790 operações mensalmente. Significa isto que este ano estão a operar-se mais 280 utentes por mês.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Estes dados demonstram que este Governo e os profissionais de saúde estão a fazer um bom trabalho em prol dos Açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Veja-se que só em março de 2021 foram realizadas 872 cirurgias, sendo o melhor mês em número de operações dos últimos anos nos Hospitais da Região.

A redução das listas de espera para cirurgia mostra que este Plano e Orçamento marca um momento de viragem na Saúde dos açorianos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Este Governo, no que se refere às políticas de apoio ao doente, mais uma vez marca a diferença, centrando a sua atenção no bem-estar dos doentes, nas suas dificuldades económicas e ainda nas suas necessidades sociais.

Por isso, será atualizada a comparticipação diária atribuída aos doentes deslocados e seus acompanhantes; bem como o complemento para aquisição de medicamentos pelos idosos (COMPAMID).

E ainda o complemento especial para doentes oncológicos-CEDO.

Outra medida, já anunciada por este governo, é a abertura da Unidade de Radioterapia da ilha Terceira, facilitando a acessibilidade e evitando a deslocação sempre penosa por parte dos doentes oncológicos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

A Oradora: O apoio aos que mais precisam mostra que este Plano e Orçamento marca um momento de viragem na Saúde dos açorianos.
Disse.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições?

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro do Nascimento Cabral.

(*) Deputado Pedro do Nascimento Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para reforçar a intervenção, esta feita pela Sra. Deputada Ana Quental, no que diz respeito à área da saúde, tendo em atenção ao reforço e a atenção que os idosos e o social nos dispensam.

E, por isso, Exmos. Srs. Deputados, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata dos Açores gostaria de se associar a uma proposta inédita que foi apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido CHEGA a esta alteração ao Plano e Orçamento, no que diz respeito a um reforço de cinco milhões de euros anuais ao complemento regional de pensão.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta proposta de alteração ao Plano e Orçamento efetuada, demonstra efetivamente que merecerá o nosso apoio, que este Governo Regional terá um olhar diferente, um olhar mais atencioso ...

Deputada Ana Luís (PS): O que é que isso tem a ver com a intervenção?

O Orador: ... um olhar com maior equidade sobre as reais necessidades dos nossos idosos e o fortalecimento da solidariedade social, que abrange a área da saúde também, para que efetivamente todos nós possamos caminhar a um só passo.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputada Ana Luís (PS): Foi um tiro ao lado!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Olhe que não!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Faz-me lembrar um ditado da minha terra: “Tal abalo tal assusto!”

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Dou a palavra ao Sr. Deputado Rui Espínola para a sua intervenção. Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Rui Espínola (PSD): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

No que à ilha Terceira diz respeito, o Plano e o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2021 trazem-nos não só a continuidade do desenvolvimento de um conjunto de investimentos necessários à ilha, como plasmam o início de novos projetos e serviços estruturantes para a ilha Terceira e para os Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Na área da saúde destacam-se, naturalmente e finalmente, a ativação do serviço de radioterapia no Hospital do Santo Espírito da Ilha Terceira ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Carlos Freitas (PSD): Finalmente!

O Orador: ... e o projeto para o novo laboratório do SEEMBO, Serviço Especializado de Epidemiologia e Biologia Molecular.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Tratam-se de duas reivindicações antigas, que, no passado, as governações socialistas não conseguiram concretizar ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e que, este Governo, de forma estratégica e corajosa, irá implementar no entendimento que estas são necessidades prementes, que visam servir melhor a população da ilha Terceira, mas sobretudo a população dos Açores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: A ativação do serviço de Radioterapia na ilha Terceira é uma boa notícia, mas representa sobretudo o cumprimento de um compromisso para com os terceirenses, plasmado no programa do Governo e assumido pelos partidos da Coligação.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: O novo executivo regional, mais uma vez, e ao contrário do passado, cumpre o que prometeu, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... numa lógica de coesão regional e territorial, mas também no entendimento que se deve aproveitar e valorizar as potencialidades e a capacidade instalada em cada uma das nossas ilhas.

Por seu turno, a intenção de construção do novo laboratório do SEEMBO, constitui uma aposta clara deste Governo dos Açores, na valorização, dignificação e potenciação do excelente trabalho aí desenvolvido pelos seus técnicos aos mais variados níveis da investigação epidemiológica, biológica e da biotecnologia, desempenhando, por exemplo, um papel estrutural e imprescindível no combate à pandemia.

Mas os investimentos na ilha Terceira não ficam por aqui e vão muito mais além. Perpassam todas as áreas da governação, com destaque para a saúde, tecnologia e investigação, infraestruturas portuárias e aeroportuária, parque escolar e rede viária.

Ao contrário daquilo que foi veiculado pelo PS, o projeto TTI vê assegurada a sua continuidade,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... com o compromisso deste Governo Regional em assegurar não só os meios financeiros para a sua continuidade, como a dinamização e o desenvolvimento do mesmo, como se comprova pela abertura de novo curso de formação e captação de novas empresas. Este é um projeto importante para a ilha Terceira que deve continuar e desenvolver-se.

Ainda no que à ciência e tecnologia diz respeito, estes documentos asseguram também os meios financeiros para o equipamento do novo Laboratório de Inovação em Produtos Lácteos do TERINOV, para que também a partir da ilha Terceira se possa desenvolver investigação científica na área dos laticínios e aplicá-la a novos produtos que gerem valor acrescentado.

Juntam-se os investimentos na melhoria do parque escolar da ilha, com intervenções na Escola Vitorino Nemésio, na Escola Padre Jerónimo Emiliano de Andrade e na EBI de Angra do Heroísmo, beneficiando os edifícios escolares e melhorando as condições para a

prática letiva. Destaca-se também o investimento na melhoria da rede viária regional da ilha Terceira.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A potenciação da geocentralidade da ilha Terceira no contexto regional tem de ser e será uma aposta clara do novo Governo Regional dos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quando nós potenciamos cada uma das nossas ilhas, promovemos a melhoria das condições de vida dos açorianos, a coesão e o desenvolvimento harmónico da Região. E isso é um desígnio autónómico.

É por isso que as Orientações de Médio Prazo 2021-2024 preveem também um aumento e um investimento na capacidade e operacionalidade da Aerogare Civil das Lajes, capacitando-a para um aumento do fluxo de rotas e de passageiros e para os desafios futuros. É por isso que se assegura a conclusão da obra do Porto das Pipas, a melhoria da operacionalidade e segurança do Porto da Praia da Vitória e a requalificação das oficinas e armazéns dos edifícios das operações portuárias do Porto da Praia da Vitória.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas também é por isso que não deixaremos, a pensar no futuro, de apresentar uma proposta que inclua nos documentos orçamentais verba para se iniciar o estudo do futuro Cais de Cruzeiros na Praia da Vitória, ...

Deputado Miguel Costa (PS): O estudo está feito, falta construir!

O Orador: ... uma infraestrutura que dê condições de resposta efetiva a este segmento turístico, colocando a Terceira nas rotas do turismo de cruzeiros mundial e aproveitando economicamente todo esse potencial.

No que à ilha Terceira diz respeito, os documentos em análise espelham novidade em vez de estagnação, realidade em vez de previsão inexecutável, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... refletindo ambição e visão para o desenvolvimento futuro.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado Carlos Furtado tem a palavra, faça favor.

(*) Deputado Carlos Furtado (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputada Ana Luís (PS): Vai responder agora!

O Orador: As minhas palavras apenas para agradecer à bancada do PSD que já manifestou aqui a intenção ...

Deputada Ana Luís (PS): Já sabia! Isto não tem nada a ver!

O Orador: ... de apoiar e aprovar a nossa proposta de alteração do Orçamento, no sentido de incluir aquela que é uma medida de extrema justiça para o povo açoriano, principalmente para com as pessoas mais desfavorecidas, os nossos idosos, os outros que não sendo idosos, mas também recebem pensões para fazer face aquelas que são as suas dificuldades no seu dia a dia e que veem aqui nesta proposta do CHEGA, não uma forma de enriquecer, mas de serem pelo menos, menos pobres. Poderem, pelo menos, fazer face àquelas despesas básicas do dia a dia que tantas vezes ficaram privadas pela insuficiência dos seus rendimentos mensais.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições, no âmbito desta intervenção de tribuna que acabou de ser feita?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos.

Vamos avançar para a próxima área governativa. Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural. Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (*António Ventura*): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este plano para 2021, assume o início de um grande objetivo para os Açores: Sermos uma Região produtora de agroalimentos.

Agroalimentos diversificados, com conteúdo nutricional, produzidos de modo sustentável, de maneira inclusiva, a preços justos, que criam emprego, que fixam pessoas, que combatem o envelhecimento e que diminuem a nossa dependência externa alimentar.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Na verdade, a riqueza de um país ou de uma região também se mede pela sua capacidade de produzir alimentos para consumo interno e para exportação.

Deputado Marco Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: O leite, a carne, as hortícolas, as frutícolas, o vinho, o mel entre outros agroalimentos, são produções regionais que contribuem para suportar e afirmar a nossa Autonomia ...

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... e prestigiam os Açores além-fronteiras, sem limites.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Convictamente espero estarmos todos de acordo de que quanto mais próspera estiver a nossa agricultura mais fortalecemos a Autonomia dos Açores e, fortalecer a nossa Autonomia Constitucional, pela via do agrorural, significa sempre melhorar a vida dos Açorianos.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Os nossos agroalimentos são um valor autonómico de várias dimensões, desde logo, na economia, na fixação humana, na coesão regional e na identidade de cada uma das nossas ilhas e das suas gentes.

Podemos ainda garantir que o agroaçoriano alicerça a diferenciação socioeconómica da União Europeia que, por sua vez, fundamenta a sua existência.

Por exemplo, enquanto países e regiões estão a desaparecer do mapa europeu da produção de leite, nós estamos, dia após dia, a comprovar a nossa vocação produtiva neste setor, mas de modo sustentável.

Esta circunstância deve ser para os Açores justificação de orgulho e motivo de bandeira agroalimentar. Sabemos produzir com tal

excelência que considero, por razões agrogeográficas de influência edafoclimáticas atlânticas, produzimos o melhor leite do mundo.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Neste exato sentido, de valorizar os nossos bens agroalimentares, torna-se urgente potenciar a nossa base primária. Por isso, este plano evidencia um esforço financeiro de apoio direto às produções locais vegetais e animais, no âmbito do POSEI, que ascende a 94% na componente regional, quando comparado com 2020 e, quando comparado com 2016, ano em que existiu o primeiro reforço regional, representa um aumento de 300%.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Estamos assim em condições de assegurar que os produtores de agroalimentares vão receber pela primeira vez os apoios sem cortes, isto é, as ajudas à perda de rendimento anunciadas serão as efetivamente pagas.

Uma atuação vital para manter a resiliência dos agricultores neste momento difícil que atravessamos e conjuntamente avançar para a recuperação da economia. Aqui uma palavra de reconhecimento e

gradidão ao trabalho diário dos agricultores que desde o início da pandemia nunca nos faltaram com alimentos.

Mais uma vez se comprova que a agricultura, nos Açores, é a nossa trave-mestra. As várias crises têm vindo a provar este facto.

Igualmente para este ano, crescemos em 34% no total do investimento e de 53% no esforço regional nas verbas financeiras relativas à produção de agroalimentos em zonas desfavorecidas, quando comparado com 2020.

Deputado Carlos Furtado (CH): Muito bem!

O Orador: Aumentámos em 12% as verbas destinadas à agricultura biológica e medidas do Agroambiente e Clima.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Aliás, na Agricultura Biológica, aumentamos em 333% os montantes financeiros quando comparados com a média dos últimos seis anos, ou seja, do quadro comunitário de apoio do Pro Rural +.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Também, na medida do Agroambiente e Clima elevamos em 39% as verbas para este ano comparativamente à média dos últimos seis anos.

No apoio ao investimento nas explorações agropecuárias subimos em 36% o esforço financeiro regional.

Elevamos para este ano em 237% os montantes para os seguros agrícolas, comparativamente à média dos últimos seis anos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Esta é uma vontade a manter para a legislatura, pois verifica-se até 2024 um acréscimo financeiro de 23% na componente regional.

Sras. e Srs. Deputados, objetivamente, o documento agora em apreço: Prevê a agrociência na vertente da investigação, da inovação, da experimentação e do aconselhamento, mas com uma visão de futuro, ou seja, de permanente ajustamento.

Desperta para as oportunidades do agrorural na esfera da bioeconomia e da economia circular.

Começa a estudar cada Ilha, construindo um plano para cada uma, mas integrado numa lógica de complementaridade regional.

Comporta uma atitude prospetiva no encontro de novos mercados, no conhecimento da formação dos preços e na capacidade de antever o comportamento das globalizações e seus acordos.

Deputado Bruno Belo (PSD): Muito bem!

O Orador: Convida as organizações de produtores a serem parceiros, no planeamento e na formulação das melhores respostas e orientações para a política pública.

Permite certificar as explorações pecuárias no bem-estar animal e, por este meio, estabelecer um novo elemento de confiança e credibilidade com os consumidores.

E, aumenta as verbas para o bem-estar animal nos animais de companhia em 35%, comparativamente a 2020.

O plano contém um investimento público em infraestruturas, com financiamento da União Europeia, com a manutenção e gestão dos caminhos de acesso às explorações, do abastecimento de água e da eletrificação.

A terminar, deixo um compromisso: trabalharemos com muito empenho, dedicação e visão estratégica para que os Açores fortaleçam a sua Autonomia através do agrorural e, deste modo, se melhore a vida dos Açorianos.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Carlos Silva tem a palavra.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nos últimos anos a agricultura açoriana tem vindo a passar por um processo de modernização e de aumento de produtividade. Mesmo

durante a pandemia este foi um dos setores que nunca parou e é merecido aqui um justo agradecimento pelo trabalho que foi desenvolvido pelos agricultores, pelos trabalhadores neste importante setor de atividade económica da nossa Região.

A discussão sobre o futuro da agricultura deve ter em conta, não só os desafios que ainda se colocam, mas também é importante realçar o trabalho que foi feito e, em particular, pelos Governos do Partido Socialista.

Falo, por exemplo, no aumento da produtividade das explorações agrícolas, falo ainda do crescimento assinalável da produção de leite na nossa Região, mesmo com a redução do número de produtores e mesmo com o preço do leite, injustamente, baixo.

Falo também do aumento significativo da exportação da carne ou do aumento da área de produção em várias culturas.

Podia continuar do investimento feito em caminhos, na eletrificação, na modernização de explorações, no abastecimento de água, o que no seu conjunto, nos últimos quatro anos, foram mais de 27 milhões de euros investidos na modernização das explorações.

Mas não é sobre o passado que queremos falar, apesar do progresso verificado, continuam a existir desafios por ultrapassar, sendo o preço do leite pago ao produtor um dos maiores obstáculos ao desenvolvimento do setor.

E sobre o aumento do preço do leite, Sr. Secretário, que propostas e que medidas concretas são apresentadas neste Plano e Orçamento? É

que o Sr. Secretário, na sua intervenção, nada de concreto disse. Falou de estudos, de planos, de intenções e pouco mais do que isso. Zero propostas, zero soluções para um problema que é de todos.

Sobre o leite, importa realçar que o anterior Governo Regional desenvolveu o Plano Estratégico dos Lacticínios dos Açores que foi aprovado pelo CALL.

Sr. Secretário, vai implementar as ações que estavam previstas no Plano?

Que dotações tem neste Plano e Orçamento para dar cumprimento às iniciativas previstas?

Sr. Secretário já está há cinco meses como titular desta pasta.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Acha assim muito tempo?

O Orador: Nestes últimos cinco meses que medidas ou ações tomou com vista à internacionalização dos agroalimentos açorianos?

É que o Sr. Secretário também não explicou como é que irá fazer isso. Antes, o Sr. Secretário criticava o Governo da República e da Região, mas agora nada diz sobre o assunto. Mas, a questão que se impõe, Sr. Secretário, é se o Sr. Secretário Regional da Agricultura, no meio de tantas contradições, no meio de tantos estudos, no meio de novos Planos para estudar Planos que já existiam, se tem a capacidade efetiva para resolver os problemas do setor?

Como vai, e pergunto novamente, aumentar o preço do leite pago ao produtor? Essa é uma pergunta que os agricultores que estão em casa

colocam e que esperam por novidades e com propostas objetivas e não com meras intenções, como o Sr. Secretário falou.

Como vai ainda resolver o problema da mão de obra que já existe?

Como vai resolver o problema do despovoamento rural?

Ou a prioridade deste Governo passou a ser apenas fazer estudos ou planos que irão durar, pelo menos, dois anos, conforme o Sr. Secretário anunciou na Comissão sobre o estudo da agroruralidade?

Falamos no essencial em propostas e medidas para garantir um rendimento justo para os agricultores açorianos e para isso nós não encontramos respostas neste Plano e nas Orientações de Médio Prazo.

No meio de várias contradições, merece nota de preocupação a falta de medidas concretas, a falta de apoios para compensar os produtores pela perda de rendimentos no âmbito da pandemia (e isso é realçado pela Federação Agrícola dos Açores, no seu parecer), a ausência de verbas para o desenvolvimento da agricultura (e isso também é realçado pela associação Terra Verde no seu parecer) e preocupa-nos ainda (e isso foi dito e realçado em Comissão) a tentativa deste Governo em esvaziar e fragilizar os serviços públicos em detrimento de transferência de serviços para entidades privadas, com consequências possíveis no aumento dos custos de produção para os agricultores, preocupa-nos essa intenção do Governo.

E sobre o relançamento económico da agricultura açoriana previsto no Programa de Recuperação e Resiliência, pouco ou nada sabemos.

Como serão afetos os montantes previstos? A que áreas e a que tipo de produções? Aguardamos pela sua resposta.

A atuação do Sr. Secretário Regional da Agricultura tem-se resumido a lutas partidárias no seu partido, ao anúncio de novos estudos, novos Planos de Planos que já existem e ao esvaziamento de serviços públicos.

Não obstante, o muito que já foi feito ...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Isso já lhe foi explicado em comissão!

O Orador: Sr. Presidente, posso continuar?

...são necessárias novas medidas com soluções concretas, com uma calendarização clara para o relançamento económico do setor.

Em suma, termino dizendo que o setor agrícola precisa de medidas concretas que permitam aos agricultores açorianos melhorarem o seu rendimento e quem o diz, não somos só nós, é também a Federação Agrícola no seu parecer.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Para participar no debate tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo, faça favor.

(*) Deputado Bruno Belo (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Carlos Silva acaba de, na sua intervenção, fazer uma súpula daquilo que tem sido a estratégia e o papel do Partido Socialista, ao longo desse dia e meio de debate.

Um conjunto de questões que, se calhar, hoje o Sr. Deputado fez mais questões ao Sr. Secretário da Agricultura do que, durante quatro anos da Legislatura anterior, se calhar, durante oito anos da Legislatura anterior.

Ó Sr. Deputado, isto tem uma gravidade maior porque o Sr. Deputado faz parte do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e que o Partido Socialista foi a eleições em que um dos slogans era: “Os Açorianos precisam do seu voto” e eu, hoje, digo-lhe uma coisa, Sr. Deputado, os açorianos precisam da vossa posição responsável, sobretudo da vossa oposição responsável...

Deputada Andreia Costa (PS): É o que estamos a fazer!

Deputado Miguel Costa (PS): Esteve muito bem agora!

O Orador: Sr. Secretário este Plano, naquilo que é a apreciação do Partido Socialista, aparentemente tem só coisas negativas e este Plano, como é normal um Plano na sequência de uma alteração governativa, tem projetos do novo Governo e tem continuidade do Governo anterior e a vontade de ser contra esse Plano é tão grande que até aquilo que já era proposto anteriormente passa a não ser bom.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Secretário nós temos consciência que o momento não é um momento fácil e este Plano vem dar algumas respostas, mas também temos a consciência que não resolve os problemas todos. Mas tem uma estratégia e tem uma estratégia orientada para a sustentabilidade, uma estratégia orientada para a produção de alimentos saudáveis, uma estratégia orientada para a remuneração dos produtos a preços justos.

É preciso lembrar que o rendimento das explorações advém, ou de ajudas comunitárias, que já são insuficientes e que por essa via vão ser objeto de um reforço por este Governo, por este Orçamento Regional para que aqueles agricultores todos que fizeram candidaturas e que criavam expectativa naquele que era o seu rendimento, não vissem defraudadas essas expectativas, que foi aquilo que os Governos do Partido Socialista nunca fizeram. Isto é uma opção deste Governo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sabe, Sr. Deputado, são 6,3 milhões de euros e são esses mesmos 6,3 milhões de euros que foram subtraídos, por opção do

Governo Socialista, ao setor agrícola para obviamente investimentos noutras áreas.

É uma opção política, Sr. Deputado, quer o sr. goste, quer o sr. não goste, é assim.

Sr. Secretário é importante perceber que este Plano também reconhece a diminuição do preço do leite, mas é um problema que não é de agora, o Sr. Deputado Carlos Silva parece que chegou a semana passada aos Açores e não sabia do problema. Vem agora elencar esse conjunto de questões quando há anos sem fim que o PSD reivindica isto e nós sabemos que isto é um problema, nós sabemos também que a atual situação provocou uma diminuição da procura naqueles que são os produtos tradicionais utilizados na restauração, nos cafés, na hotelaria, o que vem obviamente provocar um abaixamento no preço dos produtos.

Mas isto, Sr. Deputado, na sua perspetiva é um problema que este Governo parece que criou. Não é, não é Sr. Deputado!

O sr. leva isto numa brincadeira e isto não é uma brincadeira, Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário mais uma vez, este Plano também opta por uma estratégia de diferenciar aquelas que são as produções em cada uma das nossas ilhas, aquelas que são as dificuldades e as especificidades de cada uma das nossas ilhas. Uma coisa que nunca anteriormente foi feita, a nossa agroruralidade por ilha.

Vou lhes dar um exemplo, ...

Deputado Carlos Silva (PS): 5.300 euros!

O Orador: ... de que aquelas políticas que foram seguidas não davam as respostas necessárias às particularidades de cada um. Vou-lhe dar um exemplo muito concreto e recente e tem a ver com as condições edafoclimáticas de cada uma das nossas ilhas: só para lhe dizer que sobre a precipitação acumulada nos Açores, existem três estações de medição da precipitação, em São Miguel, na Terceira e nas Flores. Em São Miguel a precipitação acumulada no mês de janeiro foram 107 l/ m². Na Terceira 134.8 l/m², nas Flores 385.2 l/m². No mês de fevereiro, 70 l/m² em São Miguel, 102,7l/ m² na Terceira e 277 l/m² nas Flores.

Sr. Secretário é essa postura, essa diferenciação, essa discriminação positiva, olhando cada ilha como uma realidade, mas também como uma complementaridade regional que tem de ser seguida e que está plasmada nesse Plano e Orçamento e que nós claramente vamos ter resultados dessas políticas.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A agricultura é o pilar central da nossa economia e dentro da agricultura, o setor do leite e laticínios.

O setor o leite e laticínios atravessa neste momento, a crise mais grave, desde sempre, na Região Autónoma dos Açores e esta crise tem um nome, o nome chama-se Partido Socialista, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... o nome chama-se Federação Agrícola dos Açores e o nome chama-se ...

Federação Agrícola dos Açores, ouviram bem!

...e uma outra coisa que se chama produzir sem ter o olho posto na sustentabilidade.

Aí, Sr. Secretário, permita-me que discorde de si.

Nesta Região não se produz com o olho na sustentabilidade, não se produz leite, por exemplo, com olho na sustentabilidade quando se importam 200 mil toneladas de produtos de baixíssimo valor acrescentado, de baixíssima qualidade, para incorporar nos alimentos compostos para animais, para produzir leite e ser empacotado para ser vendido a baixo valor acrescentado.

Vender a baixo valor acrescentado não é sustentabilidade, bem pelo contrário, é negar a sustentabilidade económica de um setor que chegou ao que chegou.

E chegou ao que chegou, Sr. Deputado Carlos Silva, precisamente pelas estratégias que foram delineadas, numa coisa que os srs. gostam muito de se arvorar donos que é o CALL. O CALL nunca serviu nunca para coisíssima nenhuma. Serviu apenas para juntar pessoas à volta de uma mesa para no fim aparecerem à frente de uma câmara de televisão a fazer um brilharete que tinham uma solução estratégica para um sector que bateu no fundo completamente e, como eu aqui disse na audição ao Sr. Secretário, naquela semana das audições que aqui fizemos sobre o Plano e Orçamento, estava a ser vendido leite dos açores a 24 cêntimos, empacotado, ultrapasteurizado nas superfícies comerciais do Continente. 24 cêntimos é o preço pago à produção, aos melhores produtores, neste momento e, portanto, se continuarmos na senda das políticas que trazíamos de trás apoiadas pelo Partido Socialista e pela Federação Agrícola dos Açores vamos ser é cada vez mais pobres e não é isso que eu quero para a minha Região.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário da Agricultura:

No passado mês foi aprovado, nesta Casa, por unanimidade o Decreto Legislativo Regional que pôs fim ao abate de animais de companhia. Uma proposta que todos e todas aqui presentes reconheceram que o abate não era a solução que resolvia o problema dos animais errantes. E foi, naturalmente, com satisfação que o Bloco de Esquerda viu essa aprovação.

Contudo, consideramos que há ainda nesta matéria um caminho necessário a trilhar, no que diz respeito à causa animal e o fim do abate é apenas um passo neste caminho.

Para além do apoio às associações de bem-estar animal, que obviamente é fundamental, não vemos no Plano qualquer outro tipo de medidas nesta matéria.

Por isso e com intenção de continuar este caminho, consideramos que é fundamental que o Governo, em cooperação com as autarquias, tenha um programa de esterilização gratuita de animais errantes e de companhia, de modo a se proceder a uma esterilização em massa em toda a Região de uma forma concertada, de uma forma articulada e continuada no tempo a que todos os açorianos e famílias que tenham animais de companhia possam ter acesso em igualdade de circunstâncias.

É isso que o Bloco de Esquerda defende, uma solução concertada para o problema da sobrepopulação de animais de companhia.

Aquilo que pergunto, Sr. Secretário, é: o que é que o Governo quer fazer relativamente a esse respeito?

Por que caminho é que quer trilhar?

Que medidas tem o Governo preparadas para esta esta matéria, para além daquilo que já foi afirmado por si, naquela tribuna, relativamente ao apoio às associações?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Neves. Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ia dar na cabeça ao Sr. Deputado da IL para dizer que o Sr. Secretário não tinha razão, mas o Sr. Deputado da IL também não tinha razão. O problema do leite não foi esse apenas, foi de todos os partidos que tivemos que quando foi o findar das quotas leiteiras e que não fizemos absolutamente nada.

Mas, o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda falou sobre o abate dos animais e eu tenho que dizer que já entrou nos serviços, da parte do PAN, várias propostas de alteração relativamente a isso, para reforçar o orçamento em termos das associações. Não só em termos de esterilização, também da chipagem porque isso é do controlo da

população, mas também temos de ajudar as associações para cuidados médico veterinários, para a alimentação, para todos os valores que não estão dentro da parte pecuniária do controlo da população.

Também não esquecer uma coisa que é bastante importante, que são os animais de grande porte, nós falamos sempre do cão e do gato, esquecemo-nos dos animais de grande porte. O PAN fez uma proposta de alteração para reforçar em todas as associações que existem nos Açores para os santuários de animais de grande porte, sejam equídeos, ou sejam bovinos.

Sr. Deputado da IL a diversificação é um problema e a Federação Agrícola não é o único problema, juntamente com o grupo Parlamentar do PS, foi também juntamente com o PSD, juntamente com o CDS, juntamente com o PPM, todos os partidos que estavam neste Hemiciclo e todos os partidos que estavam na Assembleia da República, nomeadamente na altura das quotas leiteiras.

O que é que nós fizemos em tantos anos, quando à partida o Sr. Guterres já falava disto em 1998 e nós não fizemos absolutamente nada e temos os nossos agricultores, os nossos familiares que ficaram com o ónus dependente de toda a dívida que ainda estão a pagar hoje em dia.

Esse é que é o problema, continuam a apostar no leite como a única coisa que nós temos aqui na agricultura açoriana e temos de dar diversificação, proposta de alteração que a IL tem, diversificação da agricultura e nós, obviamente que parabenizamos, e tem de ser

agricultura biológica, proposta de alteração que o PAN também inseriu para reforçarmos a agricultura biológica nos Açores.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Mas este orçamento já contempla isso!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições.

Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado, Sr. Presidente da Assembleia. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas: Sr. Deputado Carlos Silva de certeza que nos últimos 24 anos não esteve nos Açores, não esteve certamente nos Açores, esteve ausente, ...

Deputado José Ávila (PS): O senhor é esteve!

O Orador: ... nem sequer acho que esteve na Europa ou no mundo, esteve em Marte possivelmente, ...

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: ... porque, Sr. Deputado Carlos Silva, então porque é que o Governo – o sr., neste momento, chega aqui com um conjunto de críticas – nunca evitou, até agora, o corte de 33% em apoios no

âmbito do POSEI aos agricultores. Uma medida tão simples, porque é que não reforçou o POSEI, porquê?

Sr. Deputado Carlos Silva, aquilo que eu defendo agora é aquilo que eu já defendia. A questão do leite, por exemplo: em 2005 apresentei uma proposta nesta Assembleia para a qualificação de leite nos Açores, a denominação de origem protegida ou IGP, do chá, da meloa, do alho foi aprovada por unanimidade.

Sabe que passado estes 16 anos, o leite ainda não é IGP?

E sabe que nós temos perdido anualmente oportunidades comerciais nos acordos da União Europeia porque são os únicos produtos, são os produtos qualificados que são admitidos nesses acordos?

Sabe que a quantidade de leite que produzimos não era suficiente nesses acordos comerciais?

Portanto, culpa vossa de não terem implementado aquilo que foi aprovado por unanimidade nesta Casa, há 16 anos atrás. Este é o exemplo!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E agora nós vamos ter de fazer aquilo que eu já defendia. Mais, o observatório dos preços dos produtos agroalimentares, propus nesta Casa em 2007. Sabe quando é que foi criado o CALL? Em 2016, 9 anos de atraso. Na altura para se estudar a formação dos

preços, para se saber quem é que fica com a fatia de leão, para não termos políticas às cegas porque o que tem acontecido nos últimos 24 anos é a formulação de políticas públicas cegas, que não têm base, não têm estática, não têm conhecimento, não tem quem forme o preço nos seus vários elos. Se os produtores se queixam do preço, se os consumidores se queixam do preço, mas então? Governar como? Governar para quê? É um desperdício de dinheiro público governar da maneira como os srs. Governaram até agora.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E mais, Sr. Deputado, eu estou horrorizado porque os srs. venderam os Açores o ano passado, em termos agroalimentares, horrorizado!

Eu cheguei à Secretaria e recebo uma carta da Ministra a dizer que este ano não havia 3 milhões e 200 mil euros para o programa VITIS porque havia um compromisso do anterior executivo de que recebiam 800 mil euros para a candidatura VITIS o ano passado (uma coincidência ser o ano eleitoral!) e prescindiam dos 3 milhões e 200 mil para este ano. Portanto, venderam os Açores, puseram o interesse do PS à frente do interesse dos açorianos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: É esta vergonha que devia calar o sr., terem vendido os Açores! É esta vergonha que devia calar o sr., o desperdício de dinheiro sem o conhecimento, sem a ciência, é com isto que o sr. devia estar preocupado. O sr. fez aqui uma confissão da sua culpa, mas diga mais, diga: “peço desculpa açorianos por aquilo que vos roubei, peço desculpa açorianos por aquilo que fiz sem ter conhecimento”.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Silva.

Peço desculpa, Sr. Deputado, um protesto a?

Deputado Carlos Silva (PS): Um protesto porque disse que o PS roubou.

Presidente: Tem a palavra, Sr. Deputado. Faça favor.

(*) Deputado Carlos Silva (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário sinceramente é difícil de adjetivar aquilo que o Sr. Secretário fez aqui.

Sr. Secretário acusou o Partido Socialista de roubar, roubar!!

Deputado Miguel Costa (PS): Roubar é um crime previsto no Processo Penal!

O Orador: A sua atitude aqui é vergonhosa porque o Sr. Secretário lida mal com a crítica, lida mal com a fiscalização, lida mal com as perguntas que são feitas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E o senhor lida mal com a verdade!

O Orador: ... e eu fiz cinco perguntas e o Sr. Secretário não respondeu a nenhuma!

Fez aqui um show off inexplicável e faltou ao respeito a este Parlamento que o Sr. Presidente considera a centralidade que é o mais importante, neste momento.

O Sr. faltou ao respeito aos agricultores, faltou ao respeito aos açorianos e faltou ao respeito também a esta Assembleia.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Secretário Regional para um contraprotesto tem dois minutos, querendo.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Disse, mantenho e sustento!

Sabe porquê? Um executivo que retira a possibilidade dos açorianos se candidatarem a 3,2 milhões de euros, no âmbito de um processo agroalimentar que é a vitivinicultura e, em troca disso, recebe 800 mil euros para o ano de 2020, que era para reforçar o esforço e que não tem nada a ver com eleições, eu acho que isso é prejudicar o interesse dos açorianos e prejudicando o interesse dos açorianos estão a roubar nos interesses dos açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Antes de mais, duas notas prévias antes de fazer e colocar uma questão ao Sr. Secretário Regional da Agricultura Desenvolvimento Rural.

Dizer-lhe, Sr. Secretário, que quando afirma que nos últimos 24 anos as políticas públicas de fomento da agricultura nos Açores foram um

desperdício de dinheiro, o Sr. Secretário da Agricultura está a ofender todos os agricultores desta Região que aproveitaram os instrumentos de financiamento público na nossa Região e isso não lhe fica bem.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Segundo ponto prévio, quem ouve o Sr. Deputado Bruno Belo dizer que o Governo colocou dinheiro do Orçamento Regional no POSEI, até parece que o anterior Governo também não o fez por diversas vezes. O Sr. Deputado tem a mania de descontextualizar as suas intervenções, mas é bom que façamos aqui um debate sério.

Sr. Secretário Regional da Agricultura, uma questão concreta: no início de dezembro, V. Exa. anunciou que ia criar o Conselho Científico para a Inovação Agroalimentar, passaram quatro meses. Não se conhece o Conselho, a sua composição, a sua competência, o seu conteúdo funcional, os seus elementos, não se conhece qualquer Resolução do Conselho de Governo que materialize e formalize este Conselho, portanto, pergunto-lhe em que ponto está esta medida?

Dizer-lhe também o seguinte, o Sr. Secretário, pelo seu percurso político partidário e pelos cargos que desempenhou é reconhecido publicamente como a pessoa que entende do setor agrícola. É, aliás também, empresário agrícola no setor da carne com alguma dimensão

e, portanto, tem também um profundo conhecimento sobre o setor e eu reconheço-lhe isso.

Mas, também é fundamental, Sr. Secretário, que V. Exa tenha uma abordagem rigorosa e correta quando se debruça sobre as questões da agricultura.

Uma delas tem que ver com um instrumento (V.Exa. sabe isso muito bem) fundamental, no âmbito dos apoios públicos, refiro-me em concreto ao POSEI. V. Exa., mais do que uma vez, disse publicamente que o défice no POSEI nos Açores era no valor de 10 milhões de euros. Numa resposta a um requerimento do Partido Socialista fica claro que esse défice é de 6 milhões de euros. Aliás há pouco, o Sr. Deputado Bruno Belo referiu também que esse défice é de 6 milhões de euros. Em que é que ficamos, Sr. Secretário? Existe, da sua parte, rigor relativamente a esta matéria?

E quando falamos do POSEI e quando falamos da política pública de apoio à agricultura também é importante recordar aquilo que disse o Sr. Presidente da Federação Agrícola dos Açores sobre V. Exa. no âmbito das políticas públicas agrícolas na Região. Cito Jorge Rita que disse o seguinte do seu trabalho: “Jorge Rita considera que o Secretário da Agricultura ainda não definiu nenhuma estratégia para o setor agrícola e apenas pretende garantir visibilidade mediática – estou a citar -, nem sei se ele sabe o que está a dizer sobre esta matéria – continuo a citar -. O Secretário Regional tem uma

necessidade de se afirmar politicamente e esse não deve ser o caminho.”

Sr. Secretário quando estamos a falar do POSEI, quando estamos a falar do futuro da agricultura nos Açores exige-se rigor e competência. Eu acredito que o Sr. Secretário tem conhecimento aprofundado destes dossiers, mas até agora não se viu nada.

Eu percebo, Sr. Secretário, que depois daquilo que lhe fizeram, que o seu colega da saúde lhe fez, com o patrocínio do Sr. Presidente do Governo, no PSD Terceira, percebo que o Sr. tenha que se afirmar, mas, Sr. Secretário, para já não temos visto. Permita-me a terminologia agrícola, a sua intervenção hoje e o seu trabalho são “muita parra e pouca uva”.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Paulo Silveira tem a palavra. Faça favor.

(*) **Deputado Paulo Silveira (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Agricultura, em São Jorge, os agricultores de São Jorge não estão ofendidos consigo e acreditam em si. Para começar.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Os agricultores de São Jorge acreditam em si porque se se comprometeu neste Plano, irá cumprir o novo Matadouro de São Jorge, há muito prometido e enrolado, anos e anos consecutivos, que vai ser uma realidade e começará este ano. Não é promessa, será uma concretização.

Da mesma forma que haverão os apoios ao abastecimento de água à lavoura, os apoios na fileira do leite, na produção e comercialização do queijo de São Jorge, que é a nossa grande marca de referência e desejamos todos que consigamos que o queijo de São Jorge seja uma marca desta Região e também uma marca que deixamos no mundo.

É importante também dizer que, para os agricultores, é preciso que acima de tudo se concretize o que se promete. Não é um subsídiozinho que resolve muitas vezes a vida dos nossos agricultores. É ter ações e ter serviços na agricultura, nas diversas áreas, nas diversas ilhas, em que os próprios serviços de ilha estejam próximos dos nossos agricultores, próximos das pessoas, que vão ao

terreno e não fiquem fechados nos gabinetes, como tem acontecido nos últimos anos.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem!

O Orador: Termino, dizendo, Sr. Secretário, que na sua área, para além de tudo o que está previsto, é com satisfação que vejo que os partidos que sustentam esta coligação irão propor alterações ao Plano, nomeadamente a concretização de três currais de vacinação de gado nas freguesias do Norte Grande, Norte Pequeno e Santo Antão e também uma ação de promoção de queijo de São Jorge. É com satisfação que vejo isto porque o sr. está no bom caminho, continue assim, os açorianos precisam de si, a agricultura dos Açores precisa de si, não tenha problemas, está a fazer um bom trabalho.

Muito obrigado.

Disse.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem mais inscrições. Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Alberto Ponte, faça favor.

Deputado Alberto Ponte (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Sras. e Srs. Deputados, Exmos. Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Agricultura em geral e a pecuária em particular são um dos grandes pilares prioritários deste governo e deste orçamento em contraponto com o anterior governo socialista que deixou ao longo dos anos e fruto de políticas com consequências devastadoras para este setor e por falta de capacidade de reverter a situação que durante os últimos anos definhou constantemente.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este sector nunca parou de trabalhar durante a pandemia, mantendo os postos de trabalho, gerando e desenvolvendo a economia e merecia um cuidado e atenção especial.

Para exemplificar a falta de empenho do anterior executivo deixo aqui alguns factos – obras que estavam inseridos na carta regional de obras públicas entre 2016 e 2020 e que nunca foram realizadas:

- a construção de um reservatório 100m³ de água na freguesia de São Pedro Nordestino no valor de 33.400 euros;
- a construção de um reservatório 100m³ de água na freguesia da Lomba de São Pedro no valor de 25.960 euros;
- a construção de açude de captação, 2 estações elevatórias, condutas elevatórias, 2 reservatórios de 500m³ 1 eta e 6 km de condutas de distribuição inserida no perímetro da segunda maior bacia leiteira dos Açores no valor de 2.034.483 euros;

- os caminhos de penetração e eletrificação em várias explorações, isto só na ilha de São Miguel.

Deixo aqui também uma nota de apreço e agradecimento ao atual Governo pelo esforço, empenho e dedicação que tem vindo a fazer desde que tomou posse para salvar este e outros setores, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... desde logo, por acabar com a política dos rateios nos apoios do POSEI e do PRORURAL+.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Vemos, neste Plano, uma atuação para a agricultura que pretende simplificar as políticas públicas, a criação do selo do bem-estar animal, o conhecimento da formação dos preços, o estudo da ruralidade de cada ilha, e o estreitar de ligações entre o poder político e os agricultores e lavradores desta Região.

Muitas outras medidas já foram aqui identificadas pelo Sr. Secretário da Agricultura, para salvaguardar os nossos produtores e os produtos de mais-valia.

Tenho a certeza de que enquanto este governo aqui estiver nenhum agricultor irá se sentir defraudado ou enganado e, finalmente teremos

uma verdadeira Política Agrícola Regional com pensamento próprio, estratégia e pronta para o futuro.

Disse.

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo)*

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sr. Secretário Regional ...

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Qual Secretário?

O Orador: Da Agricultura.

Se o Sr. Presidente quiser responder também eu agradeço, é sempre bom ouvi-lo porque ouve-se muito pouca vez.

... 20 milhões de euros depois, mais de mil hectares de vinhas em produção depois, o sr. vir a esta Casa dizer que vendemos alguma coisa, só pode ser muito vinho e muito trabalho.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Digo-lhe mais, Sr. Secretário, o sr. não pode vir aqui só com meias-verdades. Os 800 mil euros que foram negociados foi para cobrir todas as candidaturas, para não deixar nenhum produtor atrás, até porque não houve mais nenhum aviso aberto, como o sr. bem sabe. Foi para cobrir essas candidaturas, para não deixar nenhum produtor atrás!

Agora convido-o a ir ao Pico, sei que já estive lá uma vez, mas se calhar, devia fazer uma visita mais aprofundada, para perceber qual é a capacidade de transformação que se tem no Pico, neste momento e o sr. sabe perfeitamente, que neste momento, já não tem capacidade para dar resposta a toda a produção das vinhas. Neste momento já temos vinhas a mais para a transformação que temos capacidade. Essa é que é essa e deve ser uma aposta forte em conquistar grandes players para podermos esgotar toda a nossa capacidade de produção. Era nisso que o sr. devia estar concentrado e até falar com todos os produtores, com todas as cooperativas que concordaram com esta medida da adoção de negociar mais 800 mil euros para não deixar ninguém atrás. Isso é que é verdade.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isso é que é!

O Orador: Outra questão, já agora, Sr. Secretário.

Como o sr. sabe a Leite Montanha viveu um processo de recuperação muito difícil, está a crescer, está a aumentar o seu volume de vendas, inclusivamente no último trimestre aumentou, que é um sinal muito

positivo, no âmbito desta pandemia e eu pergunto: qual é o apoio? Quanto é que é esse apoio? E quando é que vai dar o apoio a essa cooperativa? Gostava que aqui respondesse a isso.

Ainda na agricultura, nas Orientações a Médio Prazo e no Plano de 2021 nem uma palavra para o Instituto da Vinha e do Vinho dos Açores, nem uma palavra, nas Orientações a Médio Prazo! Estou a falar do Instituto que não é do Pico, é um Instituto dos Açores, essencial para dar garantia aos seus produtores, a uma comunidade que está cada vez a crescer mais e a contribuir decididamente para o fator de exportação nos Açores e nem uma palavra.

Pergunto-lhe, porquê a opção política de não avançar no imediato com o Instituto? Quando o trabalho está feito, quando o trabalho foi desenvolvido pelo presidente da Comissão Vitivinícola dos Açores, pessoa credível na área e pelo Engenheiro Cláudio Lopes, também penso que não há qualquer suspeita sobre essa matéria. Já foi feita a sua revisão, qual é a dificuldade política de avançar no imediato com o Instituto da Vinha e do Vinho?

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Sr. Deputado Miguel Costa, começando por si, o Instituto da Vinha e do Vinho, já me comprometi com ele e, portanto, é para ser sediado no Pico e será uma realidade no próximo ano.

Foi isso que eu já disse e volto a dizer. O sr. esconde, efetivamente, e omite estas que foram as minhas afirmações.

Deputado Miguel Costa (PS): Quando? Porque já não é este ano? Vire-se para trás!

O Orador: Relativamente à Leite Montanha só lhe vou dizer o seguinte: PicoLajes, LatoPico, Leite Montanha, eu não digo mais sobre a governação do PS, se não isso ainda dá cadeia.

Mais, Sr. Deputado Miguel Costa, quando se trocam 4 milhões de euros por 800 mil, a capacidade negocial de um executivo é muito fraca, aliás vendeu os Açores, não tenho dúvida.

Sr. Deputado Berto Messias, o sr. como ex governante já deveria saber que o que nós queremos é trocar verba regional por verba comunitária. O défice existe, 10,3 milhões de euros. Não interessa o esforço regional, nós queremos que o POSEI reconheça a dimensão das regiões ultraperiféricas e esse dinheiro deve vir da União Europeia, é esta a nossa luta e a luta deste Parlamento, Sr. Deputado.

Finalmente, a Federação Agrícola tem sido um parceiro estratégico ativo nas políticas públicas, um verdadeiro parceiro e companheiro na reivindicação e na estratégia de uma política pública para a agricultura nos Açores.

Tenho dito.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para registar que o Sr. Secretário não respondeu à minha questão relativamente ao Conselho Científico para a inovação agroalimentar. Agradecia que me respondesse.

Muito obrigado.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Não faz parte do Programa do Governo!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, Instituto da Vinha e do Vinho porquê não fazê-lo já hoje? Não conseguiu responder.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E há 5 meses?

O Orador: Quando o Sr. Secretário diz PicoLajes, LatoPico ... devia olhar para a sua bancada, porque daí devem ter melhores respostas do que desta.

Foi nessa altura que se projetou, foi nessa altura que se dimensionou, foi nessa altura que se criou os maiores prejuízos daquela indústria. Aí é que o sr. “meteu o pé na argola” e não o devia ter feito.

Volto-lhe a perguntar, Sr. Secretário:

Qual o apoio que vai dar àquela Cooperativa?

Qual o seu montante?

E quando?

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura):** Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Rapidamente para responder, é verdade, Sr. Deputado Berto Messias, o Conselho da Inovação vai avançar, nós vivemos, infelizmente, um momento pandémico e não é possível organizar do modo como

queremos, mas vai ser uma realidade, mal nós ultrapássemos esta fase difícil que nós vivemos.

Tudo o resto, já respondi.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado Miguel Costa.

(*) **Deputado Miguel Costa (PS):** Sr. Presidente só para registar novamente e pela... não sei qual a vez, que o Sr. Secretário Regional voltou a não responder ao Instituto da Vinha e do Vinho, nem ao apoio para a LatoPico, neste caso, para a Leite Montanha – a nova designação da Cooperativa.

Nem um cêntimo, pelo que se prevê!

Presidente: Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado António Lima tem a palavra para uma interpelação.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente era para confirmar se o Governo tem tempo?

Eu fiz uma intervenção com uma única questão, não tive resposta, era para confirmar se o Governo tem tempo ou se o diálogo ficou pelo caminho, entretanto?

Muito obrigado.

Presidente: O Governo tem tempo, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira. Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Maria Isabel Teixeira (PS): Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O motor da economia de S. Jorge é a agricultura, tal como em todas as ilhas da nossa Região.

No início do ano transato foi apresentado aos Jorgenses o projeto de construção do novo matadouro, no concelho da Calheta, um investimento que o Partido Socialista, considerou que constituía o símbolo da abertura de um novo ciclo para o sector da produção de carne na região.

Pergunto:

- Os 690 mil euros inscritos no plano, contempla o que? Vão fazer um novo projeto? Estão contempladas as verbas do Programa de Recuperação e Resiliência na construção deste Matadouro?

Em setembro também do ano transato, também foi apresentado em São Jorge o projeto do parque de expedição de gado bovino, no concelho das Velas. Esta infraestrutura é uma mais-valia para os agricultores jorgenses, situa-se perto do porto comercial e melhorará as condições de desenvolvimento do setor da carne.

- Neste Plano não consta nenhuma verba para o mesmo, este Governo abandonou o projeto?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, faça favor.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário falemos do futuro.

A temática das alterações climáticas é certamente uma área transversal a todos os departamentos do Governo, sendo inegável que a indústria alimentar e a atividade agropecuária têm uma contribuição não negligenciável na crise climática.

Sr. Secretário eu gostaria de saber o que o Governo e a Secretaria da Agricultura têm em vista como plano de atuação nesta esfera, com vista a munir a indústria agropecuária açoriana com novas soluções tecnológicas que reduzam a pegada ecológica nesta indústria e solicito, se possível, para nos elucidar sobre as principais medidas a implementar no combate ao impacto das alterações climáticas na indústria e na agropecuária açoriana.

Ainda e terminando, Sr., Secretário a ambição deste Governo e como já foi referido também, a estratégia deste Governo ao iniciar nas ilhas das Flores e Corvo a reconversão para um modo de produção biológica, que entende uma ambição que me parece pequenina se atendemos à verba inscrita de 5300€, pelo que questiono quais os propósitos desta medida e como pretende o Governo levar a cabo esta reconversão de modo de produção naquelas ilhas? É que estas medidas vão implicar uma mudança de comportamentos e de rendimentos para os agricultores daquelas ilhas.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural tem a palavra para prestar esclarecimentos.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Desenvolvimento Rural (António Ventura): Obrigado, Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Caros Colegas:

Começando pelo fim, Sr. Deputado José Eduardo, se reparou eu referi que a agricultura biológica tinha um aumento de 333% relativamente à média dos últimos 6 anos, referi que a medida agroambiente e clima tem um aumento de 39% de verbas para este ano, comparativamente aos últimos 6 anos.

Portanto, há aqui um esforço e uma aposta clara no agroambiente e obviamente no combate às alterações climáticas e, portanto, isto é um esforço regional e um esforço comunitário. Eu disse isso, não estive atento.

Relativamente ao Matadouro de São Jorge, vai ser uma realidade em 2023, é uma empreitada com o valor de 7,5 milhões de euros. Este ano está previsto uma verba de 690 mil euros, dos quais 193 do Orçamento Regional e o segundo de verbas comunitárias.

Depois, Sr. Deputado António Lima, não tinha respondido, tem toda a razão, nós, ainda este mês, daremos entrada com um Decreto

Legislativo para apreciação nesta Casa sobre animais errantes e animais de companhia.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Bruno Belo.

(*) **Deputado Bruno Belo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente uma questão muito rápida, na sequência daquele que foi o pedido de esclarecimento do Sr. Deputado José Eduardo e relativamente àquelas que são as verbas inscritas no Plano destinadas à agricultura biológica.

Eu gostava de perceber, se o sr. deputado me puder esclarecer, qual o valor que estava destinado à agricultura biológica no ano anterior e relativamente à ilha das Flores e do Corvo qual era esse valor?

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo, vamos avançar nos nossos trabalhos para a próxima área governativa.

Sr. Deputado Bruno Belo permita-me que continue os trabalhos.

Tem agora a palavra o Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas. Faça favor, Sr. Secretário.

Peço desculpa, eu perguntei se havia mais inscrições.

Secretário Regional do Mar e Pescas (*Manuel São João*): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Os documentos trazidos a esta câmara pela Secretaria Regional do Mar e das Pescas no âmbito do debate do Plano e do Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2021 envolvem um investimento público na ordem dos 42 milhões de euros, entre fundos regionais e fundos comunitários, repartidos quase que de forma equitativa.

De forma sucinta, para o Projeto Controlo, Inspeção e Gestão, estão destinados 3,7 milhões de euros, destacando-se uma nova ação que se prende com o Cluster do Mar, incluindo, em 2021, 84 mil euros para a construção de um novo navio de investigação e 1,4 milhões para a construção do Tecnopolo Martec.

Para o projeto Infraestruturas de Apoio às Pescas, serão canalizados 9,7 milhões de euros assume relevo a Ação Portos da Região, com quase nove milhões de euros, sendo que o contrato Programa com a Lotação no âmbito da gestão e exploração dos portos de pesca absorve 7,6 milhões de euros.

No projeto Frota e Recursos Humanos, com quatro milhões de euros, as maiores fatias vão para o Regime de Apoio à Frota de Pesca Local e Costeira, tendo sido apresentadas à data limite de 31 de dezembro de 2020, 34 candidaturas.

O Projeto Produtos da Pesca e Aquicultura inclui os apoios ao funcionamento das associações do setor (910 mil euros), e para a Produção, transformação e comercialização dos produtos da pesca e da aquicultura, mais 900 mil euros para o Regime suplementar do Plano de Compensação, entre as dotações mais consideráveis.

O Projeto Regimes de Apoio e Assistência Técnica do Mar 2020, com 16,2 milhões de euros, onde apenas 1,2 milhões saem do orçamento da Região, destina-se à operacionalização dos fundos ao abrigo daquele programa comunitário.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:

O ano de 2021 será fundamental para a preparação das intervenções no âmbito do Quadro Financeiro Plurianual 2021-2027 em áreas como a proteção da biodiversidade marinha, ordenamento do espaço marítimo e da economia azul sustentável, áreas estas que serão concretizadas no futuro Programa Operacional para a Região Autónoma dos Açores, com ações já em desenvolvimento de acordo com as prioridades definidas pelo Governo Regional dos Açores e em consonância com a Estratégia Portugal 20 30.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A elaboração do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço marítimo dos Açores está em desenvolvimento, calendarizado para ser desenvolvido até ao final do verão.

No investimento imputado a 2021, assume também relevo a Gestão e requalificação da orla Costeira, onde foi identificado um número

significativo de zonas costeiras consideradas de risco que serão intervencionadas, de acordo com o Plano de gestão, requalificação, estabilização e de proteção costeira.

Existem setores fundamentais para o desenvolvimento de uma estratégia consolidada, não apenas para o corrente ano, mas que possa servir de base para o futuro e para fazer face aos desafios cada vez mais exigentes que se colocam.

O trabalho a realizar tem de ser coerente e consequente para dar uma resposta cabal às reivindicações do setor.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: A atual conjuntura não se compadece com a falta de bom senso demonstrada pelo maior partido da oposição nos últimos tempos,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... usando e abusando de contradições e deturpando declarações assumidas por este departamento governamental.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados:
Não se pode escamotear o passado, por muito que custe a alguns.

Presidente do Governo Regional (José Manuel Bolieiro): Muito bem!

O Orador: Foi no caso da desistência da PDM de um importante investimento na ilha do Pico, onde, pelas declarações tornadas públicas, havia deputados, pelo que foi dito e escrito, que sabiam mais do processo que o anterior titular da pasta das pescas.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

O Orador: Foi no caso da Escola do Mar, quando tudo estava delineado e afinal, além das paredes, pouco ou nada estava feito quanto ao seu licenciamento como estabelecimento de ensino.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Foi no caso do avultado número de processos que prescreveram nos últimos anos na Inspeção Regional das Pescas, números esses que são o exemplo da anormalidade num serviço com a responsabilidade e competência de fazer mais e melhor e que, pelos vistos, foi uma situação normal para o Partido Socialista.

E, mais recentemente, foi no caso das obras do Entrepasto Frigorífico de Vila do Porto, em Santa Maria, perante o desplante de culpabilizar este governo e este Secretário Regional por uma herança que em nada acautelou o interesse do setor naquela ilha.

Deputado João Bruto da Costa (*PSD*): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Para se definir uma estratégia, particularmente para o setor das pescas, é preciso estarmos munidos de elementos sólidos que nos possam nortear numa tomada de posição assertiva e de encontro não só às linhas políticas aprovadas nesta Casa, como também no estabelecimento de linhas orientadoras discutidas com os parceiros do setor.

E é pegando nestes exemplos atrás descritos, porque envolvem áreas fundamentais para o crescimento e sustentabilidade do setor, que vos posso garantir que será instaurada uma sindicância à Inspeção Regional das Pescas para se apurar, a bem do interesse público, como se pode herdar cerca de mil processos prescritos e outros 300 à beira de prescrever.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E esta decisão, perante as informações que, a conta gotas, se vão conhecendo, algumas trancadas a sete chaves, poderá ser extensível a outros organismos sob a tutela direta e indireta da Secretaria Regional do Mar e das Pescas.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD e do PPM: Muito bem! Muito bem!

O Orador: O apoio ao investimento privado, a formação, a fiscalização e as condições para que o setor possa olhar para o futuro com outros olhos são objetivos primordiais para este ano. Para isso, é preciso ultrapassar o terreno armadilhado que herdámos e não pactuar com falsidades e hipocrisias de alguns.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Este é o rumo.

Disse.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições?

(Pausa)

Não havendo ...

Peço desculpa, Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

Calma, Sra. Deputada.

Deputado José Ávila (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Esta é uma área muito importante para a economia dos Açores e a grandeza de um Governo, não deve ser exaltada pelas conquistas e sucessos das suas políticas, mas antes pelo que deixa realizado que pode não ter impacto imediato, mas terá, muito certamente, para as gerações vindouras e a isso aí, Sr. Secretário, vamos ter tempo para depois fazer as contas.

Na área das pescas e do mar, tal como noutras, o atual Governo tem sorte, muita sorte, porque herdou trabalho feito, nomeadamente em políticas efetivas que contribuíram para a valorização do pescado e outras medidas, sem paralelo, que constituíram um contributo para a conservação dos recursos piscícolas e que o Sr. Secretário omitiu.

A Lei do Mar dos Açores, aprovada recentemente, veio também criar oportunidades para o crescimento da economia azul, quer em áreas tradicionais, quer em áreas emergentes, assente na base da sustentabilidade ambiental e do conhecimento científico.

Foi um longo caminho, por vezes incompreendido por algumas oposições, sempre com o objetivo de procurar o equilíbrio entre o rendimento dos pescadores e a preservação de espécies marinhas e na defesa do Mar dos Açores

Estes desideratos nem sempre são fáceis de conciliar, mas, e os números falam por si, foram possíveis, quase sempre contando apenas com o apoio dos profissionais do mar porque muitos escolheram fazer parte dos problemas e não das soluções e utilizaram os pescadores como arma de arremesso político, antevendo sempre o caos para esta

atividade, estigmatizando, por esta via, uma classe laboriosa que nunca se deixou manipular por aqueles que acenavam com dinheiro para resolver os problemas desta fileira.

Para ter êxito foi preciso tomar decisões, algumas difíceis, mas fundamentais para se chegar até aqui.

A formação, que este Governo tenta fazer crer que só começou agora, a própria da Escola do Mar, cuja conceção vai permitir a formação descentralizada, que este governo tenta parecer que é novidade, foram contributos que engradem a herança que os governos anteriores deixaram.

Mas este não foi favor nenhum. Foi mesmo uma obrigação dos Governos anteriores, construírem, quase do zero, uma fileira forte, com uma frota mais capaz e com melhores condições de habitabilidade e de segurança, com estruturas de apoio em terra espalhadas por nove ilhas, com um esforço na dignificação da profissão e na valorização do pescado, que representa 20% das nossas exportações.

E foi por isso que em 8 anos o preço médio do pescado cresceu cerca de 42%.

A Inspeção Regional das Pescas foi fundamental em todo este processo, e a quem deixo aqui uma palavra de reconhecimento pelo excelente trabalho que este serviço e os seus profissionais tem desenvolvido na defesa dos interesses do Açores, que são também os

interesses de todos os Açorianos. Esta gente merece respeito e consideração.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

O Orador: Mas, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional, falemos do futuro.

Olhando para os documentos em análise, conclui-se que a sua opacidade é intrínseca, ou seja, uma grande confusão, quando o mote deste governo é a transparência.

Não admira, foi feito nos gabinetes e não contou com a análise crítica dos parceiros.

Mas já não me admiro de nada. O seu Presidente falou tanto, e acho que ainda fala, de humildade, de tal maneira que dou razão a um amigo meu que diz que excesso de humildade é arrogância.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Espelho meu, espelho meu!

O Orador: O Plano para 2021 assenta, em muito, no que vem de trás, mas numa versão ligh, ou seja, uma versão com pouca ambição e inconstante relativamente às exigências do passado.

Sr. Secretário para quem quer fazer diferente, tem de fazer melhor.

Mas, mesmo assim, não se vislumbra estratégia para os desafios que se avizinham, quer ao nível da Política Comum de Pescas,

fundamental para a pesca Açoriana, quer ao nível da gestão das espécies residentes,

São duas preocupações para as quais não encontramos respostas neste Plano.

Pescas não rima com improviso. Navegar ao sabor da maré, é navegar sem rumo e as Pescas precisam de ambição e decisão com apoio do conhecimento e também dos seus profissionais.

Pergunto, Sr. Secretário, em relação às reservas marinhas, o Governo acha que já está tudo feito, porque no documento não surge nada de novo?

Em relação às possibilidades de pesca, vai mudar o sistema da sua gestão?

Como justifica o desinvestimento no Fundopesca num ano crítico devido à pandemia?

E o que vai fazer para esta compensação financeira ser mais abrangente e mais rápida?

E a título de exemplo, digo-lhe: em 2020 o Fundopesca foi ativado duas vezes, no dia 1 de abril houve ativação e começou a ser pago no dia 8 do mesmo mês, portanto 7 dias depois, e abrangeu 650 pescadores. No dia 23 de abril voltou a ser ativado e começou a ser pago no dia 29, ou seja, 6 dias depois, envolvendo também 650 pescadores.

Mais recentemente, e já nesta governação, o Fundopesca foi ativado no 7 de janeiro, começando a ser pago a 26, ou seja, 19 dias depois, e envolvendo apenas 515 pescadores.

Não bate a bota com a perdigota. Pelos vistos o problema não está no regime jurídico, está noutra coisa...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, os Beryx (Imperador e Alfonsim) constituíram uma parte importante dos rendimentos dos pescadores. Qual a quota para 2021 e qual a quota em 2020 para fazermos a comparação?

Quando vai ser pago o chamado Posei Pescas?

Por fim, pergunto ao Governo se (já percebi que sim, mas gostava de ter uma confirmação) o Sr. Secretário se revê nas afirmações da nova Inspectora Regional das Pescas que atacou, de forma pouco comum, os profissionais daquele serviço e também ofendeu os pescadores ao dizer que ia ser implacável?

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional em dezembro de 2019 foi debatida e votada nesta Assembleia uma proposta de alteração ao Fundopesca, da autoria do Bloco de Esquerda, na qual se pretendia que, no caso de o armador não cumprir com a obrigação legal de ter em dia os seguros de trabalho dos seus tripulantes, seja o armador a perder o acesso ao Fundo pesca e não os pescadores. E que essa falta fosse de imediato comunicada às autoridades competentes.

Nesta altura, relembro, dezembro de 2019, à exceção do Partido Socialista, todos os outros Partidos votaram a favor desta proposta, PSD, CDS e PPM, que agora fazem parte da coligação que suporta o atual Governo, estavam de acordo com a proposta do Bloco de Esquerda.

Pela mais elementar coerência e justiça, voltaremos a fazer esta mesma proposta de alteração, neste Orçamento. Já sabemos, no entanto, que ela será reprovada, chumbada pela maioria.

Aquilo que pergunto, Sr. Secretário, é o que é que mudou desde 2019? Para estarem de acordo em 2019 e em desacordo em 2021? É o facto de estarem no Governo que mudou?

Deixo-lhe a questão.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Regionais, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Exmas. Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, Sr. Secretário, eu já lhe disse isso no Plano e Orçamento e torno a repetir, eu acho que finalmente os nossos pescadores estão bem entregues àquilo que é uma nova governação, mas acima de tudo a um Governo que está menos preocupado em fazer política e em vez disso está mais preocupado em resolver os problemas de todos os açorianos.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: Virem hoje aqui, em quatro meses, fazer uma data de perguntas, muitas delas com problemas enraizados em diversos anos, que tiveram 24 anos e estão à espera que o Sr. Secretário resolva (ainda sem o Plano e Orçamento aprovado) os problemas que eles não resolveram em 24 anos.

Isto é obra, Sr. Secretário Regional, é verdadeiramente uma obra!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Dizer ainda, e hoje assistimos a isso, mais uma vez, que a brilhante herança do Partido Socialista só iria beneficiar quem tomasse as rédeas do Governo Regional.

Digo, que raio de herança é essa que nós tivemos, que efetivamente aquilo que nós encontramos foi um mar de dificuldades e foi uma pesca imersa num profundo mar que dificilmente dela sairá no próximos um ou dois anos. E que isto, Sr. Secretário Regional e caros Deputados Regionais, só tem um responsável, foi o Partido Socialista e mais nenhum. Tenham vergonha na cara ao vir atirar para cima dos outros ainda os problemas que os srs. próprios fizeram durante muitos anos.

Diria ainda que relativamente a vários assuntos que estiveram em cima da mesa, o Partido Socialista foi o único partido que não quis aprovar um Fundopesca trazido pelo PSD, trazido pelo Bloco de Esquerda onde a grande questão seria aumentar as verbas, ...

Deputado José Ávila (PS): Mas para quê?

O Orador: ... aumentar as rúbricas, tornar o Fundopesca ainda mais sério e os srs. reprovaram. Reprovaram porque efetivamente diziam que tinha sido aprovado há uns anos atrás e eu, na altura, disse e repito, a sociedade é dinâmica, os problemas são diferentes e quando isso assim é, é nossa obrigação tornar as leis e tornar as políticas de

acordo a que possam responder aos problemas que hoje estamos a atravessar.

Nós queríamos, vocês não quiseram! E essa responsabilidade vocês é que a têm de pagar a partir desta altura.

Deputado Francisco César (PS): Não é vocês! É: “os Srs. Deputados!

Deputado João Vasco Costa (PS): “Vocês” é uma casa de família!

O Orador: Por isso, digo claramente o seguinte...

Os Srs. Deputados se se sentem muito ofendidos, corrige-se, Srs. Deputados Regionais, sim sr.

Dizendo ainda o seguinte, este Governo Regional já investiu quase um milhão de euros naquilo que foi o apoio excecional e o Fundopesca. Teve claramente aquilo que se chama uma “entrada em grande” porque efetivamente percebeu onde é que teria de investir e sensivelmente investiu naqueles que mais precisavam, numa altura que todos nós percebemos que os pescadores estavam a precisar porque é preciso não esquecer que esta classe tem que ter o respeito que merece. Esta classe, acima de tudo, tem que ver do outro lado quem os ouça e quem os possa acudir e este Governo Regional vai com certeza fazer esse papel que os pescadores há muito ambicionavam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E sabem porquê? Porque acima de tudo, é preciso não esquecer que daqui temos vários partidos políticos, temos várias

cabeças a pensar. Do outro lado, havia um partido com maioria absoluta que tudo fazia, que pensavam que eram donos e conhecedores da realidade e os outros não percebiam nada e que tudo aquilo que nós desta bancada tentávamos transmitir era sempre negado por V. Exas ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... e aquilo que terminou foi na catástrofe que é onde se encontra o setor das pescas...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: ..., mas, Sr. Secretário, juntos iremos dar a volta, juntos iremos dignificar um setor que há muito foi esquecido pelo Partido Socialista.

Muito obrigada, Sr. Secretário

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu queria aproveitar este momento para pedir a vossa ajuda e a vossa colaboração com a linguagem parlamentar que nós utilizamos, nesta que é o primeiro órgão da autonomia.

Na minha perspetiva, lata, vergonha na cara, roubo, mentira e expressões desta natureza não dignificam este Parlamento. Eu pedia a vossa colaboração e a vossa ajuda na dignificação e na representação do povo açoriano que todos aqui representamos.

Deputada Ana Luís (PS): Muito bem!

O Orador: Não tenho mais inscrições para este debate.

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não estava para voltar ao debate, mas o Sr. Deputado Jaime Vieira suscitou aqui umas questões que é preciso esclarecer.

Sr. Deputado o nosso histórico na pesca não se apaga. Eu não quero ser exaustivo, mas eu podia ir buscar aquilo que o PS herdou relativamente a portos de pesca, quase zero; casas de apresto, quase zero; portos de varagem, isso era mesmo zero; gruas nos portos, zero.

Aliás, se reparar, a frota era miserável, havia quase 25% das embarcações sem motor. Imagine o que era pesca antigamente!

Ó Sr. Deputado João Bruto da Costa eu não falei consigo, Sr. Deputado, o sr. tenha calma, o sr. tem essa mania de fazer apartes, mas eu dispenso bem.

E o nosso histórico, Sr. Deputado, está aqui nos números e isto aqui ninguém apaga, isto tem a ver com o rendimento dos pescadores e o sr. realmente é que traz para aqui os pescadores como se fossem miseráveis, mas não são, Sr. Deputado, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O senhor é que acabou de dizer!

O Orador: ... os pescadores desempenham uma atividade tão digna, como outra qualquer.

Relativamente à questão do Fundopesca, eu queria esclarecer aqui um assunto, o sr. talvez não percebeu. Os Governos anteriores, fruto de um trabalho árduo, de vários partidos aqui representados, alteraram o Regime jurídico do Fundopesca. O Sr. Presidente desta Assembleia foi um dos que participou, foi incansável e ajudou nesta reformulação. Foi alterado precisamente para termos um Regime que abrangesse mais pessoas, que fosse acumulável com outros apoios sociais e sobretudo, que fosse ativado mais rapidamente.

Sr. Deputado parece que só não resultou com este Governo, com os Governos anteriores resultou porque foi ativado em 6 dias e depois em 7 dias e agora, com este novo Governo foi ativado em 19, com um grupo de pescadores muito mais baixo, com uma diferença de cento e tal pescadores a menos.

Portanto, a abrangência não tem nada a ver com o Regime. A questão da rapidez não tem nada a ver com o Regime, tem a ver com quem a executa.

Era isso que eu queria deixar aqui dito.

Sr. Deputado as pescas não estão tão mal como o sr. diz e eu, quando venho aqui a esta Casa fazer perguntas ao Sr. Secretário, não as faço para embaçar. Faço-as porque lá fora, os pescadores querem saber

que política é que este Governo tem para as pescas porque, neste momento, não sabem.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado Jaime Vieira, faça favor.

(*) **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Exmo. Sr. Presidente, Exmas. Sras. e Srs. Deputados Regionais, Exmo. Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Exmas. Srs. Membros do Governo:

Eu nunca disse aqui nesta Casa que o Fundopesca não tinha sido, na altura que foi, a melhor proposta ou a melhor tomada de posição por parte dos partidos políticos que, na altura, trabalharam para este diploma.

Também nunca disse e nunca afirmei que efetivamente todos aqueles que participaram naquela altura não têm de ter o nosso reconhecimento.

Aquilo que disse é que, atendendo à evolução e ao dinamismo da sociedade, aquele Fundopesca atualmente tem de ser alterado.

Relembro também, Sr. Deputado José Ávila, que efetivamente, se nós recuarmos dois ou três anos atrás, o Fundopesca era atribuído a mais de 1000 e 1100 pescadores, houve essa redução. Nós temos de

perceber o porquê e é isto que nós temos de encontrar todos aqui nesta Casa.

E era isso que eu queria dizer efetivamente para que não haja dúvidas relativamente a este assunto.

Sr. Deputado também dizer que não sou e eu, eu não vim para aqui dizer que os pescadores estavam ou não a passar por grandes dificuldades. Pegando em alguns jornais atrás: “Há pescadores em dificuldades nos Açores”, Açoriano Oriental, 9 de janeiro de 2014; “Pescadores de Santa Maria passam dificuldades”, publicado a 11 de setembro de 2014; “Na Ribeira Quente há pescadores em dificuldades económicas”, outra notícia; “Pescadores na Graciosa passam dificuldades”, outra notícia e tenho aqui uma data de notícias. Não sou eu que digo, era a comunicação social, Sr. Deputado e aquilo que eu quero, juntamente consigo também e com todos os partidos, é resolver efetivamente o problema dos pescadores açorianos e é para isso que nós estamos aqui e é para isso que todos nós estamos aqui nesta Casa para que eles possam ser ouvidos e efetivamente resolver o problema que muitos deles ainda estão a passar.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Porque nas pescas – para terminar - há pescas e pescas e há contextos diferentes de ilha para ilha e de localidades para localidades e é preciso observar toda essa dinâmica.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Foi uma longa ausência do debate, tendo em conta que tenho muito pouco tempo, mas esta culpa da falta de tempo é nossa, é de todos nós porque nós podemos resolver este problema. Temos de alterar o Regimento e temos que criar um período de debate com mais dias e isso permitirá que estes documentos tão importantes possam ser discutidos de forma mais aprofundada.

Eu vou dizer o seguinte, já fiz a proposta de alteração do Regimento, da criação de uma Comissão para a criação de um Regimento juntamente com os outros grupos e representações parlamentares e esta será com certeza uma proposta do PPM, aumentar o tempo, permitir que estes documentos, tão importantes para o futuro da

Região, todos os Partidos, todos os Srs. Deputados tenham tempo para discutir de forma mais aprofundada.

Este é um problema que podemos resolver.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e do PAN)

O Orador: Porque é isso que é ser transparente, é alterar as regras para permitir que a discussão possa ser mais aprofundada.

Depois, gostava de dizer o seguinte, mas alguns dos srs. deputados aproveitaram esta desculpa, que estavam claramente no debate “encostados às cordas” e estavam a perguntar, estavam a pedir e estavam a dizer e a queixar-se que não tinham tempo e estavam era à espera do gongo para os salvar do debate, ou seja, como aquele pugilista que está encostado às cordas e que está à espera que toque o gongo para o salvar. Foi o caso da educação.

Devo dizer também outra coisa, a propósito da transparência, já disse, já aqui propus como é que se revolve a falta de tempo. Também em relação a esta questão das prescrições, o Sr. Deputado José Ávila, que eu considero um homem sério e que conheço há muitos anos, pediu transparência. Ó Sr. Deputado, o Sr. Secretário acaba de lhe responder em relação a essa matéria, que é uma sindicância: se queremos transparência, vamos realizar uma sindicância em relação ao trabalho que foi realizado pela Inspeção, ao longo destes anos.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Uma sindicância, mais transparência do que isto... e mais, o que lhe peço e a pergunta que lhe faço, Sr. Secretário, é que esses resultados dessa sindicância, sejam imediatamente tornados públicos, assim que terminar esse trabalho porque em relação às prescrições, o povo açoriano e o povo português está farto de prescrições.

E em relação às prescrições, temos de saber se existem razões objetivas que as explicam, e muitas vezes existem, ou se aquela prescrição e a forma como foi processado aquele assunto é suspeito e há dolo nessa matéria.

Isso é que é preciso saber em relação às prescrições.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: E devo dizer também o seguinte nesta matéria: em 288 meses, que V. Exas governaram – os srs. governaram 288 meses, este Governo está há 5 meses a desempenhar funções – V. Exas. não deixaram a Inspeção Regional das Pescas com os meios humanos necessários. Isso foi propositado? Não lhes deram os meios humanos necessários de forma propositada? O que é que explica essa responsabilidade?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque dizem os srs.: “não existem., não têm os meios”. Não têm os meios e quem é que tinha o poder para reforçar os meios da Inspeção? Eram V. Exas e não o fizeram!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E temos um exemplo: esta infraestrutura que aqui está da sede da Inspeção Regional das Pescas, aqui no Faial, que é uma vergonha, – está um bocadinho fora do vocabulário – é uma vergonha, não é aceitável, condições terríveis.

Os srs. deixaram a Inspeção Regional das Pescas a funcionar nessa matéria, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Uma lástima!

O Orador: ... nestas condições e têm responsabilidade objetiva. É mais uma das heranças do Partido Socialista.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Tem agora a palavra para participar no debate o Sr. Deputado Tiago Branco. Faça favor, Sr. Deputado

(*) Deputado Tiago Branco (PS): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Paulo Estevão deixe que lhe diga em primeiro lugar, o que o Governo do Partido Socialista deixou, em relação à Inspeção Regional das Pescas, foi um projeto de intervenção para um novo edifício, para dotar a Inspeção Regional das Pescas de todas as condições necessárias ao seu trabalho.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): 388 meses!

O Orador: O projeto está pronto, cabe ao Governo, do qual o seu partido faz parte, em dar andamento a essa obra.

O Plano Anual Regional contempla uma ação, Sr. Secretário, como o sr. bem referiu, designada por Cluster do Mar e que compreende ...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Mas o problema é da inspeção ou é do inspetor?

O Orador: ... dois investimentos estratégicos incluídos, pelo anterior Governo, no Plano de recuperação e resiliência que são a aquisição do novo navio de investigação e a implementação do Tecnopolo MARTEC, na ilha do Faial.

Este Tecnopolo, como sabemos, pretende-se que seja um centro científico de incubação e fixação de empresas, que fomente o

crescimento, mas também o desenvolvimento de determinadas áreas de ponta da Economia Azul, como a aquacultura, as tecnologias marinhas ou biotecnologia e que se quer partilhável com a Universidade dos Açores, centros de investigação e empresas.

Neste âmbito, ficou também acordada, na anterior Legislatura, a aquisição, pelo Governo, da antiga fábrica de conservas – Cofaco, na ilha do Faial, na zona do Pasteleiro, com vista à sua reabilitação e à implementação deste projeto.

Neste sentido perguntava-lhe muito concretamente se a verba inscrita no Plano contempla esta aquisição e em que fase está a implementação destes dois investimentos, estimados em cerca de 32 milhões de euros e que, como sabe, terão de estar concluídos em 2026 e apenas dispõem de pouco mais de um milhão e meio de euros no Orçamento?

Perguntava-lhe também, em relação à escola do Mar, quando é que foi adjudicada a obra de conceção e construção do parque de limitação de avarias que, como sabe, é uma infraestrutura fundamental para diferenciar esta escola na oferta que vai promover e para quando está prevista a sua conclusão?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Andreia Cardoso. Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas, eu tinha três questões a colocar ao Sr. Secretário e um pedido de esclarecimentos ao Sr. Deputado Jaime Vieira.

As questões que gostaria de lhe colocar têm a ver com o seguinte: o Grupo Parlamentar do Partido Socialista defende a ampliação em mais 15% das áreas marinhas protegidas na nossa ZEE. Até hoje desconhece-se qual o entendimento do XIII Governo sobre esta matéria. Penso que estamos num momento importante e estratégico para a Região e gostávamos de saber qual o posicionamento do Sr. Secretário sobre o alargamento das áreas marinhas protegidas e de que forma pretende efetivar esse alargamento no quadro da estratégia para o mar.

A segunda questão que gostava de lhe colocar tem a ver com a proteção da orla costeira, a que fez menção na sua intervenção inicial. É fundamental na mitigação dos riscos resultantes da erosão costeira, promovendo intervenções que visam a salvaguarda das pessoas e bens. Este plano revela em simultâneo um claro desinvestimento nesta área e uma necessidade de agradar a muitos, desmultiplicando-se em ações, mas não as dotando de recursos suficientes para a sua execução. Disso é exemplo a estabilização de taludes do Porto da Vila Nova, na ilha Terceira.

Como explica um desinvestimento de 20% na salvaguarda de pessoas e bens?

A terceira e última questão. Por fim, gostaria que nos explicasse como é que estando no final de 2020 adjudicadas, ou em fase de adjudicação, obras de proteção da orla costeira em valor aproximado de 3 milhões de euros decorrentes do Furacão Lorenzo, na sua generalidade com prazo de execução inferior a um ano, encontremos uma dotação de apenas 1.9 milhões de euros para a concretização desses investimentos. Tanto mais, como é sabido de todos, estes investimentos têm financiamento do Governo da República.

E a questão que dirigia ao Sr. Deputado Jaime Vieira era: qual é a dotação do Fundopescas para o corrente ano?

Muito obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado João Vasco Costa.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para o Partido Socialista o investimento no mar é fulcral para o desenvolvimento da nossa Região e, portanto, isso é ponto assente e calculo que para o XIII Governo também seja.

Daí que, verificando os documentos que nós estamos a trabalhar e são esses documentos que nós temos de debater para aprovar, ou não, é importante perguntar-lhe três coisas e são muito simples. Duas delas

tem a ver com Santa Maria e ainda bem que falou no entreposto frigorífico de Santa Maria e aos constrangimentos decorrentes dessa obra. Eu pergunto-lhe como é que irá ser resolvido esse problema? É que não basta empurrar para o passado e era bom que começassem a governar.

A segunda questão tem também a ver com o afundamento de uma embarcação que foi cedida à Região, em protocolo já celebrado, e que não se vê absolutamente nada plasmado nestes documentos para criação de um recife artificial.

Pergunto-lhe se este Governo abandonou tão importante ação para o mergulho e para a sustentação ambiental e também obviamente para a economia mariense?

Finalmente, este Plano revela um claro desinvestimento na área da aquicultura, Antes eram, em 2020, 2,3 milhões de euros, agora passou a ser 1 milhão e 900 mil. Menos 400 mil euros, uma redução de 17,4%. Eu gostaria de perguntar, de perceber qual é que é a opinião do Sr. Secretário Alonso Miguel sobre estes investimentos do seu colega? Já que isto foi sempre uma matéria muitíssimo escrutinada no passado.

Também é lícito concluir que essa sistemática ausência de respostas às perguntas que são efetuadas não admira muito porque já devíamos antever isto, um programa de Governo ICE que revelava impreparação, contradição e ser enganador, só podia ter como

resultado um Orçamento SARS, que é sem ambição, rumo ou qualquer sentido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra para participar no debate o Sr. Deputado José Contente. Faça favor.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nós ouvimos, aquando da aprovação do Programa do Governo, que o mar, num conjunto de proclamações, era uma prioridade do executivo e havia uma determinação do próprio Governo em dar um papel de relevo ao mar no contexto regional e nacional.

A primeira coisa que eu gostaria de dizer, até para dignificar o cargo do Sr. Secretário Regional, – e deixo isso só como sugestão – é que nas suas competências do artigo 13.º da Orgânica, que lhe mudassem o “ordenamento do espaço marinho” para “ordenamento do espaço marítimo”. Seria um primeiro passo para dignificar as questões do mar.

Mas, concretamente em relação a este Plano, gostaria de dizer que para haver uma estratégia regional para o Mar nos Açores, seria importante que o Governo desse seguimento (e não tem dado até agora) ao Plano de Ordenamento do Espaço Marítimo e isso significa que nesta altura este documento já devia estar em discussão pública.

Ouvi o Sr. Secretário dizer que há uma calendarização para estes processos estarem concluídos até julho e gostaria que o Sr. Secretário me esclarecesse que calendarização é essa, face aos vários passos que, até lá, é preciso dar?

O que nos parece é que o Governo, há 5 meses a esta parte, poderia e deveria ter posto este documento em discussão pública e não o fez inexplicável e incompreensivelmente. E isso significa que, nesta discussão, para além de contradições, há também, em algumas áreas sectoriais, grande negligência, como é o caso nesta política do Mar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Apenas e só para fazer uma pequena referência relativamente ao entreposto frigorífico de Vila do Porto e vou citar aqui a Resolução do Conselho do Governo em Vila do Porto a 25 de julho de 2018, que no seu ponto 24 diz assim: “O Conselho do Governo apreciou ainda ao andamento de um conjunto de processos e investimentos em curso na ilha de Santa Maria, nomeadamente o projeto para a construção de uma sala de embalamento e filetagem no entreposto frigorífico de Vila do Porto, em fase de conclusão, onde será criada uma unidade de transformação num espaço independente no interior do entreposto, incluída no projeto de requalificação e modernização dessa infraestrutura.”

Isto apenas para dizer que esta obra foi adjudicada quase dois anos depois e que, na prática, se tivesse sido efetivamente feita mais cedo, não estaríamos a falar desse assunto e estaríamos aqui numa situação mais confortável para os pescadores.

Mas, Sr. Deputado João Vasco Costa e Sra. Deputada Bárbara Chaves, é um facto, esta é uma situação constrangedora para os pescadores. A minha questão e pegando ali nas palavras do Sr. Deputado José Ávila que diz que “pescas não rimam com improvisado”, é apenas uma: é qual é que seria, no fundo, o improvisado do Governo Socialista, tendo em consideração que não está previsto no caderno de encargos um faseamento da obra, como foi referido pela Sra.

Deputada Bárbara Chaves, qual seria a medida a adotar pelo Governo Socialista quando tivesse que efetivamente fechar o entreposto frigorífico de Vila do Porto e a solução arranjada para os pescadores? Essa é que é a grande questão. Essa é a questão que os srs. deputados fazem ao Governo e que, na prática, deveria ter sido dada e deveria ter-se tido em consideração já pelo anterior Governo porque se não tivesse mudado o Governo seriam os srs. a ficar com o ónus dessa responsabilidade.

Portanto, nesse aspeto, este Governo e o Sr. Secretário já disse que está disponível para arranjar uma solução, está em constante diálogo com a Associação de Pescadores e com os pescadores da ilha e, portanto, Sr. Deputado João Vasco Costa, eu reitero a sua preocupação, faz todo o sentido. É uma situação constrangedora, mas o Governo está a trabalhar, no sentido de arranjar uma solução e, portanto, acredito que o Sr. Secretário irá dar aqui uma das possíveis soluções se que se essa solução não foi a melhor, que se irá encontrar aquela que será melhor.

Agora, também não podemos é simplesmente só porque mudou o Governo, agora dizer que a responsabilidade é deste novo, quando na prática esta é uma obra que vem de continuidade do anterior executivo e que já deveriam ter sido acauteladas essas possíveis soluções para o entreposto frigorífico de Vila do Porto e para os pescadores.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas tem a palavra. Faça favor.

(*) Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados:

Tendo cinco minutos para responder a todas as questões que daria para estar aqui um dia inteiro a falar.

Deputada Ana Luís (PS): Tem mais!

O Orador: De qualquer forma e sem desmérito para qualquer um dos outros srs. deputados quero-me congratular pelo facto de ter merecido uma intervenção do Sr. Professor Doutor José Contente ...

Deputado José Ávila (PS): Sr. Deputado!

O Orador: ... e, portanto, vou começar precisamente por aí. Quanto ao plano da situação do ordenamento do Espaço Marítimo dos Açores, o Sr. Secretário Regional cessante anunciou, no mês de outubro findo, que o Plano estava concluído. No entanto, esqueceu-se de que era necessária a avaliação ambiental estratégica, que era

necessária submissão à Comissão Consultiva e ao respetivo parecer final ...

Deputada Andreia Costa (PS): Não esqueceu não! Esta na pasta de transição, Sr. Secretário!

O Orador: ... e depois da submissão, a consulta pública. Daí a calendarização indicada.

Quanto ao que aqui é dito para o setor das pescas e fazendo agora uma resposta dirigida ao Sr. Deputado José Ávila, o problema do Governo deve ser tão mau, tão mau, que até a Federação das Pescas deu um parecer positivo a este Plano e Orçamento.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: Relativamente à Inspeção Regional das Pescas, como compreende, não poderia este Governo ter que ficar com o ónus de ter encontrado cerca de 1000 processos prescritos, 300 em vias de e nada fazer.

Também penso que isso é humanamente indesejável a um governante e, portanto, nessa medida teremos de fazer aqui assim a sindicância e depois anunciar os resultados na altura devida.

Relativamente à Escola do Mar dos Açores, também sabemos dos constrangimentos que existem no seu funcionamento. Estamos a

tratar diligentemente, no sentido de resolvermos a situação, inclusive o início de construção do PLA, que está para breve.

Também está para breve, porque até já foi cedido pela Segurança Social, o edifício da Casa dos Pescadores com o projeto que referiu o Sr. Deputado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente aos apoios que foram concedidos aos pescadores, nomeadamente o Fundopesca, também resta acrescentar que houve um apoio indireto com a suspensão das taxas da Lotaçor durante o início da pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem lembrado!

O Orador: Portanto, nós mantivemos a suspensão das taxas na Lotaçor, o que implicou um apoio significativo, sendo que, no ano de 2020 foram 2 milhões e 400 mil e neste ano de 2021 já atinge 570 mil.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Relativamente ao entreposto de Santa Maria, a solução que foi encontrada foi uma solução de compromisso em que, apenas descarregam em Santa Maria os barcos que têm porto de armamento em Vila do Porto, sendo certo que aqueles que a Lotaçor é que está a liderar este processo juntamente com a Direção Regional das Pescas e toda a fileira das pescas que têm reuniões quase diárias necessitam de um túnel de congelação para a lula e a veja e, sendo certo que os

tunídeos terão de vir para Ponta Delgada para darem entrada no entreposto frigorífico de Ponta Delgada.

Portanto, a situação está controlada, digamos assim, por quanto, foi uma solução tomada de comum acordo com todos os intervenientes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quanto à orla costeira, é evidente que a preocupação deste Governo é continuar a identificar e continuar a assegurar a reabilitação da orla costeira.

Quanto ao Fundopesca e muito rapidamente para terminar, é o seguinte: o Fundopesca, pensamos que existe necessidade do seu aperfeiçoamento, sobretudo no que se refere aos dados objetivos que qualquer pessoa consegue vislumbrar aquando da necessidade de se fazer o acionamento do Fundopesca, para não estarmos aqui sujeitos a certas pressões que, por vezes, existem.

Além disso, como é evidente, é necessário haver um grande debate. Já constituímos um grupo de trabalho dentro da Direção Regional das Pescas e vamos depois submeter aos parceiros sociais e contamos também depois naturalmente, com a alteração do diploma, com a colaboração de todos os srs. deputados.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional.

Pergunto se há inscrições?

Sr. Deputado José Ávila tem a palavra. Faça favor.

(*) Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente para a próxima telefono para me inscrever.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Uma intervenção muito rápida só para dizer, para já ao Sr. Deputado Jaime Vieira, que a gestão das pescas não se faz através dos órgãos da comunicação social. É um engano e fazer isso é mau para a fileira e devemos todos evitar esses títulos para estigmatizar, ainda mais, os profissionais do setor.

Relativamente às contas que o sr. fez aí há bocadinho e que disse que tinha havido um milhão de euros, eu gostava que o sr. me respondesse se esse milhão de euros tinha chegado aos pescadores. Todo o milhão de euros.

Relativamente, Sr. Secretário, à sindicância, o sr. lá saberá o que é que vai fazer, mas eu lembro que o grande problema aqui tem a ver com a acusação que foi feita a este serviço e afinal vai-se ver à estatística e é um serviço que tem uma taxa de execução de 130%, parece que é uma das maiores taxas em serviços do género.

Relativamente à questão da formação, a formação, Sras. e Srs. Deputados, nos últimos tempos, foram formados 200 pescadores,

aliás, foram escolarizados, foram 800 profissionalizados, foram 1000 participantes em ações de sensibilização e eu gostava de saber se o Governo vai manter esta estratégia ou não?

Relativamente à valorização dos produtos, fez-se a campanha da Pesca na Ilha, fez-se a Melhor Pesca, Melhor Futuro, o Consuma Pescado dos Açores, o Código QR, Planos de atum, do goraz e dos bérrix, fez-se o encontro mundial sobre o salto e vara e eu gostava de saber se este Governo vai pretender também optar por esta estratégia ou, se por outro lado, vai arranjar uma estratégia nova. As questões que vem do passado, Sr. Secretário, deviam até orgulhar o Sr. Secretário, são uma herança pesada, mas é pesada pela positiva porque há muito trabalho feito que o sr. devia aproveitar e, aliás, se não aproveitar as coisas não lhe vão correr bem porque a maior parte do trabalho nesta área, de facto, já está feito e o Sr. Secretário, não é vergonha nenhuma prosseguir este trabalho que foi desenvolvido ao longo dos últimos anos, em parceria com os pescadores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional, o sr., certamente por lapso, referiu que o anterior titular da pasta teria dito que o Plano estava concluído em finais do ano passado e que se teria esquecido de dizer, nomeadamente, que ele tinha ainda que ir para consulta pública. Eu penso que se trata de um lapso porque aquilo que o Sr. Secretário Regional do Mar, Ciência e Tecnologia, há altura, o Professor Doutor Gui Menezes, salientou foi que está concluído o relatório técnico...

Deputada Andreia Cardoso (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Qual é a diferença?

O Orador: ... do Plano de Situação do Ordenamento do Espaço Marítimo, que será remetido a consulta dos grupos de trabalho temáticos, criados para o efeito e depois à Comissão Consultiva da Comissão Interdepartamental para os Assuntos do Mar dos Açores. Finalizada essa fase, o plano será colocado em consulta pública para a sociedade açoriana se poder pronunciar e é expectável que esteja concluído em meados de 2021.

Um lapso qualquer um tem, mas apenas para clarificar que o anterior Governo não reclamou algo que não era aquilo que o sr. referiu e, portanto, perfeita consciência de que estava ainda por finalizar essa parte ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Ainda é pior!

O Orador: ...e reconheço também que o calendário adiantado pelo Sr. Secretário Regional para a conclusão deste processo está, exatamente, em linha com aquilo que o Sr. Secretário do Mar anterior estimava.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(* **Deputado Nuno Barata (IL):** Vamos ver se eu consigo gastar só 40 segundos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

1000 processos prescritos! O Sr. Secretário não respondeu ao Sr. Deputado José Ávila! 1000 processos prescritos na Inspeção Regional das Pescas, mais 300 em vias de prescrição.

Isto não é uma ofensa aos funcionários da Inspeção Regional das Pescas, isto é o que se passa em todas as instituições inspetivas desta Região! É uma ofensa, sim! Sabe a quem? Aos cidadãos que pagam impostos e esses processos são arquivados por ordens superiores!

Deputado José Ávila (PS): Eu não disse isso! Isso é outra coisa!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

O Orador: E esses processos passavam a vida a ser prescritos porque eram arquivados por ordens superiores.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Estevão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Ainda mais rapidamente que o Sr. Deputado Nuno Barata dizer aqui o seguinte: Sr. Deputado Vasco Cordeiro agradeço o seu esclarecimento, mostra que quem no Partido Socialista critica o atraso na calendarização e finalização do projeto, não tem razão, v.exa. ajudou no esclarecimento desse facto.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Andreia Cardoso tem a palavra.

(*) **Deputada Andreia Cardoso (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir ao Sr. Secretário que me responda, se quiser fazer o favor, às três questões que lhe coloquei, designadamente à dotação prevista para a reabilitação da orla costeira e o desinvestimento que eu avancei.

A questão que tem a ver com a ampliação das áreas marinhas protegidas se concorda e em que moldes e, por fim, a questão dos investimentos previstos para o Furacão Lorenzo.

Registo também, Sr. Deputado Jaime Vieira, que não respondeu à minha questão.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Vasco Costa tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Um esclarecimento rapidíssimo porque a Sra. Deputada Elisa Sousa certamente saberá que o projeto foi readaptado para outro tipo de valências, a pedido exatamente dos pescadores, o que fez com o que não ficou pronto em 2018, foi readaptado. Esse esclarecimento parece-me que sabia desse assunto, mas se não sabia é estranho.

Quanto aos tunídeos eu não fico descansado, nem penso que esteja controlado, Sr. Secretário, as pequenas embarcações de pesca em Santa Maria não têm a capacidade de frio suficiente para se descolar a São Miguel e ficar em lista de espera para descarga de todos os barcos que vão descarregar em São Miguel, a ponto de poder salvaguardar o pescado que apanham, portanto, ficam impossibilitados de pescar.

Já agora, reitero a pergunta que lhe fiz porque é realmente importante para a economia mariense do mergulho e da sustentabilidade ambiental, o que é que vai ser feito com a criação de um recife artificial?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional, faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas** (*Manuel São João*): Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito sucintamente porque tenho menos de minuto, dizem-me aqui.

É só para dizer ao Sr. Deputado João Vasco Costa que relativamente à questão do entreposto de Santa Maria, ou melhor, quanto aos barcos que não têm capacidade de frio, nós temos articulado com a Lotaçor um transporte de, pelo menos, três vezes por semana, com tinas hermeticamente fechadas, com colocação de gelo e temos soluções

que irão sendo tomadas à medida que houver necessidade de as tomar.

Relativamente ao recife artificial, já tive ocasião de me deslocar a Santa Maria, já reuni também com pessoas de Santa Maria, nomeadamente com o sr. do Clube Naval, que também me levantaram essa questão. Nós tínhamos na pasta de transição essa intenção, entretanto já contactamos com a Marinha e o barco ainda tem de ser descontaminado, não está ainda em condições de vir para os Açores.

Entretanto, também posso dar nota de que já temos uma campanha nas escolas para serem feitos desenhos pelas crianças, etc., para depois serem metidos em caixas próprias para quando houver o afundamento do navio.

Portanto, nada que esteja esquecido, quanto ao recife artificial a criar em Santa Maria.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário Regional

Tem a palavra a Sra. Deputada Maria Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Maria Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tendo o Sr. Secretário conhecimento dos que os desafios que Santa Catarina – Indústria Conserveira atravessa, uma simples pergunta:

Vai este Governo apoiar a sua sustentabilidade? Se sim, pode-nos informar do apoio que prevê atribuir?

Muito obrigada.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Está no Plano e Orçamento e está no relatório da Comissão! Não leu o relatório, Sra. Deputada?

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Secretário Regional do Mar e Pescas faça favor.

(*) **Secretário Regional do Mar e Pescas (Manuel São João):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Relativamente a Santa Catarina, Sra. Deputada, tenho dado conta que, das preocupações que este Governo tem com aquela empresa, sendo certo que, a nossa maior preocupação é com os postos de trabalho e assegurar futuro a Santa Catarina.

Decorrem, neste momento, alguns contactos com vista a soluções e oportunamente, quando tivermos alguma coisa de concreto, naturalmente que vamos dar conhecimento a esta Casa.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados e Srs. Membros do Governo.

Vamos retomar os nossos lugares para reiniciamos os nossos trabalhos.

Eram 18 horas e 28 minutos.

Sras. e Srs. Deputados, pergunto se há mais inscrições para o debate que estava a acontecer antes do intervalo?

(Pausa)

Não havendo mais inscrições...

Sr. Deputada Valdemira Gouveia tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Valdemira Gouveia (PS)**: Sr. Presidente da Mesa, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional (ainda não estou muito habituado a estes formalismos):

Esta minha intervenção não é que eu conheça nada, absolutamente nada, mesmo, sobre pescas.

Vou intervir porque há coisa de 10 minutos ligou-me um armador de pescas, de Rabo de Peixe, que me pediu muito que eu dissesse aqui, neste Parlamento (porque acabou de ver a intervenção de todos nós, e talvez me dirija ao Sr. Secretário Regional das Pescas, e vou dizer categoricamente o que ele disse) que: “estamos mais abandonados do que estávamos antes; ninguém ainda veio a Rabo de Peixe!”. Um telefonema que tinham feito sobre uma cédula deles relacionada com as pescas, nem sequer lhe souberam responder.

Não sei com quem é que ele falou, mas fez questão de eu transmitir aqui.

Peço imensa desculpa. Se calhar não devia dizer, mas ele fez questão e diz que vai ouvir se realmente isto foi dito.

O armador eu posso dizer o nome dele, porque ele fez questão de dizer que se chama...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não, Sra. Deputada!

A Oradora: Não sei se deva dizer. Ou acham que é melhor dizer?

Deputado Francisco César (PS): Não, não é preciso!

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não, Sra. Deputada!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Não!

A Oradora: Olha, ele é Miguel Cabral!

Não sei se estou a fazer uma coisa que não deva neste ponto, mas ele fez questão que eu dissesse quem era.

Ele não está a falar por si só e diz que: “sentimo-nos abandonados; não conhecemos ninguém ainda das pescas, ninguém ainda veio a Rabo de Peixe”.

Pronto, levem isso como um ponto positivo a ver se conseguimos chegar a algum fim, para eles não se sentirem abandonados realmente.

Não queremos ninguém abandonado.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Não havendo vamos avançar para uma inscrição de tribuna.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jaime Vieira.

(* **Deputado Jaime Vieira (PSD):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O setor das pescas nos Açores é um setor fundamental para a economia açoriana desde a produção, comercialização e transformação.

Com este Governo, e apesar de só estar em funções há 5 meses, este setor deixa de ser o parente pobre da governação, e tudo iremos fazer para transformar este setor num setor mais pujante, mais justo, e onde ser pescador volte a ser uma profissão com futuro e acima de tudo uma profissão de futuro.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Pescadores açorianos, não tenham dúvidas que seremos diferentes dos antigos executivos socialistas. Seremos diferentes não por capricho ou por vaidade, mas sim por convicção e também por justiça.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Podem ter a certeza que não vamos prometer tudo. Somos e seremos realistas, porque não queremos prometer para depois não cumprir. Vamos apenas prometer o que poderemos cumprir.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

O Orador: Assim, ser diferente é dotar os portos dos Açores com melhores condições e dotar os mesmos de condições de operacionalidade, como este Plano e Orçamento irá possibilitar.

Ser diferente é de tudo fazer para que não haja rendimentos baixos como ainda existem em algumas comunidades piscatórias.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ser diferente é haver mais investimento na formação para os cursos de pescadores fazendo parcerias com as escolas profissionais, por exemplo.

Ser diferente é fazer com que os apoios, como o Fundopesca, ou apoios excepcionais, sejam mais justos e céleres.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Ser diferente ainda é garantir que os pescadores das ilhas sem gateway possam ter ligações aéreas que permitam o escoamento do pescado e a chegada ao seu destino final no mais curto espaço de tempo. Pois estes constrangimentos dos transportes levam à perda de valor por quilo de pescado, na aquisição nas lotas destas ilhas.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD)

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Este novo Governo plural não terá a ilusão que tudo sabe, como aconteceu nas maiorias absolutas do Governo do PS onde muitas vezes por terem maioria absoluta pensavam que eram donos da verdade. Agora tudo será diferente!

Neste sentido queria dizer que tudo iremos fazer para que realmente todos contam a partir deste preciso momento.

Cada um de nós ao levantarmo-nos hoje para ir trabalhar, sabemos, com certeza, que hoje vamos ganhar x.

O pescador profissional, aquele que vive apenas da pesca, ao acordar para ir trabalhar não sabe como vai correr mais uma jornada no mar, o que vai ganhar e se irá ganhar algum euro.

Termino afirmando que os desafios que vamos enfrentar são reais. Eles são sérios e são muitos, mas, no entanto, eles serão encarados com a pertinência que têm de ser encarados.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Diria que não esperem deste Governo promessas de facilidade e de grandes anúncios para não realizar depois. Esperem, sim, ação, trabalho e muita dedicação por umas pescas melhores nos Açores.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.
Pergunto se há inscrições?

(Pausa)

Parecendo não haver, vamos então avançar nos nossos trabalhos para a próxima área governativa.

Tem para o efeito a Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital. Faça favor, Sra. Secretária.

Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital

(Susete Amaro): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

É com elevado sentido de responsabilidade que subo a esta tribuna, para apresentar os objetivos estratégicos e as linhas mestras consignadas às áreas desta nova e abrangente Secretaria, que integra a Cultura, a Ciência e a Transição Digital, em que todos e cada um destes setores se revestem de uma enorme importância, face ao

singular momento da nossa existência, causalidade direta da Pandemia que nos assola e constrange há mais de um ano e com a qual nos debatemos num incessante ensejo, por um pleno regresso à normalidade. Almejando um futuro, que se deseja próximo, onde a Cultura, as Artes e a Ciência se cruzarão, na construção de um conhecimento novo.

As medidas delineadas neste Plano, têm um propósito e um objetivo maior de priorização: as pessoas, ...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: ... que assumem assim, um caráter único e central nas nossas preocupações.

A aposta clara no apoio direto e extraordinário aos agentes culturais profissionais, bem como ao setor audiovisual constituiu, seguramente uma prioridade de início de legislatura, face aos constrangimentos em que vivem estes promotores e motores de Cultura. E até ao final da legislatura, as Temporadas Culturais, não deixarão de refletir a intenção de apoiar o setor à medida das suas necessidades, pese embora, sem os substituir nas suas iniciativas, antes complementando-as.

A par da valorização da arte, da cultura e dos seus agentes maiores, pretende-se estimular a produção e a criação cultural através do reconhecimento e premiação de projetos, revendo e melhorando a legislação em vigor que enquadra os diferentes apoios, aliando aos

previstos para a criação artística, valências que estimulem e promovam a mobilidade dos agentes culturais, a nível regional, nacional e internacional, com especial enfoque na Diáspora, promovendo, por um lado o incremento de intercâmbios entre os artistas açorianos para a criação de um mercado cultural interno, mas também a sua valorização, promoção e divulgação no exterior.

O Programa Ler Açores, bem como o processo de candidatura da Viola da Terra a Património Material da Humanidade e a criação de conteúdos digitais, mediante a realização de *webinars*, visitas virtuais aos Museus, Bibliotecas e sítios arqueológicos, como mais uma resposta às restrições provocadas pela pandemia, são medidas prioritárias e já em fase de implementação, por ser nesta circunstância que reside a real democratização, acessibilidade e a transferência do conhecimento cultural. Realizamos este trabalho para assinalar as festas e bailinhos de Carnaval na ilha Terceira e estamos já a preparar um trabalho idêntico com as Festas do Espírito Santo.

Iremos também proceder ao relançamento do programa Cultura Açores em parceria com os Museus e Bibliotecas Públicas e Arquivos Regionais.

Encontram-se previstas e plasmadas no Plano, intervenções em todas as ilhas, nomeadamente em obras de recuperação, requalificação e beneficiação de estruturas existentes, bem como em projetos museológicos e museográficos.

Sras. e Srs. Deputados:

Também olhamos para a Ciência com a mesma preocupação fundamental: as pessoas. Esse será o nosso mote, reconhecendo o seu esforço, o seu empenho e a qualidade do seu trabalho.

Mas olharemos para a Ciência, estabelecendo um novo paradigma, fazendo uma aposta clara através da atribuição de mais fundos à Ciência do que à divulgação da Ciência.

Iremos também imprimir previsibilidade e regularidade nos apoios governamentais, através de um rigoroso calendário anual de medidas a implementar.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Assim, pretende-se combater a instabilidade das equipas de investigação, através de um programa anual e regular de contratação de investigadores, financiado através de verbas programáticas.

Quanto às Bolsas de Doutoramento, elas serão abertas com periodicidade anual. Fá-lo-emos com projetos exploratórios associados e em 2022 abriremos projetos de investigação, utilizando as verbas do PO.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Reconheceremos o mérito dos Centros de Investigação, e assim promoveremos o respetivo reequipamento científico, em que a atribuição de verbas aos centros de investigação será feita em

função da classificação que a Fundação para a Ciência e Tecnologia lhes atribui.

O apoio ao funcionamento dos Centros de Investigação também será feito em função de uma fórmula justa e indexada ao mérito de cada unidade.

O apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores, reconhecido e plasmado no Programa do XIII Governo dos Açores, avançará com uma verba reforçada para este ano e aumentará de forma progressiva até ao final da legislatura.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: Por outro lado, pretende-se regularizar situações de injustiças relativas a atualizações salariais, nos Centros de Ciência, que se arrastam já há alguns anos e para os quais foi considerado o devido incremento de verbas.

A aposta nas Summer Schools, aparece como uma oportunidade de excelência para promover a qualidade da nossa investigação. Pretendemos implementar nos Açores cursos avançados de qualidade mundial em determinadas áreas, decorrendo já neste momento contactos para o estabelecimento de uma possível parceria estratégica.

A transição digital, como primeira etapa da evolução do digital, é transversal a todos os domínios e, como processo de evolução, ultrapassará a janela temporal desta legislatura.

Articulamos um conjunto de projetos que, por um lado, visam dotar a região de ferramentas estruturantes neste campo e, por outro, apoiar a literacia digital e o envolvimento dos cidadãos com a administração pública, facilitando o acesso e a resolução de problemas.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito bem!

A Oradora: Deste conjunto de projetos destacamos a execução de projeto para avaliar a capacidade digital das empresas e dos cidadãos, implementação de plataformas de submissão de candidaturas, implementação de projeto piloto de quiosques RIAC, realização de ‘road map’ estratégico, a cargo da OCDE, incidindo no impacto do digital na sociedade e nas empresas, apoio à continuidade das oficinas de competências digitais, entre outros.

Este primeiro ano será, essencialmente, para a preparação e lançamento de instrumentos cruciais para uma evolução organizada e concertada, para se conseguir um nível de desenvolvimento mais elevado, com eficiência, simplicidade e transparência.

Uma palavra final para a última fronteira: o Espaço. Afetamos, nesta proposta de Plano e Orçamento, verbas para a implementação do Porto Espacial de Santa Maria, cuja fase de diálogo concorrencial ainda decorre e para o respeito por compromissos já assumidos, como

o contrato-programa com a Associação RAEGE Açores e a construção da sua garagem.

Para além disso, avançaremos com o estudo de uma solução técnica com vista à implementação de uma nova estação RAEGE na ilha das Flores.

Desta forma, estes e outros projetos, conduzirão ao lançamento dos alicerces para a criação da Estratégia Espacial Regional, plasmada no Programa do XIII Governo dos Açores.

O respeito pelas pessoas, pela sua importância nas organizações e pelo seu trabalho e mérito estarão sempre na primeira linha das prioridades, também nas áreas da Cultura, da Ciência e da Transição Digital, que aqui represento.

E por isso não posso terminar esta minha intervenção sem deixar uma palavra de apreço e agradecimento a todos aqueles que comigo tem colaborado, neste início de mandato, desde o meu Gabinete, à Direção Regional da Cultura, à Direção Regional da Ciência e Transição Digital, ao Fundo Regional para a Ciência e Tecnologia e à Estrutura de Missão dos Açores para o Espaço.

Obrigada.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária Regional.

Estão abertas as inscrições. Sra. Deputada Marta Matos faça favor.

Deputada Marta Matos (PS): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedir a palavra para intervir nesta Casa é sempre uma responsabilidade.

Pedir a palavra para falar sobre Cultura, permitam-me que o partilhe, é uma responsabilidade ainda maior.

Na verdade, a Cultura é uma área de governação estratégica e transversal a todos os debates que possamos fazer nesta Casa. A Cultura é Educação, é Saúde, é Economia, é Emprego, é Desenvolvimento Sustentável, é Combate à Pobreza... É a Cultura que nos dá suporte enquanto comunidade e, tão marcadamente, nos identifica como Povo Açoriano.

A verdade é que se hoje nesta Casa falamos sobre Cultura, se hoje nesta Casa discutimos ações e investimentos para a Cultura, se hoje a Cultura tem futuro, é porque os 24 anos de governação socialista nos permitiram chegar até aqui.

Demonstro-o com factos concretos.

É com o primeiro programa do Governo Socialista, ainda em 96, que surge a primeira referência à “dimensão cultura”. E é, a partir daí, com as posteriores governações do Partido Socialista, que a Cultura deixa de ser vista como uma visão sectária para passar a ser vista

numa noção global, não só em relação à intervenção e estímulo governamental, mas também em relação à diversidade que as manifestações culturais podem assumir.

A verdade é que os resultados dessa mudança de paradigma que operámos traduzem-se em factos concretos:

- Criámos uma **Rede de Museus e Coleções** Visitáveis dos Açores, dotando cada uma das 9 ilhas do arquipélago com uma unidade museológica de referência, evocativa daquele território em particular, ao que possibilitando o ingresso, nesta rede, de entidades de cariz museológico e coleções visitáveis de âmbito particular ou autárquico, reuniram-se complementaridades que constituirão, na prática, “o grande Museu dos Açores”;
- Investimos na criação de uma Rede de Bibliotecas e Arquivos Regionais, trabalhando continuamente na inventariação e na disponibilização dos seus conteúdos em suportes modernos e seguros, disponíveis a todos;
- Articulámos a Cultura com a Educação e a Solidariedade Social, fomentando e fazendo crescer projetos como o Programa Ler Açores; fizemos da Cultura um dos pilares da Estratégia de Combate à Pobreza e Exclusão Social;
- Investigámos, preservámos e divulgámos o nosso Património Móvel, Imóvel e Imaterial, quer pela recuperação de bens, quer pela revisão da legislação, quer ainda pela disponibilização online dos principais conteúdos culturais das nossas ilhas;

- Divulgámos uma diversidade de expressões artísticas atentos à variedade de público existente. Incentivámos a criação artística, apoiando de diversas formas os criadores das várias áreas: das artes plásticas ou visuais às artesanais, da dança contemporânea ao folclore, do teatro literário ao teatro popular, da música clássica às bandas filarmónicas;

- Democratizámos a Cultura. Abrimo-la às expressões do tempo e do espaço e permitimos que partisse de todos e que fosse para todos. Não fizemos tudo. Não teremos feito tudo bem feito. Mas fizemos muito! E isso é inegável!

Portanto, a grande questão que se coloca neste momento é perceber qual é o paradigma de Cultura defendido por este Governo e se estará à altura do legado que recebe?

A verdade é que a análise aos documentos do Plano e Orçamento permitem-nos chegar a algumas conclusões, também elas baseadas em factos concretos.

Em primeiro lugar, assistimos a um claro desinvestimento na Cultura. Contra os 1,7% do último Orçamento, ou os 2,3% do anterior, apenas 1% do Orçamento de investimento para a Cultura. Menos 5,7% para a Dinamização de Atividades Culturais e menos 31,6% para a Defesa e Valorização do Património Arquitetónico e Cultural.

Partindo de exemplos concretos, solicito-lhe alguns esclarecimentos,
Sra. Secretária:

- Em relação à Dinamização de Atividades Culturais, qual a razão de tamanha discrepância em relação aos valores desagregados por ilha e o motivo para que ilhas como a Graciosa, São Jorge, o Pico as Flores não tenham sequer qualquer verba para esta ação?

Deputado José Ávila (PS): Bem lembrado!

A Oradora: O Pico, por exemplo, é uma ilha dotada de três polos museológicos, uma associação cultural – a MiratecArts – reconhecida e distinguida internacionalmente, 13 bandas filarmónicas..., mas o valor para a dinamização de atividades culturais nesta ilha é zero!

Em relação à Defesa e Valorização do Património, gostaria também de lhe perguntar que trabalho fez esta Secretaria até a este momento e em que se baseou concretamente para inscrever no Plano uma verba de 40 mil euros para o Museu da Construção Naval de Santo Amaro, destinados ao seu “Projeto e construção de edifício-sede e requalificação e adaptação dos armazéns de construção naval”? Numa entrevista ao Jornal do Pico – tive oportunidade de ler, quando questionada a respeito do Museu da construção naval – a Sra. Secretária tudo o que teve para dizer, a respeito deste Museu, foi que o considerava “um projeto muito interessante”.

Pergunto-lhe, Sra. Secretária, nos cinco meses da sua governação, a senhora Secretária, ou alguém dos serviços que tutela, visitou, por exemplo, esta comunidade?

As preocupações em relação ao legado recebido também se colocam quanto aos projetos de extrema importância, e inovação, que estavam

a ser desenvolvidos através da Estrutura para a *Casa da Autonomia*, cuja vocação se cumpre e materializa na vertente da salvaguarda da nossa “Memória” e Identidade.

Com a sua extinção pelo atual Governo, a 31 de março passado, impõe-se saber:

- Serão mantidos os objetivos da estrutura de missão, centrados na criação de uma consciência e uma cidadania autonómica nas novas gerações, através de uma pedagogia da autonomia e da cidadania sustentadas numa facilitação do acesso e na divulgação de conteúdos relativos à temática Autonómica, nas suas contextualizações históricas? Se sim, com que estatuto legal, com tutela, com que programa e com que corpo técnico?
- Qual o futuro do Projeto **Azoreana- Plataforma Digital dos Açores**, uma interface agregadora de pesquisa e navegação, já disponibilizada ao público e já a ser consultada por todo o mundo. No final do anterior Governo, a Azoreana já permitia o acesso web a mais de 100 mil objetos digitalizados, provenientes de departamentos da administração pública, das bibliotecas, arquivos e museus regionais, de entidades autárquicas e privadas e, ainda, da agregação de documentos **digitais** oriundos do anterior portal do Governo e da ALRAA (caso do Diário das Sessões), informação imprescindível para o conhecimento destes 40 anos de Autonomia constitucional.

Sras. e Srs. Deputados:

Não é possível fazer da Cultura uma prioridade, não é possível dar resposta aos desafios que se impõem (ainda mais no cenário de pandemia que atravessamos) sem um verdadeiro programa para a Cultura, sem mais investimento público na Cultura.

Há um pensamento que muito valorizo e que afirma que “Um Povo sem Cultura não se levanta; ajoelha-se”.

Temo, com base nos documentos aqui apresentados e na política definida por este Governo, que o Povo e a Cultura açoriana nem de joelhos fiquem, mas sim de rastos.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Paulo Estêvão (PPM): De joelhos não ficam, porque de joelhos já estavam!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Deputado Pedro Neves (PAN): Se não tivesse só 40 segundos falava sobre ciência, falava sobre cultura. Era importantíssimo falar!

Presidente: A Mesa não tem inscrições. Não sei se as Sras. e os Srs. Deputados, se querem inscrever?

(Pausa)

Sr. Presidente do Governo tem a palavra.

(*) Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Secretários Regionais:

Gostaria de, neste instante, e tendo em conta a intervenção da Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital, fazer uma declaração que, na verdade, pode contrastar com alguma avaliação do legado, na medida em que malgrado, alguma inércia, a verdade é que foi estratégica a opção por colocar os Açores no quadro das referências europeias e mundiais e aproveitando a nossa geoposição no que diz respeito ao futuro hoje e ao futuro que se faz contando com o amanhã inovador.

Em boa hora a Região assumiu, no quadro da exploração e valorização do espaço, encontrar, a partir de Santa de Maria com PT SPACE a exploração do espaço a partir da terra e assegurar o posicionamento dos Açores na ciência, como também, em boa hora, apesar de alguma inércia, tal como em Santa Maria, até hoje, na ilha Terceira, a descoberta de importantes dados da terra a partir do espaço com o AIR Centre; igualmente para a valorização da ilha do Faial, com a sua identidade muito específica e quanto ao mar, a projeção do AIR Centre com o projeto do Laboratório do Atlântico.

Há efetivamente aqui neste quadro um legado que, malgrado alguma inércia, potencia este Governo, e o departamento que a Sra. Secretária Regional lidera, para desenvolver o futuro, em cooperação, em descoberta de know-how e músculo científico, tecnológico e financeiro das parcerias que pudemos encontrar no Governo da República, que não é um adversário, não é uma disputa de protagonismos,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... pode e deve ser um parceiro, bem como a internacionalização da nossa economia, aproveitando a nossa geopoção privilegiada para estes segmentos das novas tecnologias, da ciência e do futuro: o espaço e o Mar. E os Açores podem projetar este adquirir de dados que nos permitam não só trazer o mundo aos Açores, como através do mundo nos Açores, projetar os Açores no mundo.

Sim. Descobrir o Espaço a partir da Terra, conhecer melhor a Terra a partir do Espaço e aprofundar o nosso conhecimento do fundo do mar profundo que os Açores têm através deste laboratório atlântico e sempre em parceria com a nossa Universidade dos Açores.

Por isso, registro com agrado este legado e sobretudo esta oportunidade.

Não é tudo mal, mesmo quando houve inércia inaceitável durante muito tempo,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... mas houve pelo menos a abertura da porta, na certeza de que o caminho que vamos trilhar permitirá melhores descobertas, mais conhecimento, mais ciência, mais inovação, que favorece a nossa identidade, mas também a nossa economia, as nossas empresas e atividades económicas.

Muito obrigado.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Presidente do Governo Regional.
Sra. Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital
(Susete Amaro): Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Dando resposta às questões levantadas pela Sra. Deputada Marta Matos, fiquei com a ideia de que a cultura nos Açores tinha começado em 96, mas já havia cultura nos Açores antes de 96.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E acabou o ano passado!

A Oradora: Exatamente. Acabou em outubro.

Relativamente ao legado recebido e às verbas contempladas, no que diz respeito à dinamização cultural, nós temos um reforço, face àquilo que foi executado, de 90 mil euros.

No que diz respeito à defesa e valorização do património, e concretamente aos 11 milhões que foram orçamentados em 2020, posso dizer-lhe o seguinte:

Foi repartido por 18 medidas que contemplavam diversas obras e projetos, sendo que, dessas 18 medidas, três têm uma execução bastante considerável. A saber: o Museu Francisco Lacerda, o Cinema de Santa Maria e o Museu Carlos Machado.

As restantes 15 medidas do património 8 tiveram execução de 0% e 7 tiveram execução abaixo de 13%.

Eu poderia realmente ter contemplado 11 milhões, ou até mais, em valorização e património, sendo que não iria executar, porque muito daquilo que foi contemplado no ano anterior não foi feito. Portanto, há muitos projetos, programas preliminares, revisões de mapas, de preços e quantidades por fazer.

Posso dar alguns exemplos concretos. Vamos então falar da ilha do Pico e da verba que foi considerada para o Museu de Construção Naval de 314 mil euros. Taxa de execução 0%.

Temos agora que fazer a revisão do projeto. Portanto, não consigo fazer até ao final do ano uma execução de 300 mil euros, como deve imaginar,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... por mais diligente que eu possa ser.

Havia uma verba considerada para a museografia do Pico, de 10 mil euros, para o Museu do Pico. Taxa de execução 0%. Já sei, neste momento, que a verba terá de ser à volta dos 100 mil euros e estamos a trabalhar nesse processo, como estamos a trabalhar noutros.

Podemos também ficar aqui pela ilha do Faial e ir ali à Casa Manuel de Arriaga, que é a poucos metros daqui. Tem andado a rolar de Plano em Plano uma verba para a conclusão da requalificação da Casa Manuel de Arriaga.

A Casa Manuel de Arriaga foi inaugurada há 10 anos, mas ainda não está concluída. Eu tive o azar de ir lá num dia de chuva e aquilo que vi foi um conjunto de toalhas a aparar chuva no chão, porque as lajetas da cobertura ainda não estão colocadas e foi inaugurada há 10 anos. Bem se vê as prioridades.

O Museu da Horta! O Museu da Horta está num estado lastimável. Fica no coração desta cidade, no antigo Convento dos Jesuítas, um edifício do séc. XVIII, um imóvel classificado de interesse público. Está num estado lastimável. Tinha uma verba de 20 mil euros orçamentada. Teve uma taxa de execução de 0%. Temos também que rever o projeto, preparar para orçamentar.

Posso também falar na Trinity House, aqui no Faial, que visava a instalação do Museu dos Cabos Submarinos. Teve uma verba inscrita de 69.500 euros, uma taxa de execução de 0,41%. Visava reparar a

cobertura. Aquilo que se vai fazer é uma intervenção mais alargada nesta Casa.

Portanto, nós estamos a trabalhar em todos estes processos e podia dar mais exemplos, mas eu tenho que fazer a gestão do meu tempo e realmente são demasiados exemplos.

Portanto, é este o legado que existe.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Contente.

(*) **Deputado José Contente (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Fiquei, desde logo, muito admirado por ver o Sr. Presidente do Governo a fazer um elogio, mas com inércias. Logo o Sr. Presidente do Governo a falar em inércias.

Mas, de facto, nós tivemos um grande trajeto numa área inexistente. Desde muito cedo, mas a partir de 2005, a Região fez um bom trajeto nessa área aeroespacial.

Aliás, não queria estar sempre a falar daquilo que já falei de manhã, mas também seria bom para a sua dignidade que lhe transformassem

na orgânica as suas competências não no espaço aéreo, mas se calhar em termos aeroespaciais.

Como sabe, o espaço aéreo é só a atmosfera. Portanto, a Sra. Secretária trata mais do que o espaço aéreo, trata também das questões mais ligadas à astronáutica. É um pormenor, mas que fica bem ao Governo dos Açores.

Gostaria também de nesta circunstância dizer que nós não começámos o mundo em 96, mas também não estamos a começar agora. É isso que daqui a pouco tempo vamos ver se, de facto, o vosso mundo, é esse admirável mundo novo ou será aquilo que nós veremos em pouco tempo.

Mas a minha questão é muito concreta, Sra. Secretária, porque o tempo também urge nesta bancada.

A Sra. Secretária tem uma ação neste Plano, chamada de “contratação de investigadores para o serviço tecnológico e científico dos Açores”, mas contratação definitiva.

Ora bem, Sra. Secretária, sabe que veio a esta Casa um diploma em 2019 para de algum modo ter este mesmo tipo de ação e ele foi rejeitado não só pelo parecer do Reitor da Universidade dos Açores, mas porque isto não fazia, nem faz, nenhum sentido. Aliás deve ficar aqui muito claro, que falar em contratação definitiva só serve para dar a ideia que estão a resolver um problema de precariedade, o que é falso e também é enganador para as expetativas dos investigadores e eu digo-lhe porquê.

Eu penso que toda a gente devia saber que há uma Lei de Autonomia Universitária, ou não há? Essa Lei de Autonomia Universitária é que baliza a contratação de investigadores. E mais. A Lei do Contrato de Trabalho obriga a isso mesmo, que esses investigadores estejam e tenham autorização, no Orçamento de Estado, para poderem ser contratados pelo Ministério da Ciência e Ensino Superior, que é quem superentende sobre a Universidade dos Açores.

Portanto, vir com 130 mil euros, dizer que se vai criar uma carreira de investigação científica definitiva, isto é completamente absurdo e não faz sentido nenhum.

Deputada Sandra Faria (PS): Muito bem!

O Orador: O que faria sentido era a Sra. Secretária dizer quantos investigadores é que vai contratualizar nos próximos tempos, porque aqueles projetos que estavam a ser apoiados pelo Governo dos Açores no valor de 2,2 milhões de euros, que serviram para contratar 10 investigadores para o Okeanos,...

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Que era verba dos laboratórios. Lembra-se, Sr. Deputado?

O Orador: ... estão a terminar. Isso é que era preciso dizer aqui, nesta Casa, para que os investigadores não ficassem com uma ideia, que por acaso nós sabemos, que foi defendida então pelo Sr. Presidente da Ordem dos Biólogos, que já estava nessas condições, e neste momento deu ao seu Diretor Regional da Ciência.

Não acredito que esteja a tentar resolver em causa própria, mas o facto é exatamente este.

Por isso, esta contratação de investigadores definitiva, não só é impossível face à autonomia universitária, como também é impossível face à contratação da Lei do Trabalho, como também é impossível face a que não se pode impor à Universidade dos Açores que, face a essa contratualização, seria muito mais sensato, muito mais racional, muito mais eficaz, que a Universidade dos Açores tivesse, como tem tido até agora, projetos financiados ao nível do sistema tecnológico e científico dos Açores, para que depois pudesse integrar nos seus quadros alguns desses investigadores.

Com isto aqui, está um absurdo, não faz sentido e gera falsas expetativas nos investigadores dos Açores.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Gostava de saber por que é que quando a Universidade dos Açores mostrou abertura para contratar professores o Governo não esteve disponível para os contratar?

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) Deputado António Lima (BE): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como se vê, até pela intervenção do Sr. Presidente do Governo, este Governo, nesta área como em outras,...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Artur Lima*): Mas ele não pode falar?

O Orador: Pode falar, Sr. Vice-Presidente, e eu também julgo que posso.

... segue aquela que foi a linha do anterior Governo do Partido Socialista, aliás, como foi reconhecido pelo próprio Presidente do Governo, alinhando nesta área, dizendo que aquilo que vinha sendo feito pelo Governo do Partido Socialista na área científica, embora com as inércias, como referiu, era positivo.

Este conjunto de anúncios que têm sido feitos e de projetos para os Açores, têm um ponto em comum: são todos projetos externos, projetos em que os Açores fazem parte da rede, mas têm um ponto onde essa rede se ancora.

Os Açores são um parceiro menor em todos esses projetos, seja o AIR Center, o Porto Espacial ou o Observatório do Atlântico.

Falta aos Açores uma âncora que permita que os Açores não sejam uma espécie de neocolónia do ponto de vista científico.

Deputado Rui Martins (*CDS-PP*): Então vai criar mais um instituto, diga lá!

O Orador: Isso é que é necessário que os Açores deixem de ser e é por isso que falta aos Açores o pensamento sobre o que é que nós queremos para o desenvolvimento científico na Região.

A pergunta que faço, Sra. Secretária, é, face às potencialidades que os Açores têm, face a todos estes projetos que são positivos e trazem efetivamente coisas positivas para os Açores, mas que são manifestamente insuficientes face ao potencial que nós temos e que nós devemos querer potenciar do ponto de vista científico e do ponto de vista do desenvolvimento e do ponto de vista económico, qual é o pensamento estratégico desse Governo, nesta matéria?

Isso está ausente nos documentos que o Governo apresenta à Assembleia, não há a visão do Governo sobre isto, para além daquilo que já ouvimos de que o que tem sido feito tem sido feito bem e é para continuar.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Deputada Sandra Faria.

(*) **Deputada Sandra Faria (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. Secretária:

Gostaria de ter mais tempo para debater consigo, mas vou tentar sintetizar aquilo que trouxe hoje para lhe questionar.

Transferência de conhecimento e tecnologia: zero! Nos documentos que estão em análise nesta Casa, nada é referenciado, quer no Plano e no Orçamento, quer nas Orientações a Médio Prazo.

Não há qualquer evidência de investimento nesta área quando a nível europeu todos os programas caminha neste sentido, de valorizar a ciência ligada ao contexto empresarial.

Será isso um retrocesso na ciência nos Açores? É essa a sua estratégia?

Matching funds, Sra. Secretária. Vai este Governo acabar com os *Matching funds* no contrato que fez com a Universidade dos Açores?

Ainda hoje aqui foi anunciado por si (e chamou-me a atenção o Sr. Presidente do Governo, que agradeço a chamada de atenção, mas dei por isso há muito tempo), e é de saudar, o reforço à tripolaridade dos Açores em 150 mil euros, mas nos últimos três anos, neste contrato, os *Matching funds*, a Universidade dos Açores recebeu exatamente 150 mil euros por esta via, ou seja, na verdade não há qualquer reforço à Universidade dos Açores.

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): Há, sim senhora!

A Oradora: Há, e muito bem, para a tripolaridade; zero para os *Matching funds*. Não acabar com este apoio à Universidade dos Açores quando isto é um apoio que tem a capacidade de crescer nos próximos anos...

Presidente do Governo Regional (*José Manuel Bolieiro*): A Sra. Deputada só sabe fazer contas de sumir!

A Oradora: ... e o que fizeram foi “castrar” o valor ao colocá-lo na tripolaridade e ao fixar este valor.

Muito obrigada, Sra. Secretária. Terei outras oportunidades para a questionar.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Teve alguma cadeira de ética no seu curso?

Deputada Sandra Faria (PS): Sou investigadora!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Tem a palavra a Sra. Deputada Bárbara Chaves.

(*) Deputada Bárbara Chaves (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Muito concretamente, Sra. Secretária, para a boa gestão do tempo, gostaria de lhe colocar algumas questões.

No Plano de Investimentos que estamos a analisar não está nenhuma verba alocada ao cinema do aeroporto, deduzo por isso que o cinema esteja concluído.

Pergunto-lhe, Sra. Secretária, por que é que então ainda não abriu ao público o cinema do aeroporto?

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A senhora sabe!

A Oradora: Pergunto-lhe também, Sra. Secretária, qual a ação e qual o montante previsto neste Plano de Investimentos destinado à recuperação da antiga Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria?

Por fim, Sra. Secretária, analisando o Plano, verifica-se – permita-me que lhe diga – um claro desinvestimento na área das novas tecnologias, com mais de um milhão de euros, alocados para a área aeroespacial, nomeadamente, e como também já referiu na sua intervenção, para fazer face a todos os investimentos associados à estação RAEGE de Santa Maria, ao Spaceport, ao AIR Center, à Agência Espacial Portuguesa, as parcerias com a NASA, entre outras. Esta verba de 1 milhão de euros é, Sra. Secretária, em nosso entender, completamente desajustada e muito pouco ambiciosa para o desenvolvimento de todos os projetos em curso.

Atendendo, nesta área, às declarações recentes do Sr. Ministro da Ciência, pergunto-lhe então qual é o ponto de situação relativamente ao Spaceport de Santa Maria e pergunto-lhe também em que ação se incluem as verbas para a reabilitação da antiga casa do Diretor do Aeroporto, para onde será reinstalada, ou pelo menos estava previsto ser, a sede da Agência Espacial Portuguesa?

Permita-me dizer, Sr. Presidente, que não houve aqui neste processo qualquer inércia. Houve, sim, um caminho que se percorreu, um caminho muito importante que começou do zero, e o senhor sabe disso, que se pretendeu com ele dar passos firmes e consistentes para

que este setor espacial crescesse nesta matéria e que permitiu chegar onde estamos hoje.

O PSD continua a ser o sético do costume.

Deputada Andreia Costa (PS): Muito bem!

A Oradora: Apesar desta tentativa, digamos, de colagem do Sr. Presidente do Governo, infelizmente a verdade é que o Plano contradiz.

Sra. Secretária, há aqui muita pouca convicção, muita pouca determinação, muita pouca garra.

É assim, e analisando os documentos, mais um caso de “gato escondido com o rabo de fora”.

Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Freitas. Faz favor, Sr. Deputado.

(*) Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero começar esta intervenção por enaltecer o Governo Regional pelo forte apoio que tem na aposta da ciência, que é um bem essencialíssimo na nossa Região.

Secretário Regional da Juventude, Qualificação Profissional e Emprego (*Duarte Freitas*): Muito bem!

O Orador: Aqui acho que temos alguns pontos importantes a salientar, nomeadamente o aumento do apoio à tripolaridade da Universidade dos Açores para 500 mil euros, em 2021. No final da legislatura, será 950 mil euros. Um aumento de 271% relativamente aos 350 mil euros atribuídos nas legislaturas anteriores.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Temos também uma nova estratégia para a ciência baseada na previsibilidade, na abertura dos vários concursos, com um calendário definido e acordado com os centros de investigação e a Universidade dos Açores;

A abertura anual das bolsas de doutoramento e estas não em vésperas de eleições como até aqui era feito;

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Bolsas de doutoramento, com projetos exploratórios associados, de 20 mil euros por bolseiro. Esta é uma medida inovadora e que tem tido uma enorme aceitação por parte da comunidade académica.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: As pessoas devem estar no centro de uma política integrada da ciência. Todos os anos serão contratados investigadores para os centros de investigação, através de contratos de longa duração. Pretende-se com esta medida diminuir a precariedade do trabalhador científico e a instabilidade das equipas de investigação.

Apoios indexados à classificação independente atribuída pela Fundação de Ciência e Tecnologia aos centros de investigação dos Açores.

Valoriza-se assim o mérito absoluto diferenciando os apoios de acordo com o critério de qualidade claro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Aumento substancial nas medidas de apoio aos centros de investigação, nomeadamente verbas de funcionamento. Aqui consta mais de 67%, ou seja, de 155,5 euros em 2020 para 265 mil em 2021. E um milhão para reequipamento científico – a última vez que foi feito, foi em 2009.

Disse.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!
Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) Deputado Berto Messias (PS): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tenho uma pergunta para colocar à Sra. Secretária, mas não posso deixar de fazer dois pontos prévios, tendo em conta aquilo que já aqui foi dito.

Cá estaremos todos para avaliar a execução do Governo Regional, quer nos relatórios de execução, quer também na Conta da Região.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Mas não posso deixar de dizer que esta narrativa que a Sra. Secretária usou e que os Membros do Governo têm utilizado, de estar a usar como referência aquilo que foi executado no Plano anterior, é um argumento, no mínimo, risível.

Em primeiro lugar, porque contraria totalmente aquela que sempre foi a vossa narrativa, que queriam fazer muito mais, que teriam muita mais ambição e que estavam prontos para fazer muito mais e reforçar todas as verbas e todas as dotações orçamentais.

Deputado Rui Martins (CDS-PP): Não é mais do que a vossa propaganda!

O Orador: Essa vossa estratégia e essa vossa narrativa é risível e contraria tudo isto.

Além disso, é importante dizer também que é, no mínimo, politicamente desonesto que se utilizem taxas de execução de um ano que de março a dezembro esteve mergulhado numa terrível pandemia que infelizmente nos assolou a todos.

Voices de alguns Deputados das bancadas do PS: Muito bem!
Muito bem!

O Orador: Sra. Secretária, V. Exa. omitiu na sua intervenção na tribuna: não fez referência a um importantíssimo agente e dinamizador cultural. Refiro-me às filarmónicas.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem! Bem lembrado!

O Orador: Naquilo que consta do plano de investimentos percebe-se uma redução significativa nas verbas referentes ao Programa de Apoio às Sociedades Recreativas e Filarmónicas.

Mesmo com essa redução naquele que é o Plano remetente para o Decreto Legislativo Regional 3/2014, referente ao apoio, diga-se, ordinário, à atividade das filarmónicas, falta neste Plano um apoio extraordinário a estas instituições que estão também confrontadas com grandes dificuldades, fruto da pandemia, fruto do abrandamento da sua atividade, que são escolas de formação musical muito relevantes e muito pertinentes para centenas e centenas de jovens espalhados pela nossa região.

Portanto, Sra. Secretária, é absolutamente fundamental que existisse aqui um programa de apoio extraordinário para as filarmónicas dos Açores, além daquilo que consta no designado SOREFIL.

Sra. Secretária, fica aqui a questão: está previsto algum apoio extraordinário para que as filarmónicas possam fazer face ao impacto desta pandemia na sua atividade?

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Vice-Presidente do Governo Regional (Artur Lima): Já está publicado numa Resolução do Conselho do Governo!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Isto é um pecado que eu vou fazer, porque todo o tempo que tenho é para o Sr. Deputado Gustavo Alves, mas não resisto a isto.

O Sr. Deputado Berto Messias diz: não se pode comparar as execuções e, portanto, as percentagens que derivam das execuções de um ano de pandemia, com o resto, mas já quer comparar aquelas que eram as projetadas para o Orçamento de 2020, ainda sem o efeito da pandemia, com aquelas que são as verbas do Orçamento para 2021, contemplando a pandemia, contemplando aquela que é a diminuição da atividade relacionada com a pandemia.

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Isto é que é risível e absolutamente incongruente.

Em segundo lugar, estou aqui, (não terei oportunidade de falar outra vez) à espera, há dois dias, que V. Exas. nos digam: isto está exageradíssimo, os senhores gastam muito dinheiro! Mas até agora só vos vi queixar, fazer objeções àquilo que não está feito. Ainda não ouvi nada em que os senhores quisessem cortar e quisessem diminuir no Orçamento.

Ainda estou à espera de que façam uma única objeção e que nos apontem aonde é que está projetado o dinheiro de forma excessiva. Deem-nos um caso, um que seja!

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputada Andreia Costa (PS): São orçamentos revistos depois da pandemia. Foi revisto duas vezes: Furacão Lorenzo e pandemia!

(*) Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, eu não sei se a Sra. Deputada Andreia Cardoso me vai deixar intervir?

Deputada Andreia Costa (PS): Ó senhor, é sempre um gosto.

O Orador: Já que não me deixa fazer apartes e se queixa muito dos meus apartes, espero que me deixe pelo menos intervir.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Vice-Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Sr. Deputado Paulo Estêvão já disse basicamente tudo aquilo que eu pensei dizer quando ouvi a intervenção do Sr. Deputado Berto Messias, mas quero apenas acrescentar que o Sr. Deputado Berto Messias, além de tudo o mais conseguiu dizer que a pandemia acabou: não há pandemia este ano e este orçamento será executado sem ser numa situação de pandemia! Ficámos a saber isso e ainda bem. Ficamos todos satisfeitos com isso.

Mas Sr. Deputado, é verdadeiramente importante, podermos comparar, pegar nas taxas de execução, porque aquilo que nós percebemos, da postura do PS neste debate, é que os senhores provavelmente o que estão a preparar-se para fazer é apresentar um conjunto de propostas de alteração a este Orçamento que aumentem significativamente a necessidade de execução por parte deste Governo para depois se virem queixar com a fraca taxa de execução.

É isso que nós estamos à espera...

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

O Orador: ... e é isso que senhores vão fazer, porque o vosso hábito é atirar dinheiro para cima dos problemas e não executar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Muito rapidamente para dizer o seguinte:

Esta narrativa e este argumentário é risível da mesma forma que a duas intervenções que me antecederam foram isso mesmo, risíveis.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Pergunto se há mais inscrições?

Sr. Deputado João Bruto da Costa.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sr. Vice-Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Registo, Sr. Deputado Berto Messias, que o faço rir, e isso é para mim um gosto enorme,...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Mas veja lá que é só para não chorar!

O Orador: ... porque, sinceramente, dos anos que levo deste Parlamento ainda não consigo que o senhor me retribua na mesma moeda, porque dificilmente o senhor me fará rir com as suas intervenções.

Sr. Deputado, eu fiz um desafio, no fundo, ...

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não me provoque!

O Orador: ... que é, veremos se terei ou não razão, e se não tiver razão terei todo o gosto em vir dizer que não tinha razão. Mas a verdade, por aquilo que tenho assistido das intervenções das Sras. e dos Srs. Deputados do Partido Socialista, é que certamente irão apresentar, eu não diria centenas, mas largas propostas de alteração, exigindo execuções que os senhores não fizeram, coisas que os senhores não concretizaram, e que agora querem que este Governo concretize até ao fim deste ano, porque o vosso hábito é atirar dinheiro para cima dos problemas e quando atiraram dinheiro para cima dos problemas, tal como a Sra. Secretária Regional da Cultura

aqui acabou de dar inúmeros exemplos, a taxa de execução foi de 0%. É isso que este Governo tem de evitar e é para isso que aqui estamos, para lutar por um Orçamento e por um Plano que seja efetivamente executável e realista para executar ao longo deste ano.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Deputado Berto Messias (PS): Quanto a fazer rir estamos conversados!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Elisa Sousa tem a palavra.

(*) Deputada Elisa Sousa (PSD): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sr. Vice-Presidente, Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Bárbara Chaves, eu não queria de maneira nenhuma estar aqui a defender o Governo,...

Deputada Bárbara Chaves (PS): O Governo está ali sentado!

A Oradora: ... até porque, até hoje, as minhas ações nesta Assembleia têm sido para defender os interesses de Santa Maria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mas acho que é muita demagogia da parte do PS vir perguntar por duas obras fundamentais, uma delas que parece a obra de Santa Engrácia, como é o caso do cinema do aeroporto,...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

A Oradora: ...que já vem há anos (há anos!) a ser falado,...

Deputada Bárbara Chaves (PS): Está feito!

A Oradora: ... e que não está neste momento aberto, porque na altura em que se adjudicaram as obras esqueceram-se de adjudicar a parte dos materiais,...

**Vozes dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

A Oradora: ... razão pela qual as obras estão concluídas, mas ainda não temos materiais.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Sra. Deputada, talvez nos possa dizer, relativamente à musealização da antiga Torre de Controle, quantas vezes é que já foi a concurso, sem que tenha havido qualquer empresa a concorrer, de modo que essa obra possa ser adjudicada...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e razão pela qual isso não aconteceu?

Muito possivelmente, mas depois a Sra. Secretária poderá responder, a razão pela qual se calhar não está prevista uma verba para a musealização da Torre de Controle, que é extremamente importante, e eu reitero as suas palavras e a necessidade de se abrir não só cinema do aeroporto como também se proceder à reabilitação da Torre de Controle, mas se calhar nos possa dizer quantas vezes é que já foi a concurso e por que é que ninguém concorreu? Se calhar é isso que o Governo está neste momento a fazer, é a rever as verbas, a rever o projeto de modo que possa efetivamente vir a concurso e haver alguém que possa concorrer para reabilitar a Torre de Controle antiga. Muito obrigada, Sr. Presidente.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e do CDS-PP:
Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Secretária Regional tem a palavra para prestar esclarecimentos.

(*) Secretária Regional da Cultura, Ciência e Transição Digital
(Susete Amaro): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs.

Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou tentar ser rápida com os dois minutos que me restam.

Relativamente às medidas que estão previstas para a área da ciência basta ver o parecer da Universidade dos Açores, que foi dado no âmbito do Conselho de Económico e Social, e ver que ficaram agradados com estas medidas.

Deputada Sandra Faria (PS): E os *Matching Funds*?

A Oradora: Relativamente àquilo que é o reforço da tripolaridade e dos 500 mil, é preciso não esquecer também um milhão e trinta que está previsto para o reequipamento científico, medida que não é tomada desde 2009.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Relativamente às obras de Santa Maria, a Sra. Deputada Elisa Sousa já de certa forma respondeu. A musealização da Torre foi colocada a concurso por duas vezes e ficou deserto, por isso mesmo tem de ser revisto o programa de preços para que possa ser posta a concurso para que se torne minimamente apetecível a quem queira concorrer.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: O cinema de Santa Maria terminou a obra em agosto e eu agora procedi à adjudicação dos equipamentos cénicos para que possa vir a ser aberto.

Relativamente àquilo que é o desinvestimento na área do espaço, pois realmente o anterior Governo julgo que tinha (e tive conhecimento disso) previsto 32 milhões no âmbito do PRR, mas não sei se se perdeu aqui no atlântico, no meio dos 142 milhões. Penso que não foi aprovado.

(Risos dos Deputados do PSD e dos Membros do Governo)

Deputado Joaquim Machado (PSD): Foi para o mar profundo!

A Oradora: É! Deve ter ficado no mar profundo!

Relativamente à redução nas filarmónicas e os apoios que serão dados aos agentes culturais, o ano passado aquilo que foi realizado andou à volta de 660 mil euros. Nós temos previsto um apoio de 800 mil.

Também já foi dito, e disse isto na Comissão, que ninguém vai deixar de ser apoiado nesta altura de crise por conta de não haver dinheiro. Se for preciso nós fazemos uma transferência de rubricas. Acima de tudo a nossa prioridade é dar resposta a esta situação de pandemia.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Já dissemos que a nossa aposta é nas pessoas e é isso precisamente que vamos fazer.

Não sei se ficou alguma coisa por responder, penso que não.

Muito obrigada.

Deputada Sandra Faria (PS): Transferência de conhecimento, Sra. Secretária!

**Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e
Membros do Governo:** Muito bem! Muito bem!

*(Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, do PPM e
dos Membros do Governo)*

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Pergunto se há inscrições?

Sra. Deputada Bárbara Chaves tem a palavra.

(Aparte inaudível do Deputado João Bruto da Costa)

(*) **Deputada Bárbara Chaves (PS):** Sr. Deputado Bruto da Costa, quando lá for, depois vai perceber o que é que é aquilo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que é ela disse?

A Oradora: Tem que estar mais atento, Sr. Deputado. Eu agora aqui ouço-o, isso é interessante.

Sra. Secretária, dizer que na altura em que o Governo do PS ainda estava em funções essa revisão de preços iniciou-se, acredito que quando a Sra. Secretária entrou já essa revisão de preços já devia

estar pronta. Lamenta-se que não esteja prevista no Plano nenhuma verba associada para aquisição desses materiais.

Também se lamenta que não esteja prevista em Plano a execução da Torre de Controle do Aeroporto de Santa Maria, porque podia estar em Plano uma verba cabimentada, para se começar a executar e lançar o concurso ainda este ano.

Também dizer que não me respondeu à reabilitação da casa do aeroporto.

Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

Sra. Deputada Marta Matos tem a palavra.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, registo que o seu nível de esclarecimento às questões que lhe coloquei nos permite ficar exatamente no mesmo ponto em que estávamos antes deste debate.

Não me respondeu, não explicou o valor zero para a dinamização das atividades culturais em quatro ilhas do arquipélago, desconhece claramente o processo de construção do Museu de Santo Amaro. Nada disse sobre o processo da estrutura para a Casa da Autonomia e refugiou-se nos seus papéis para comparar, insistentemente, valores orçamentados com valores executados.

Registo que de todas as questões que levantei, a única relativamente à qual fiquei esclarecida foi a pergunta retórica que coloquei no início da minha intervenção sobre o facto deste Governo estar ou não à altura do legado que recebe.

Obrigada.

Vozes dos Deputados das bancadas do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PS)

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições?

(Pausa)

Não havendo... Sra. Deputada Catarina Cabeceiras.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Para uma interpelação, Sr. Presidente.

Presidente: Para uma interpelação, tem a palavra, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Catarina Cabeceiras (CDS-PP):** Obrigada, Sr. Presidente.

É para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Obrigada.

Presidente: Vamos só permitir que o Sr. Secretário anuncie e faça a atualização dos tempos e depois o intervalo será concedido, porque é regimental.

Secretário: Obrigado, Sr. Presidente.

PS – 57 minutos e 31 segundos;

Governo – 80 minutos e 43 segundos;

PSD – 68 minutos e 19 segundos;

CDS – 16 minutos e 45 segundos;

PPM – 7 minutos e 44 segundos;

BE – 5 minutos e 03 segundos;

Iniciativa Liberal – 4 minutos e 45 segundos;

Chega – 6 minutos e 15 segundos;

PAN – 1 minuto e 42 segundos.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Boa noite a todos, bom descanso, bom jantar e até amanhã.

Eram 19 horas e 37 minutos.

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale César

Sérgio Humberto Rocha de Ávila

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Deputada que faltou à sessão:

Bloco de Esquerda (BE)

Alexandra Patrícia Soares Manes

(*) Texto não revisto pelo orador

As redatoras, Conceição Branco e Sara Azevedo.